



Dissertação Mestrado em Finanças Empresariais

***Relato de Sustentabilidade – Práticas no Setor da
Construção Civil.***

Dina da Costa Caetano

Leiria, Novembro de 2013



Dissertação Mestrado em Finanças Empresariais

***Relato de Sustentabilidade – Práticas no Setor da
Construção Civil.***

Dina da Costa Caetano

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da Doutora Teresa Cristina Pereira Eugénio,
Professora da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria.

Leiria, *Novembro de 2013*

Ó MAR SALGADO,

quanto do teu sal

São lágrimas de Portugal!

Por te cruzarmos, quantas mães choraram,

Quantos filhos em vão rezaram!

Quantas noivas ficaram por casar

Para que fosse nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena

Se a alma não é pequena.

Quem quer passar além do Bojador

Tem que passar além da dor.

Deus ao mar o perigo e o abismo deu,

Mas nele é que espelhou o céu.

MAR PORTUGUÊS *Fernando Pessoa*

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Agradecimentos

A elaboração desta Dissertação é sem dúvida o concretizar de um ciclo acadêmico que tinha traçado como objetivo. Contou com apoios determinantes que levaram a que este objetivo fosse cumprido.

Em primeiro lugar quero agradecer à minha orientadora Prof. Doutora Teresa Cristina Pereira Eugénio, pelo apoio, disponibilidade, incentivo e pelos conhecimentos transmitidos.

À colaboração e disponibilidade de todos os que participaram direta e indiretamente ao longo desta dissertação, muito em especial a todos os meus colegas de trabalho que participaram nas entrevistas.

À minha família pelo acompanhamento, apoio e coragem que me deram ao longo deste trabalho.

Aos meus amigos em geral, que me apoiaram e incentivaram a terminar mais este objetivo.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Sumário

O relatório de sustentabilidade é a prática de medir e divulgar através de um relatório, o desempenho económico, social e ambiental de uma organização empresarial. O processo de relato é voluntário, no entanto verifica-se um gradual crescimento na divulgação desta informação.

Este estudo caracteriza-se por ser exploratório e foi desenvolvido através da análise aos relatórios e contas anuais e relatórios de sustentabilidade publicados nos anos de 2009, 2010 e 2011 por empresas do setor da construção civil.

Efetuaram-se três ensaios distintos, o primeiro consistiu na análise de conteúdo tendo por base 10 empresas do setor da construção civil, 3 empresas portuguesas e 7 empresas espanholas que divulgam relatórios de sustentabilidade. O segundo ensaio consiste num estudo de caso sobre uma das maiores empresas do distrito de Leiria no setor da construção civil e o terceiro ensaio consiste numa proposta de implementar a sustentabilidade que poderá ser utilizada como referência por qualquer empresa dentro do setor da construção civil.

Palavras-chave: Relatório de Sustentabilidade, Divulgação, Sustentabilidade, GRI.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Abstract

Sustainability reporting is the practice of measuring and disseminate through a report, the economic, social and environmental performance of an organization. The reporting process is voluntary, however there is a gradual increase in the release of this information.

This study is characterized by being exploratory and was developed analyzing the annual reports and accounts and sustainability reports published in the years 2009, 2010 and 2011 by companies of the construction sector.

We carried out three different tests, the first consisted in content analysis based on 10 companies in the construction sector, three Portuguese companies and seven Spanish companies that publish sustainability reports. The second essay is a case study of one of the largest companies in the District of Leiria in the construction sector and the third test is a proposal to implement sustainability that can be used as a reference for any company within the construction industry.

Key-Words: Sustainability Report, Disclosure, Sustainability, GRI.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Índice de Figuras

Figura 1 - Distribuição regional de relatórios de sustentabilidade.....	3
Figura 2 - Relatórios de sustentabilidade publicados no ano de 2011 por Setor de Atividade.....	3
Figura 3 - Estrutura de Relatórios da GRI.....	20
Figura 4 - Árvore de decisão para estabelecimento dos limites do relatório	22
Figura 5 - Internacionalização por área de atuação.....	39
Figura 6 - Áreas de atuação do Grupo Lena	39
Figura 7 - Nível de Aplicação GRI.....	46
Figura 8 - Análise de Divulgação de Indicadores de Desempenho	48
Figura 9 - Indicadores Económicos por tipo de divulgação	54
Figura 10 - Indicadores Ambientais por tipo de divulgação	57
Figura 11 - Critério de Cálculo de Indicadores – Responsabilidade Social	91

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Índice de Quadros

Tabela 1 - Pré-Estocolmo - Resumo dos marcos, perspetiva histórica e cronológica.....	8
Tabela 2 - Após Estocolmo - Resumo dos marcos, perspetiva histórica e cronológica	9
Tabela 3 - Século XXI - Resumo dos marcos, perspetiva histórica e cronológica	10
Tabela 4 - Principais Benefícios e Dificuldades na divulgação de Relatórios de Sustentabilidade	16
Tabela 5 - Estudos relacionados com a temática da Divulgação da Sustentabilidade	18
Tabela 6 - Detalhe das empresas que constituem a amostra (análise de conteúdo)	30
Tabela 7 - Categorias (utilizadas na análise de conteúdo) e Conteúdo	32
Tabela 8 - Quantidade de Indicadores Essenciais e Complementares	33
Tabela 9 - Classificação e Critérios utilizados na análise de conteúdo	34
Tabela 10 - Detalhe dos intervenientes na entrevista	38
Tabela 11 - Grelha de Verificação (ensaio 3)	43
Tabela 12 - Grelha de classificação e critérios na implementação da Responsabilidade Social	44
Tabela 13 - Verificação externa de relatórios de sustentabilidade	46
Tabela 14 - Detalhe das empresas da amostra (análise de conteúdo)	47
Tabela 15 - Classificação da Divulgação de Indicadores – Empresas Portuguesas	49
Tabela 16 - Classificação da Divulgação de Indicadores – Empresas Espanholas	50
Tabela 17 - Indicadores considerados não aplicáveis nas empresas	51
Tabela 18 - Indicadores Económicos por Setor de Atividade.....	53
Tabela 19 - Indicadores Ambientais por Sector de Atividade	55
Tabela 20 - Indicadores Ambientais por Setor de Atividade - Continuação	56
Tabela 21 - Indicadores de Práticas Laborais e Trabalho Condigno.....	58
Tabela 22 - Indicadores de Direitos Humanos	60
Tabela 23 - Indicadores Sociais relacionados com a Sociedade	61

Tabela 24 - Indicadores de Responsabilidade pelo Produto.....	63
Tabela 25 - Quadro Resumo de Indicadores (TOP e NO TOP)	64
Tabela 26 - TOP dos principais motivos e desafios á divulgação de um Relatório de Sustentabilidade	68
Tabela 27 - Responsabilidade Social “Grupo Lena” – Como Iniciar	74
Tabela 28 - Responsabilidade Social “Grupo Lena” – Colaboradores	79
Tabela 29 - Responsabilidade Social “Grupo Lena” – Colaboradores (continuação)	81
Tabela 30 - Responsabilidade Social “Grupo Lena” – Ambiente	83
Tabela 31 - Responsabilidade Social “Grupo Lena” – Ambiente (continuação)	85
Tabela 32 - Responsabilidade Social “Grupo Lena” – Sociedade.....	87
Tabela 33 - Responsabilidade Social “Grupo Lena” – Fornecedores.....	88
Tabela 34 - Responsabilidade Social “Grupo Lena” – Fornecedores.....	88
Tabela 35 - Responsabilidade Social “Grupo Lena” – Análise das várias vertentes.....	89

Índice de Anexos

Anexo 1 - Divulgação de Relatórios de Sustentabilidade - Ano 2009	1
Anexo 2 - Divulgação de Relatórios de Sustentabilidade - Ano 2010	2
Anexo 3 - Divulgação de Relatórios de Sustentabilidade - Ano 2011	3
Anexo 4 - Informação sobre as empresas em estudo na análise de conteúdo	4
Anexo 5 - Guião da Entrevista	29
Anexo 6 - Guião de Verificação da Responsabilidade Social	31

Lista de Siglas

DRS - Divulgação de Responsabilidade Social

CSR - Corporate Social Responsibility

GRI - Global Reporting Initiative

IIRC - Sistema Integrado da Internacional Reporting Committee

RS - Relatório de Sustentabilidade

RSE - Relato de Sustentabilidade Empresarial

R&C - Relatório e Contas

SE - Sustentabilidade Empresarial

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Índice

Agradecimentos.....	v
Sumário	vii
Abstract	ix
Índice de Anexos	xiv
Lista de Siglas	xv
Capítulo 1 - Introdução	1
1.1 Objetivos e Metodologia utilizada no Estudo	4
1.2 Estrutura da Tese	5
Capítulo 2 – Enquadramento Teórico.....	7
2.1 O Conceito Histórico da Teoria da Sustentabilidade.....	7
2.2 Teorias mais utilizadas.....	11
2.2.1 Teoria da Legitimidade	12
2.2.2 Teoria dos Stakeholders	14
2.3 Divulgar a Sustentabilidade	15
2.4 Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade	19
2.5 Verificação dos Relatórios de Sustentabilidade	22
2.5.1 AA 1000 Assurance Standard (AA 1000 AS)	24
2.5.2 ISAE 3000	25
2.5.3 Garantia dos Relatórios de Sustentabilidade	26
Capítulo 3 – Metodologia e Desenho da Investigação	29
3.1 Ensaio 1 – Caracterização das empresas do setor da construção civil que publicam relatórios de sustentabilidade	29
3.1.1 Objetivos da Investigação, Metodologia e Recolha de Dados (Ensaio 1)	29
3.2 Perceção da sustentabilidade no “Grupo Lena” – Estudo de caso	34
3.2.1 Objetivos da Investigação, Metodologia e Recolha de Dados (Ensaio 2)	35
3.2.2 Caracterização da empresa em estudo – Grupo Lena	35
3.3 Ensaio 3 – Implementar a Sustentabilidade no “Grupo Lena”	41
3.3.1 Objetivos da Investigação, Metodologia e Recolha de Dados (Ensaio 3)	42
Capítulo 4 – Análise e Discussão dos Resultados.....	45
4.1 Ensaio 1 – Caracterização das empresas do setor da construção civil que publicam relatórios de sustentabilidade	45
4.1.1 Práticas de Relato de Sustentabilidade	45

4.1.2 Indicadores por Setor de Atividade	52
4.1.2.1 Indicadores Económicos	52
4.1.2.2 Indicadores Ambientais	54
4.1.2.3 Indicadores Sociais	57
4.1.2.4 “TOP” e “NO TOP” Indicadores de Desempenho	64
4.2 Perceção da sustentabilidade no “Grupo Lena” – Estudo de caso.....	65
4.3 Ensaio 3 – Implementar a Sustentabilidade no “Grupo Lena”	72
4.3.1 Análise da Responsabilidade Social.....	73
4.3.2 Proposta de Indicadores – Responsabilidade Social	90
Capítulo 5 - Conclusões	93
Webgrafia	97
Bibliografia.....	99
Anexos.....	1

“Sustainability is about the fundamental intergenerational task of winding down the dysfunctional economic and business models of the 19th and 20th centuries, and the evolution of new ones fit for a human population headed toward 9 billion people, living on a small planet which is already in “ecological overshoot”.

Volans and GRI, the Transparent Economy, 2010

Capítulo 1 - Introdução

Planeamento financeiro, controle de qualidade satisfatório e relatórios financeiros são componentes essenciais para o sucesso de uma organização a longo prazo. No entanto, os relatórios financeiros apresentam apenas um quadro parcial da “saúde” de uma organização e o seu potencial futuro. Uma organização que avalie o seu desempenho baseado, principalmente em critérios financeiros corre o risco de subestimar a contribuição de fatores não financeiros na medida em que afetam a sustentabilidade de uma organização a longo prazo.

A responsabilidade social das empresas e a sua comunicação, nomeadamente através do relato de sustentabilidade, têm recebido uma atenção crescente, quer por parte de empresas quer por parte de outro tipo de organizações nacionais e internacionais. Por um lado, tem-se verificado um interesse crescente por parte das empresas em instrumentos com ela relacionada, principalmente com os relatórios de sustentabilidade (KPMG, 2008a).

Organizações nacionais e internacionais têm contribuído para esta crescente divulgação, como seja: o *Global Compact* (GC) da ONU e a *Global Reporting Initiative* (GRI).

O *Global Compact* (GC) da ONU é uma iniciativa proposta pela Organização das Nações Unidas para estimular empresas a adotar políticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade. Esse pacto pretende promover um diálogo entre empresas, organizações

das Nações Unidas, sindicatos, organizações não-governamentais e demais parceiros, para o desenvolvimento de um mercado global mais inclusivo e sustentável, a ideia é conseguir dar uma dimensão social à globalização.

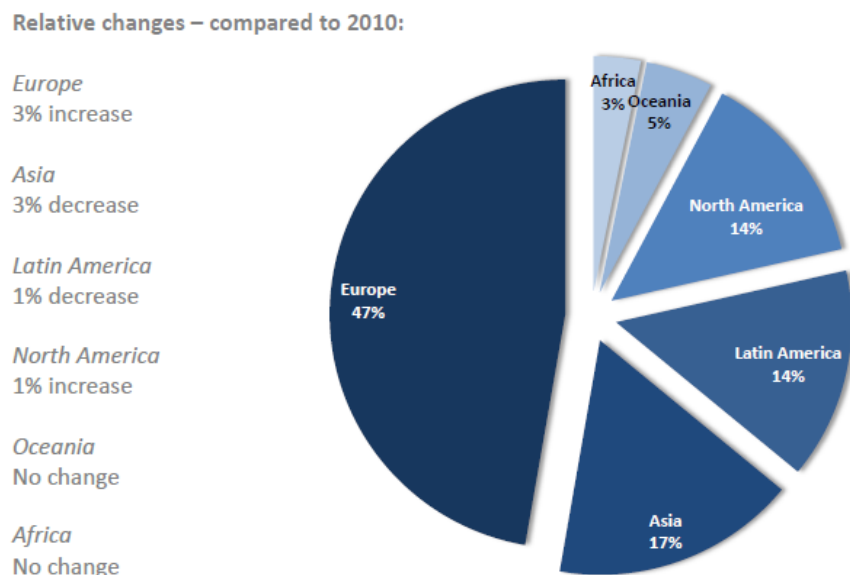
A *Global Reporting Initiative* (GRI) define relatórios de sustentabilidade como "a prática de medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos para o desempenho organizacional com o objetivo do desenvolvimento sustentável" (GRI, 2006, p. 3). O GRI é uma de várias organizações internacionais que foi desenvolvida, como parte do Sistema Integrado do *Internacional Reporting Committee* (IIRC). O objetivo do IIRC é apoiar o desenvolvimento de uma nova abordagem para a contabilidade e relatórios: relatórios que forneçam uma visão integrada de uma organização, incluindo aspetos ambientais e sociais.

A divulgação de informação sobre relatórios de sustentabilidade, que inclui os pilares económico, social e ambiental, pode ser feita de uma forma integrada nos relatórios produzidos pela empresa, ou através de um relatório autónomo denominado de Relatório de Sustentabilidade.

A comunicação integrada é uma forma de comunicação corporativa que reúne informações relevantes sobre a estratégia de uma organização, a gestão, o desempenho e perspetivas da forma como se reflete o contexto comercial, político, social e ambiental em que ela ópera. Ela fornece uma representação clara e concisa de como uma organização cria valor, agora e no futuro.

Verifica-se tanto a nível nacional como internacional um aumento na divulgação de relatórios de sustentabilidade. Na informação estatística disponibilizada pela GRI, podemos verificar que no total de relatórios de sustentabilidade publicados no ano de 2011 a nível mundial (figura 1), a Europa apresenta a maior percentagem de divulgação (47%) seguindo-se a Ásia (17%), América Latina (14%), América do Norte (14%), Oceânia (5%) e África (3%). Na comparação de divulgação do ano de 2011 com o ano de 2010, a Europa também se destaca com um aumento de divulgação de 3% (GRI, 2011).

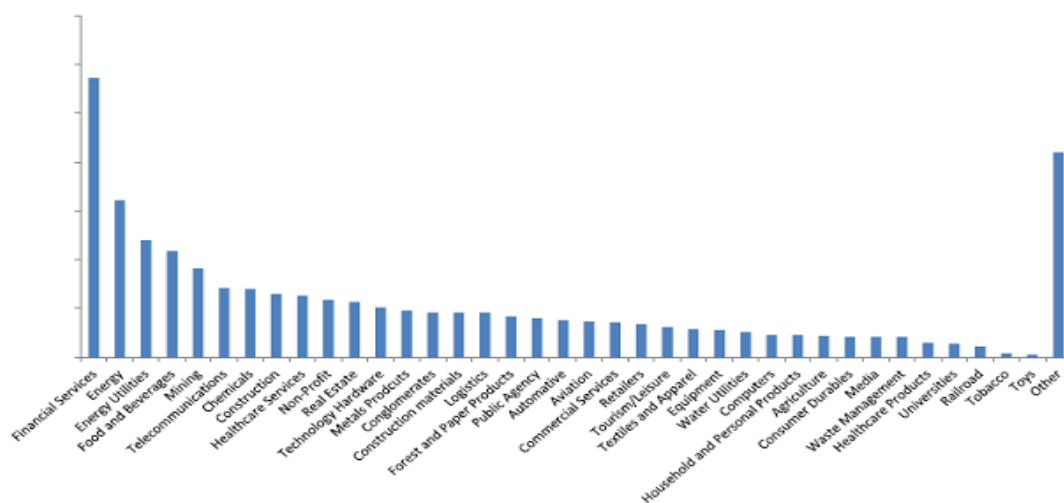
Figura 1 - Distribuição regional de relatórios de sustentabilidade



Fonte: GRI Sustainability Reporting Statistics (2011)

A figura 2 permite-nos saber quais os setores de atividade que maior representatividade tem na divulgação de Relatórios de Sustentabilidade, concluindo-se que os setores de Serviços Financeiros e de Energia ocupam as primeiras posições. Os setores de Tabaco e de “Brinquedos” são os que menos divulgam Relatórios de Sustentabilidade.

Figura 2 - Relatórios de sustentabilidade publicados no ano de 2011 por Setor de Atividade



Fonte: GRI Sustainability Reporting Statistics (2011)

1.1 Objetivos e Metodologia utilizada no Estudo

Tem-se verificado um elevado crescimento das necessidades de comunicação ligadas à sustentabilidade, na medida em que as empresas procuram demonstrar o seu compromisso com a sustentabilidade como fator de diferenciação face à concorrência.

A importância e atualidade do tema e a oportunidade de explorar esta temática foram as principais razões que motivaram a elaboração do presente trabalho sobre as práticas de Relato de Sustentabilidade no setor da Construção Civil.

Numa primeira fase, foi realizada uma abordagem teórica tendo-se procedido à recolha de literatura específica tais como: livros, artigos, revistas técnicas e à respetiva revisão bibliográfica. A revisão de literatura relacionada com o tema em análise permitiu fundamentar a componente teórica do trabalho e obter dados secundários que permitiram suportar o estudo que foi realizado.

Na segunda fase, foi realizada uma aplicação prática utilizando para o efeito três ensaios. No primeiro ensaio a metodologia seguida foi a análise de conteúdo, no qual se pretende dar resposta aos seguintes objetivos: Verificar as práticas de relato das empresas do setor da construção civil em Portugal e em Espanha; Analisar se as empresas recorrem a verificação externa; Verificar qual o nível de aplicação da GRI; Analisar se as empresas divulgam total ou parcialmente a informação recomendada pela GRI e por último Identificar os indicadores económicos, ambientais e sociais mais relevantes para este setor de atividade.

No segundo ensaio seguiu-se a metodologia de estudo de caso e entrevistas, pretendendo-se ir de encontro aos seguintes objetivos: Perceber o que leva uma empresa a divulgar ou não um relatório de sustentabilidade; Perceber as principais preocupações e motivações que a empresa tem na área da responsabilidade social; Explorar e explicar a perceção que diferentes responsáveis das áreas chave da empresa têm sobre a Sustentabilidade; Percecionar o que a empresa tem feito ao longo dos últimos anos na área da sustentabilidade, Perceber quais os principais *stakeholders* da empresa, e Saber se está prevista a divulgação de um relatório de sustentabilidade.

Por último no terceiro ensaio seguindo a metodologia de estudo de caso propusemo-nos a verificar qual o nível de responsabilidade social do “Grupo Lena”, verificar quais os maiores desafios que o “Grupo Lena” poderá sentir aquando da elaboração de um relatório de sustentabilidade, quais os passos que o “Grupo Lena” já fez na área de responsabilidade social e por último propor alguns indicadores úteis na divulgação de um relatório de sustentabilidade.

1.2 Estrutura da Tese

A presente dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos, como se explica nos parágrafos seguintes:

- O primeiro capítulo da tese apresenta uma introdução, os objetivos e metodologia utilizada no estudo e a sua estrutura.
- No segundo capítulo são discutidos, a revisão teórica relacionada com o conceito histórico de sustentabilidade, a abordagem a duas teorias: A teoria da Legitimidade e a Teoria dos Stakeholders, a elaboração de relatórios de sustentabilidade e a problemática associada à sua verificação.
- O capítulo 3 apresenta os objetivos da investigação, a metodologia e a recolha de dados.
- No capítulo 4 é apresentada a análise e discussão dos resultados obtidos, tendo por base, a recolha de dados efetuada, a análise de resultados das entrevistas e as conclusões do estudo.
- Por último no capítulo 5 são apresentadas as principais conclusões do estudo, limitações e pista de investigação futura.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Capítulo 2 – Enquadramento Teórico

A Contabilidade acrescentou um novo desafio teórico e a responsabilidade de captar e divulgar adequadamente informação, podendo-se identificar um novo marco conceptual a que já se chama Contabilidade para o Desenvolvimento Sustentável (Bebbington, 2001).

A responsabilidade social das empresas é, essencialmente, um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo (Livro Verde, 2001).

De acordo com o relatório publicado pela KPMG (2008b); “*KPMG International Survey of Corporate Reporting 2008*”, no qual foram analisadas mais de 2 200 das maiores empresas do mundo, através da seleção das 250 maiores empresas do *Global Fortune 500* (G250) e das 100 maiores empresas de 22 países (N100), a divulgação de informação sobre responsabilidade social tem aumentado de forma sustentada. Em 2008, 79 % das empresas G250 e 45% das N100 publicaram relatórios autónomos, enquanto em 2005 apenas 52% e 33%, respetivamente, o haviam feito.

A evolução do conceito do contributo das organizações para o Desenvolvimento Sustentável exige novas estruturas e abordagens de implementação das empresas, através da prevenção do risco e proteção da reputação (gestão interna do impacto social e ambiental das empresas) e integração da sustentabilidade na estratégia e no modelo económico da empresa, com impacto na oferta de produtos/serviços.

2.1 O Conceito Histórico da Teoria da Sustentabilidade

Os temas da sustentabilidade que são atualmente tão discutidos podem ser encontrados já nas referências de economistas tão conhecidos como Malthus, Mill e Ricardo nos séculos XVIII e XIX. Eles são na realidade referidos como os primeiros autores a identificar a importância dos recursos naturais para o desenvolvimento económico. A atenção destes autores estava focalizada no problema da escassez de comida, e na capacidade dos recursos

naturais através da terra, serem capazes de satisfazer as necessidades da população. Um tema novamente atual no início do século XXI (Sustentare, 2008).

“Atender às necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades”.

Esta definição sobre desenvolvimento sustentável é certamente das definições mais difundidas em todo o mundo, encontrando-se referenciada em vasta literatura. Publicada pela primeira vez no relatório intitulado *Nosso Futuro Comum*, elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas publicado em 1987, em poucas palavras, alerta a sociedade que não deve utilizar os recursos naturais de forma predatória, sem pensar no legado a ser deixado.

Desde então, acelera-se o entendimento e a percepção para as questões sócio ambientais, deixando de ser apenas uma questão técnica ou política, mas sendo também uma preocupação dos cidadãos e afetando a missão das empresas (que vai para além da geração do lucro e da remuneração do capital dos acionistas).

Há vários marcos científicos e mediáticos que contribuíram para o aumento “das atenções voltadas” para a questão da sustentabilidade, cujo resumo é apresentado nas tabelas 1 a 3.

Tabela 1 - Pré-Estocolmo - Resumo dos marcos, perspectiva histórica e cronológica

Ano	Perspectivas
1930	Surgiu o conceito das externalidades desenvolvido por Pigou e Coase, muito associado à vertente da economia ambiental.
1950	Iniciou-se o debate à volta da relação existente entre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a degradação ambiental, com o conceito da curva ambiental de Kuznets. Esta teoria defende que, após um determinado nível de crescimento do PIB, a degradação ambiental de um país diminuirá devido à existência de capacidade em adquirir tecnologias mais limpas bem como padrões mais elevados de consumo por parte desses cidadãos (Kuznets, 1995).
1960	Surgiu o conceito de capital natural, que reconhece a diferença entre ambiente e recursos naturais. Esse conceito define o ambiente como a fonte de recursos naturais, um depósito para os resíduos provenientes da actividade económica e um suporte essencial para a vida no planeta (Crabbé, 1997).
1970	Deu-se início à teoria neo-clássica do crescimento económico, baseada no modelo de Solow, onde o crescimento económico é resultado do investimento em maquinaria e da mão-de-obra, sendo o progresso tecnológico considerado como exógeno. Neste modelo, os recursos naturais não eram considerados como relevantes uma vez que se assumia que a taxa de regeneração dos recursos naturais era mais rápida do que o seu consumo. Pressuposto esse que hoje se verifica ser errado.

Fonte: Sustentare (2008) (adaptado).

Tabela 2 - Após Estocolmo - Resumo dos marcos, perspectiva histórica e cronológica

Ano	Principais Marcos
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente , em Estocolmo, Suécia, com a participação de 113 países e 19 representantes de organizações internacionais. Foi criada o programa das Nações Unidas para o Ambiente.
1983	A ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento mais tarde conhecida pela Comissão Brundtland que desenvolveu o paradigma de desenvolvimento sustentável, cujo relatório (<i>Our Common Future</i>) propunha limitação do crescimento populacional, garantia de alimentação, preservação da biodiversidade e ecossistemas, diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias de fontes energéticas renováveis, aumento da produção industrial a base de tecnologias adaptadas ecologicamente, controle da urbanização e integração campo e cidades menores e a satisfação das necessidades básicas.
1987	Em 1987, a Comissão publicou o Relatório Brundtland, intitulado Nosso Futuro Comum. No qual se fez referência á definição de desenvolvimento sustentável: "O desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades ".
1991	A Câmara de Comércio Internacional (CCI) aprovou "Diretrizes Ambientais para a Indústria Mundial", definindo 16 compromissos de gestão ambiental a serem assumidos pelas empresas, conferindo à indústria responsabilidades econômicas e sociais nas ações que interferem com o meio ambiente. Essas diretrizes foram acatadas no Brasil, pelo Comitê Nacional da Câmara de Comércio Internacional, tendo-se criado a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável.
1992	Realizou-se no Rio de Janeiro a ECO-92 (a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) na qual foram elaboradas a Carta da Terra (Declaração do Rio) e a Agenda 21, que reflete o consenso global e compromisso político objetivando o desenvolvimento e o compromisso ambiental.
1995	Foi criada a rede internacional de negócios WBCSD com o objectivo de desenvolver uma próxima cooperação entre empresas, governos e todas as organizações relacionadas com o ambiente e desenvolvimento sustentável.
1995	Foi disponibilizado às empresas, pela Comissão Europeia o <i>Eco-Management and Audit Scheme</i> (EMAS), um método de natureza voluntária que visava promover um contínuo melhoramento da performance ambiental, tendo sido alargada a sua abrangência em 2001.
1995	Foi publicada a ISO 14001 (NP EN ISO 14001 publicada em Portugal em 1999), que estabelece as directrizes básicas para o desenvolvimento de um sistema de gestão ambiental dentro da empresa.
1996	Foi criada a rede europeia CSR Europe após a Declaração Europeia contra a exclusão Social.
1997	Conferência de Quioto no Japão,sobre mudanças climáticas. Os países desenvolvidos concordaram em metas específicas para a redução de emissão de gases de efeito estufa criando-se o protocolo de Quioto.
1997	A organização norte-americana hoje denominada Social Accountability Internacional (SAI) criou a norma SA 8000, procurando garantir os direitos básicos dos trabalhadores, os princípios éticos e sociais.
1997	A ONG <i>Coalition for Environmentally Responsible Economies</i> (CERES) em parceria com a <i>United Nations Environment Programme</i> (UNEP) constituiu a GRI que tem a missão de desenvolver linhas de orientação globalmente aplicáveis no relato de performances económicas, ambientais e sociais. A GRI congrega Organizações não Governamentais, Organizações de Profissionais de Contabilidade, Associações empresariais e outros Stakeholders a nível mundial.
1999	John Elkington concebeu o <i>Triple Bottom Line</i> (TBL) para ajudar empresas a entrelaçarem os componentes do desenvolvimento sustentável: prosperidade económica, justiça social e proteção ao meio ambiente .
1999	A organização <i>Accountability</i> cria a AA1000, uma norma de princípios para garantia da informação não financeira, posteriormente revista e completada em 2003 e 2008.
1999	Foi criado pela <i>British Standards Institution</i> , o projecto SIGMA procurou ser um sistema integrado e um forum para a sustentabilidade facultando linhas orientadoras para a gestão, e relacionando-as com os instrumentos já existentes como a ISO 14001, conjunto das ISO 9000 ou a AA1000.
1999	Foi criado o <i>Dow Jones Sustainability Index</i> (DJSI), primeiro índice sobre empresas com políticas activas de sustentabilidade.

Fonte: Elaboração Própria

Já no século XXI surgiram diversos diplomas legais, sobretudo na área do ambiente, além de um conjunto de iniciativas e propostas com orientações e incentivos para a adoção de práticas de sustentabilidade, em particular na Europa onde o Conselho de Lisboa em 2000, colocou pela primeira vez a questão do Relato de Sustentabilidade das empresas na agenda da União Europeia, que veio a originar a elaboração de um livro verde em 2001 e a criação do fórum multilateral Eurosif.

Tabela 3 - Século XXI - Resumo dos marcos, perspetiva histórica e cronológica

Ano	Principais Marcos
2000	Por iniciativa do Secretário Geral das Nações Unidas foi criado o <i>Global Compact</i> , um código de conduta para as grandes empresas, sistematizado em dez princípios de actuação em que empresas multinacionais e transnacionais se comprometem com os direitos humanos, direitos dos trabalhadores, as questões ambientais e anticorrupção, reunindo hoje 7.700 participantes e <i>stakeholders</i> de 130 países. No mesmo ano a OCDE emitiu um documento orientador com recomendações para as empresas dos países membros, abrangendo questões como livre concorrência, política fiscal e corrupção, numa perspectiva de garantir a concorrência leal. Sendo que em 1999 a mesma organização publicou os Princípios para o Governo das Sociedades (<i>Corporate Governance</i>), definindo os princípios e as orientações sobre os direitos dos accionistas.
2000	<i>International Audit and Assurance Standards Board</i> (IAASB) publicou a norma <i>International Standard on Assurance Engagements</i> ISAE 100, revista em 2004 (ISAE 3000), incluindo os princípios básicos e os procedimentos essenciais na auditoria e revisão de informação financeira e garantia de fiabilidade sobre informação não financeira.
2001	FTSE4 <i>Good Index Series</i> foi lançado com o objectivo de medir a performance das empresas comprometidas com uma política de RSE.
2002	A Comissão Normalização Contabilística (CNC) emitiu a Diretriz Contabilística n.º 29/02, de 5 de Junho, sobre as matérias ambientais.
2002	Cimeira de Johannesburgo, foi um marco nas negociações entre Nações Unidas, governos, empresas e organizações não governamentais para reunirem recursos para enfrentar os desafios globais de saúde, meio ambiente e pobreza.
2003	A <i>Fédération des Experts Comptables Européens</i> (FEE), emitiu o documento <i>Benefits of Sustainability Assurance</i> , tendo em consequência emitido em Junho de 2004 o documento intitulado <i>Assurance for Sustainability</i> .
2004	Publicada a Directiva 2004/35/CE, do PE e do Conselho, visando a concretização do princípio do poluidor-pagador. Essa directiva foi transposta para o direito português.
2009	Realiza-se a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, também chamada Conferência de Copenhague ou Cimeira de Copenhaga (oficialmente United Nations Climate Change Conference ou COP15), evento que reuniu 25 Chefes de Estado.
2010	Realiza-se em Cancún, México a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP16) com a representação de cerca de 194 países. Foram fixados objetivos de redução de emissão de gases industriais e redução da emissão de dióxido de carbono (CO2).
2011	Realiza-se em Durban, África do Sul a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP17) foram estabelecidas metas de redução de emissões de gases para a atmosfera.
2012	Realiza-se em Doha, no Qatar a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, COP18), evento que reuniu cerca de 200 países. O documento de encerramento da Conferência do Clima registra também uma "profunda preocupação" dos países participantes com a insuficiência dos atuais esforços em prol de uma redução de emissões, afim de limitar o aquecimento global em 1,5 a 2 graus.

Fonte: Elaboração Própria

2.2 Teorias mais utilizadas

Diversas abordagens teóricas têm sido utilizadas para explicar a divulgação voluntária de informação ambiental e social, tais como: a teoria da legitimidade, a teoria dos *stakeholders*, a teoria institucional, a teoria da economia política e a teoria cultural.

Em contraste com as abordagens das teorias económicas, as teorias sociais e políticas, procuram explicar a divulgação de informação sobre responsabilidade social e outros aspetos do mundo dos negócios, não apenas numa perspetiva económica. Essas teorias adotam uma perspetiva de sistemas, reconhecendo que as empresas influenciam, e são influenciadas, pela sociedade em que estão inseridas (Barros, 2008).

Estas teorias sociais e políticas parecem estar a ganhar maior aceitação na literatura recente, uma vez que permitem uma explicação mais abrangente e complexa de práticas de divulgação de responsabilidade social.

De acordo com Lopes e Rodrigues (2007, p. 30), Portugal é um dos países menos desenvolvidos da zona euro e um dos países mais pequenos da OCDE. Considera-se que as empresas se envolvem em atividades de divulgação de responsabilidade social devido a dois tipos diferentes de motivações: algumas empresas esperam que ter boas relações com os seus *stakeholders* aumentem os seus retornos financeiros, ajudando no desenvolvimento valioso de ativos intangíveis (recursos e capacidades). Esses ativos podem ser fontes de vantagem competitiva, porque podem diferenciar uma empresa dos seus concorrentes. O segundo tipo de motivação está relacionado com o facto de as empresas agirem em conformidade com as normas de interessados e expectativas sobre como as operações devem ser realizadas, constituindo assim, principalmente, a legitimidade de um instrumento usado por uma empresa para demonstrar a sua adesão a tais normas e expectativas.

Neste capítulo iremos incidir em particular sobre: a Teoria da Legitimidade e a Teoria dos Stakeholders, dado serem as teorias dominantes na investigação sobre práticas de divulgação de responsabilidade social (Deegan, 2002).

2.2.1 Teoria da Legitimidade

Para Suchman (1995, p. 574) citado por Bauer & Naime (2012), a "legitimidade é uma percepção generalizada ou suposição de que as ações de uma entidade são adequadas ou apropriadas dentro de um sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições". Neste contexto, a teoria da legitimidade defende que as empresas procuram estabelecer uma estrutura organizacional ou operacional que se visa legitimar diante da sociedade.

Segundo esta teoria, a sociedade legítima a empresa a existir, no entanto estabelece como moeda de troca que estas correspondam às suas expectativas, nomeadamente que as atividades da empresa estejam de acordo com os valores e normas da sociedade. Tendo por base a literatura já existente, ver por exemplo Bauer & Naime (2012), a teoria da legitimidade explica a motivação para as partes divulgarem voluntariamente uma determinada categoria de evidenciação ambiental que reflita a procura dos investidores, sendo que essa divulgação poderá contemplar as informações sobre as áreas que mais preocupações manifestam em detrimento dos restantes. O nível da legitimidade difere de empresa para empresa. A necessidade de legitimação acontece em empresas mais visíveis para os seus *stakeholders*, normalmente inseridas em indústrias ambientalmente mais sensíveis e que se apoiam mais na sua estrutura social e política.

A teoria da legitimidade foi abordada em vários estudos, dos quais se refere Campbell (2004), que investigou o volume de divulgação ambiental nos relatórios anuais de 10 empresas sediadas no Reino Unido, de cinco setores diferentes, no período de 1974 até 2000. Os resultados mostraram um aumento global no volume de informações ambientais apenas no final dos anos 80 e início de 90. Este aumento de divulgação de informação, segundo o autor, pode-se explicar pelo derramamento de óleo no Alasca, em 1989, bem como o aumento da consciência social de questões como o aquecimento global e o desmatamento da floresta. Neste mesmo estudo, o autor refere que estudos anteriores (Freedmann & Jaggi, 2005) e (DeVillers & Standen, 2006) sugeriram que a percepção da necessidade das organizações serem socialmente legítimas pode ser uma explicação para a variabilidade na divulgação ambiental.

O estudo realizado por Branco e Rodrigues (2008) analisa alguns fatores que influenciam a divulgação de responsabilidade social, para uma amostra de empresas listadas na Euronext - Lisboa, utilizando um referencial teórico que combina a teoria da legitimidade com a legitimidade baseada em recursos. De acordo com este quadro, os gestores precisam cada vez mais de considerar a divulgação de responsabilidade social como um sinal de melhoria social, e conduta ambiental nessas áreas, porque a divulgação influencia a percepção da reputação externa. Ao demonstrar que eles operam de acordo com critérios sociais e éticos, as empresas podem construir reputação, enquanto não fazê-lo pode ser uma fonte de risco reputacional. As evidências segundo os autores parecem sugerir que as empresas com maior visibilidade exibem maior preocupação de melhorar imagem corporativa através de divulgação de responsabilidade social, tanto na internet como nos relatórios anuais. Além disso, em setores com uma visibilidade maior para os consumidores, existe uma maior preocupação para atividades de envolvimento da comunidade e de divulgação. Existe, assim, um apoio para a utilização de uma combinação da teoria da legitimidade com a legitimidade baseada em recursos.

Outros estudos analisados também citam esta teoria como seja (Barros, 2008), (Bauer & Naime, 2012), (Conceição et al., 2012).

2.2.2 Teoria dos Stakeholders

A teoria dos *stakeholders* embora tenha características comuns à teoria da legitimidade, difere desta pois a segunda focaliza-se na perspectiva de sociedade, enquanto a teoria dos *stakeholders* considera todas as partes interessadas pelas ações da empresa, como sejam os acionistas, trabalhadores, clientes, fornecedores, investidores, credores, governo e o público em geral.

A teoria dos *stakeholders* em geral vê as empresas como sendo parte de um sistema social mais amplo em que as atividades da empresa afetam e são afetadas por outros grupos de *stakeholders* dentro da sociedade (Deegan, 2002).

Segundo Guthrie et al. (2004), a empresa irá desenvolver as atividades e divulgar as informações que são expectáveis pelos seus *stakeholders*. Todos os *stakeholders* deverão ter acesso às informações que os afetam independentemente de a utilizarem ou não, e mesmo que isoladamente não consigam influenciar a decisão da organização.

Na teoria dos *stakeholders* o potencial de conflitos ocorre entre proprietários (principais) e gestores (agentes) em empresas onde as ações estão distribuídas. No caso de a propriedade da empresa ser dispersa, não só a comunicação como a própria monitorização das atividades são dificultadas, uma vez que os acionistas têm pouca autoridade direta sobre os gestores devido à dispersão do capital. Nesse sentido as divulgações sociais e ambientais devem ser mais expressivas para que os gestores demonstrem aos proprietários da empresa que estão a gerir de forma eficaz e consciente (Bauer e Naime, 2012).

A teoria dos *stakeholders* foi abordada no estudo de Perrini (2005) que analisou as práticas de divulgação de empresas europeias em relação à quantidade e ao tipo de informação divulgada por categoria de *stakeholder*. O estudo baseia-se no pressuposto que a divulgação social das empresas pode ser considerada como a expressão mais direta das atitudes e comportamentos das mesmas em relação à responsabilidade social. A amostra foi composta por 90 empresas de média e grande dimensão, agrupadas de acordo com o sistema global de classificação, listadas em bolsa (*Ethical Index Euro*) e com publicação do relatório de sustentabilidade. O autor conclui que as empresas socialmente responsáveis

estão ligadas a sete grandes temas: eficiência operacional, segurança, meio ambiente, qualidade e inovação, abertura do diálogo, desenvolvimento de habilidades e cidadania responsável.

2.3 Divulgar a Sustentabilidade

Uma vez reconhecida a responsabilidade social que as empresas devem assumir, torna-se então necessário realçar a importância de divulgar essa mesma informação, para que esta esteja disponível aos *stakeholders*.

Segundo Gray et al. (1996), a responsabilidade social da empresa é, não só levar a cabo determinadas ações, como também proporcionar uma descrição das mesmas. O conceito de "Sustentabilidade" tem sido frequentemente utilizado por empresas para descrever as suas orientações económicas, sociais e ambientais.

Como já foi referido, a definição mais comum de “sustentabilidade” foi desenvolvida pela Comissão Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987), o chamado “Relatório Brundtland”. De acordo com esse relatório, o desenvolvimento sustentável é um desenvolvimento “que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Há uma perceção crescente de que as empresas devem lidar com a questão da sustentabilidade. No entanto, há debates em curso sobre o significado da sustentabilidade no contexto empresarial e muitas definições de sustentabilidade empresarial têm sido apresentadas. Existe uma maior pressão junto das empresas para que estas, além de assumirem responsabilidades sociais e ambientais das suas atividades, mostrem publicamente os esforços que estão a ser desenvolvidos nesse sentido, através, por exemplo, da divulgação do desempenho social, ambiental e económico da empresa (Sustentare, 2008).

O estudo da KPMG (2010), tendo como base a realização de um inquérito on-line dirigido às 51 empresas cotadas na Euronext Lisboa, que decorreu entre os meses de setembro e novembro de 2010 das quais responderam ao questionário 24 empresas (56% da amostra),

elencou os cinco principais benefícios e dificuldades na divulgação da sustentabilidade (ver tabela 4).

Tabela 4 - Principais Benefícios e Dificuldades na divulgação de Relatórios de Sustentabilidade

Principais Benefícios	Principais dificuldades
Melhoria do desempenho operacional e de gestão.	Gestão fragmentada dos temas da sustentabilidade.
Melhoria da reputação.	Dispersão geográfica/diversidade de negócios.
Melhoria do diálogo com <i>stakeholders</i> .	Necessidade adicional de recursos humanos.
Melhoria na abordagem ao risco.	Necessidade adicional de recursos financeiros.
Melhoria da imagem junto das comunidades.	Dificuldade na determinação do risco e impacto das alterações climáticas no negócio.

Fonte: Adaptado de KPMG (2010)

Este estudo em comparação com o realizado em 2008 (KPMG, 2008a) conclui, que os temas ambientais ganharam importância, com cerca de 90% das empresas a considerarem estes temas importantes. Os temas que lideram o topo da lista dos muito importantes são: Gestão de Risco; Gestão Baseada em Princípios de Integridade e Ética; Competitividade e Resultados Financeiros e Formação/Gestão do Capital Humano.

Relacionado com a Sustentabilidade temos o conceito de sustentabilidade empresarial que se relaciona a fatores como a condição de atuação das organizações em termos de eficiência relativa à utilização de recursos naturais nos seus processos produtivos (*inputs*), contrastando com a emissão de resíduos tóxicos, gases ou materiais, resultante do desenvolvimento de sua atividade económica (*outputs*), a condição em que se inserem os recursos humanos, exposição ao risco, práticas de remuneração, recompensa e prémios, bem como da forma como se processa a distribuição dos resultados económicos.

O desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social das empresas parecem ser reconhecidos por um número crescente de investidores, que vêm a liderança responsável como um indicador de performance a longo prazo. À medida que mais investidores compreendem o desenvolvimento sustentável e “recompensam” as empresas que o atingem, cada vez mais empresas estão a adotar esta forma de fazer negócios, mais inclusiva e de longo prazo.

A maioria dos estudos empíricos sobre a divulgação de responsabilidade social (*Social Responsibility Disclosure*) incidiram sobre o relatório anual, que é considerado como a ferramenta mais importante utilizada pelas empresas para se comunicar com as partes interessadas (Neu et al., 1998).

No entanto, a Internet tornou-se um importante meio através do qual as empresas podem divulgar informações de diferentes naturezas, e assim alguns estudos recentes têm analisado páginas da web como um meio de divulgação de responsabilidade social (Patten e Crampton, 2004). Explorar as páginas web das empresas é agora tão essencial como explorar os relatórios anuais para compreender as práticas de divulgação de responsabilidade social.

No estudo realizado por Branco e Rodrigues (2008), é referido que as empresas portuguesas atribuem maior importância a relatórios anuais como meio de divulgação do que à divulgação na internet. Diferenças visíveis estão relacionadas com a presença significativamente maior de informação de recursos humanos nos relatórios anuais do que na internet, no entanto verifica-se na internet maior presença de informação sobre o envolvimento com a comunidade do que em relatórios anuais. Segundo os autores estes resultados estão provavelmente relacionados com o facto de os relatórios anuais serem mais direccionados para investidores. Por outro lado, porque as páginas web das empresas estão destinadas a um público mais amplo, é natural que a empresa dê maior destaque a informações sobre a comunidade envolvente.

Na tabela 5 poderemos encontrar a referência a alguns estudos relacionados com a divulgação da Sustentabilidade, nomeadamente a metodologia seguida e principais conclusões dos autores.

Tabela 5 - Estudos relacionados com a temática da Divulgação da Sustentabilidade

Autor(es)	Estudo	Metodologia	Resultados
Branco e Rodrigues (2008)	Factors Influencing Social Responsibility by Portuguese Companies.	Este estudo analisa alguns fatores que influenciam a Divulgação de Responsabilidade Social por uma amostra de empresas listadas na Euronext - Lisboa, utilizando um referencial teórico que combina a teoria da legitimidade e uma perspectiva baseada em recursos.	<ul style="list-style-type: none"> - As empresas portuguesas atribuem maior importância a relatórios anuais como meios de divulgação do que a divulgação na Internet. - Empresas com maior visibilidade demonstram maior preocupação de melhorar imagem corporativa através SRD, tanto na Internet como nos relatórios anuais. - Setores com uma visibilidade maior para os consumidores, demonstram uma maior preocupação para atividades de envolvimento da comunidade e de divulgação.
Jiménez et al., (2008)	Compliance with Mandatory Environmental Reporting in Financial Statements: The Case of Spain (2001–2003).	A amostra é composta pelas contas anuais consolidadas das empresas cotadas no Índice geral da Bolsa de Madrid (IGBM - General Index of the Madrid Stock Exchange) entre 2001 a 2003. A metodologia seguida foi a análise de conteúdo.	<ul style="list-style-type: none"> - Considerável nível de não-conformidade e alguns problemas associados à divulgação voluntária. - Relatório é usado para influenciar a impressão pública do desempenho ambiental da empresa, reportando uma boa notícia, em vez de más notícias, gerindo assim a divulgação a ser divulgada.
Conceição et al., (2012)	Global Reporting Initiative (GRI) – Um estudo Exploratório da Prática de Evidência em Sustentabilidade Empresarial na América Latina	Estudo exploratório sobre a prática de evidênciação em sustentabilidade empresarial em companhias do Brasil e demais países da América Latina. O estudo ocorre entre 1999 a 2010 e segue os pressupostos teóricos da teoria da divulgação voluntária e da teoria de legitimidade.	<ul style="list-style-type: none"> - O processo de divulgação de sustentabilidade empresarial tem apresentado crescimento significativo, caracterizando-os como contexto propício à aderência dos pressupostos teóricos da teoria da legitimidade. - A Europa, Ásia e América Latina têm se destacado no esforço de adaptação de práticas de divulgação de sustentabilidade empresarial ao longo do período de 1999 a 2010, especialmente a partir dos primeiros anos do século XXI, sendo as empresas de média e grande dimensão as maiores responsáveis pela comunicação do desempenho em sustentabilidade empresarial.
Dias (2009)	Relato de Sustentabilidade Empresarial: Evidência Empírica nas Empresas Cotadas em Portugal	Aplicou como metodologia a análise de conteúdos, seguindo-se o modelo do GRI (2001). Verificaram a quantidade e qualidade das informações empresariais divulgadas por uma amostra de 49 empresas (de diversos sectores de actividade) cotadas no Mercado de Cotações Oficiais da Euronext Lisboa no exercício de 2005.	<ul style="list-style-type: none"> - O relato empresarial da sustentabilidade não é uma prioridade para os decisores das empresas. - Apenas 45% das empresas que H7 divulgam voluntariamente informação relacionada com a sustentabilidade empresarial. - Alguns relatórios apresentem poucos ou nenhuns indicadores numéricos, o que indicia que são produzidos mais como instrumento de marketing do que como reflexo de um verdadeiro compromisso com a responsabilidade social.

Fonte: Elaboração Própria

2.4 Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade

Elaborar relatórios de sustentabilidade consiste na prática de medir, divulgar e prestar contas, às várias partes interessadas, sobre o desempenho das organizações, visando atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável. A expressão “elaboração de relatórios de sustentabilidade” é abrangente, e considerada sinónima de outros termos e expressões utilizados para descrever a comunicação dos impactos económicos, ambientais e sociais, *i.e.*, *triple bottom line*, relatórios de responsabilidade corporativa, etc.). Um relatório de sustentabilidade deve fornecer uma declaração equilibrada e razoável do desempenho de sustentabilidade da organização nele representado, incluindo tanto as contribuições positivas, como as negativas (GRI, 2006).

O objetivo é que o Relatório de Sustentabilidade transmita de forma transparente os valores e princípios corporativos, as práticas de gestão e o desempenho da organização. Assim, este tipo de documento deve oferecer uma descrição equilibrada e sensata do desempenho das organizações.

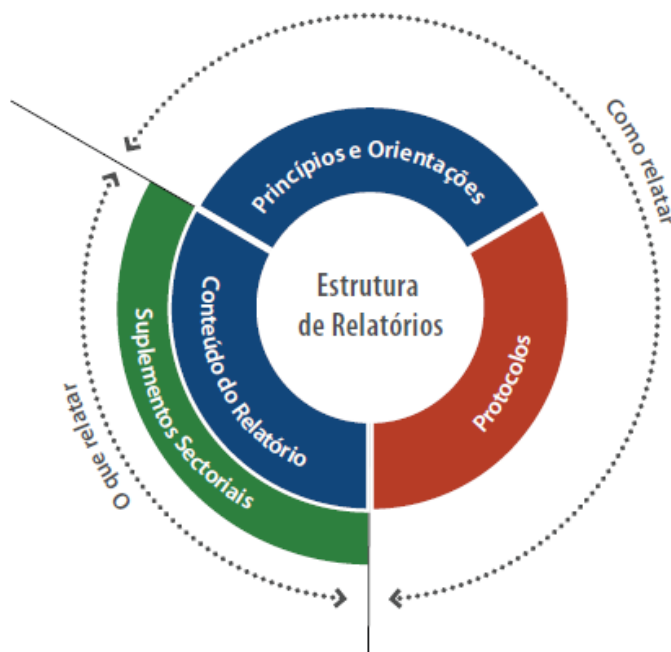
O processo de relato é voluntário, e as organizações podem elaborar o seu próprio modelo de relatório de sustentabilidade ou optar por algum já conhecido e utilizado. Existem vários modelos disponíveis mas atualmente, o modelo de relatório com maior credibilidade no cenário internacional é o da GRI, que publica diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade (Brown et al., 2009).

A GRI procura estabelecer um padrão internacional de relatório económico, social e ambiental. O modelo determina princípios e estrutura para o relatório, permitindo às organizações a apresentação geral do seu desempenho económico, social e ambiental. Proporciona a comparação com o mercado, já que estabelece padrões (indicadores) e ainda serve como uma plataforma para facilitar o diálogo e o envolvimento de *stakeholders*. Além das diretrizes globais, a GRI desenvolve diretrizes setoriais e, no futuro, pensa lançar diretrizes nacionais (Eugénio, 2011).

A GRI desenvolveu diretrizes para a elaboração de relatório de sustentabilidade, são linhas de orientação para a elaboração dos relatórios, tendo em vista o relato de “resultados

obtidos dentro do período relatado, no contexto dos compromissos, da estratégia e da forma de gestão da organização”. Atualmente, a GRI está na sua terceira versão de diretrizes, chamada de G3-GRI. As diretrizes estão estruturadas em duas partes. A Parte 1: Princípios e Orientações – que definem o “como relatar”, trazendo orientações para a definição do conteúdo do relatório, assegurar a qualidade da informação e estabelecer o limite ou âmbito do relatório; a Parte 2: Conteúdo do Relatório, ou o “o que relatar”, que estabelece referências para relatar o perfil da organização, sua forma de gestão e finalmente os indicadores de desempenho, conforme se pode verificar na leitura da figura 3.

Figura 3 - Estrutura de Relatórios da GRI



Fonte: GRI (2006) Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade

O desenvolvimento das diretrizes da GRI é influenciado por mudanças no campo da comunicação, tais como a introdução de novos conceitos, tendências e ferramentas. A próxima geração de Diretrizes da GRI - G4 - deve atender às exigências de dados de sustentabilidade, e permitir que se forneçam informações relevantes para vários grupos de interessados. Deve também melhorar em conteúdo as atuais Orientações - G3 e G3.1 - com definições técnicas reforçadas e maior clareza, ajudando os *stakeholders* e fornecedores de informações de garantia (GRI, 2011 b).

Tanto o G3 e G3.1 são diretrizes válidas até o final do período de transição para o G4. Após a publicação desta nova versão, o conselho de administração da GRI decide sobre um período de transição adequado para a mudança (historicamente é de 2 anos). As diretrizes G4 serão lançadas em maio de 2013 (GRI, 2011 b).

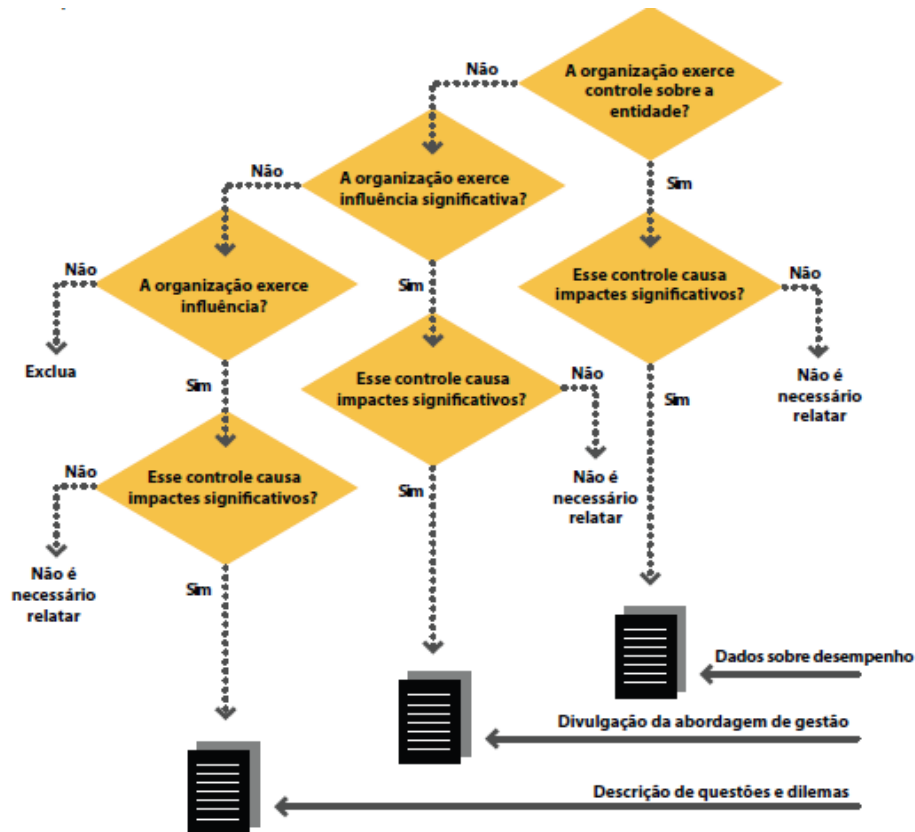
O processo avaliativo do relatório GRI é baseado na autoavaliação, considerando o nível de utilização das estruturas das diretrizes, aplicado nos relatórios de sustentabilidade das empresas. Existem três níveis de aplicação que são representados por letras: A (nível experiente), B (nível intermédio) e C (nível principiante), que podem conter uma condição diferenciada (A+, B+ e C+), dependendo de terem sido ratificados através de procedimentos de verificação externa (auditoria) (GRI, 2006).

Uma organização auto declara um determinado nível, com base na sua própria avaliação do conteúdo do relatório, quando comparado com os critérios dos níveis de aplicação da GRI. Para além da auto declaração, os responsáveis podem escolher entre solicitar que uma entidade externa de avaliação forneça uma opinião acerca da sua auto declaração e/ou solicitar que a GRI a examine.

É de salientar que a elaboração de relatórios de sustentabilidade é um processo vivo e uma ferramenta importante, que começa ou termina numa publicação impressa ou *online*. É algo que deve estar integrado num processo mais abrangente de definição da estratégia organizacional, de implementação de planos de ação e de análise de resultados. As organizações também devem determinar um ciclo cronológico sólido e periódico para a elaboração do relatório de sustentabilidade, podendo optar por um ciclo anual ou por um relatório de sustentabilidade bianual. As organizações podem atualizar o conteúdo do relatório de sustentabilidade de forma regular, fornecendo às partes interessadas um acesso à informação mais imediato, mas apresentando também desvantagens em termos de comparabilidade das informações. Porém, é importante que as organizações mantenham um ciclo predefinido, no qual é incluída toda a informação abrangida por esse período de tempo (GRI, 2006).

Devemos antes de elaborar um relatório de sustentabilidade, questionarmo-nos sobre os seus limites, a figura 4 pretende auxiliar nessa decisão:

Figura 4 - Árvore de decisão para estabelecimento dos limites do relatório



Fonte: GRI (2006) Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade

2.5 Verificação dos Relatórios de Sustentabilidade

O processo de garantia de fiabilidade, auditoria ou *assurance* é uma atividade que considera os processos subjacentes à certificação das informações, apesar de não estar limitada a essa tarefa. Esta é uma atividade diferente daquelas que têm por objetivo a avaliação ou validação da qualidade ou nível de desempenho de uma organização, tais como a emissão de certificados de desempenho ou avaliações de conformidade. Este processo de auditoria, para além de aumentar a credibilidade dos relatórios de sustentabilidade, permitirá confirmar a eficácia do sistema e dos processos internos de gestão; aumentar a qualidade dos dados; melhorar o comportamento e envolvimento do órgão de gestão, bem como o suporte de tomada de decisão (GRI, 2006).

Um entrave significativo para a divulgação social, corporativa, ética e ambiental atender às necessidades das partes interessadas e alcançar a responsabilização eficaz é a sua falta de credibilidade (Adams, 2004; Dando and Swift, 2003; Gray, 2006; Ingram and Frazier, 1980; Wiseman, 1982 citado em Jiménez et al., 2008). Essa evidência levou estudiosos em ética de negócios e literatura em contabilidade, à necessidade de regulamentação destas divulgações (Deegan et al., 2002; Deegan and Rankin, 1996; DeTiennee and Lewis, 2005; Freedman and Patten, 2004; Gray et al., 1987; Gray et al., 1988; Gray et al., 1996; Kuasirikun and Sherer, 2004; Mobus, 2005; Owen et al., 1997 citado em Jiménez et al., 2008).

Os auditores não serão sempre competentes para realizar verificações nos relatórios de sustentabilidade (Gray, 2000). As razões para isso podem ser muito heterogêneas: dificuldade em avaliar o impacto ambiental da política da empresa, a impossibilidade de avaliar o nível real de participação dos interessados no processo de comunicação, a prevalência de informações de caráter qualitativo-descritivo no relatório e assim por diante. Assim, os auditores podem não ter a competência profissional para realizar as verificações necessárias, ou mesmo fazendo uso de colaboradores especialistas em outras áreas podem encontrar dificuldades objetivas de atender aos requisitos devido a indicadores excessivamente genéricos e opiniões baseadas no documento do cliente.

O controlo de qualidade nas empresas que realizam trabalhos de auditoria, incluindo os princípios éticos e os requisitos de independência, é amplamente reconhecido como sendo de interesse público e parte integrante de um processo de verificação de alta qualidade.

A verificação independente dos relatórios de sustentabilidade é realizada de acordo com diferentes normas internacionais como:

- *Council on Economic Priorities Accreditation Agency (SA 8000);*
- *International Labor Organization (Convenções sobre Social Accountability);*
- *World Business Council for Sustainable Development (Indicadores sociais e de eco-eficiência);*
- *EMAS (Norma sobre Environmental and Management Systems);*
- *ISO (ISO 14001);*
- *FEE (Framework for Environmental Reporting);*

- *GRI (Normas sobre Sustainability Reporting);*
- *Institute of Social and Ethical Accountability (AA 1000 AS);*
- *International Auditing and Assurance Standards Board (ISAE 3000).*

Das normas anteriormente mencionadas, as mais utilizadas são as duas últimas (AA 1000 AS e ISAE 3000) para as quais é apresentado maior detalhe nos pontos seguintes.

2.5.1 AA 1000 Assurance Standard (AA 1000 AS)

A norma AA1000AS foi desenvolvida pelo *Institute of Social and Ethical Accountability* e aprovada em 2003, com o objetivo de assegurar a qualidade do relato de sustentabilidade e dos processos, sistemas e competências, compreendidos na organização como um todo, bem como garantir a avaliação dos princípios da materialidade, totalidade e capacidade de resposta. Esta norma foi revista em 2008, dando origem à AA1000APS, cujo objetivo é proporcionar uma base para implementar, avaliar e comunicar a informação contida nos documentos de prestação de contas, sobretudo no que concerne às organizações que adotam uma abordagem responsável e estratégica relativamente à sustentabilidade (AA1000APS, 2008).

Os objetivos e benefícios do *assurance* em sustentabilidade de acordo com a norma AA1000AS (AA 1000 AS, 2008) são:

- Alinhar os aspetos não financeiros da sustentabilidade com os relatórios financeiros e respetiva verificação;
- Proporcionar uma forma abrangente de levar a organização a prestar contas pela sua gestão, desempenho e elaboração de relatórios de sustentabilidade, através da avaliação da adesão da organização aos Princípios AA1000 da *AccountAbility* e da qualidade da informação disponibilizada em relação ao desempenho em matéria de sustentabilidade;
- Proporcionar um meio de apreender e contextualizar uma vasta gama de outros sistemas de verificação e certificação que abordam aspetos específicos da sustentabilidade, tais como as emissões de gases com efeito de estufa, os sistemas

de gestão ambiental, a gestão florestal sustentável ou a etiquetagem de comércio justo.

2.5.2 ISAE 3000

A ISAE 3000 foi aprovada, em 2005, pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* e estabelece os princípios básicos, bem como os procedimentos essenciais para a realização de auditoria. Fornece diretrizes que dão orientações na abordagem e procedimentos, a ter em conta no desenvolvimento deste tipo de projetos, para que estejam de uma forma sistemática e consistente com os *standards* profissionais de auditoria e seus códigos de conduta (Eugénio, 2011).

Esta norma permite executar trabalhos de *reasonable assurance* que conduzem à expressão das respetivas conclusões em forma positiva e trabalhos de *limited assurance*, com um nível aceitável, embora mais elevado, de risco de trabalho de *assurance*, que levem à expressão das respetivas conclusões em forma negativa. A ISAE em causa estabelece os princípios a tomar em consideração pelo auditor, nomeadamente:

- Requisitos éticos;
- Controlo de qualidade;
- Aceitação e continuidade do trabalho;
- Acordo nos termos do trabalho;
- Planeamento e execução do trabalho;
- Utilização do trabalho de um perito;
- Obtenção de evidência;
- Consideração de eventos subsequentes;
- Documentação;
- Preparação do relatório de *assurance*.

No estudo realizado por Manetti et al., (2009) é apontada como fraqueza da norma ISAE 3000, o facto de não ser projetada especificamente para serviços de garantia sobre relatórios de sustentabilidade. Os autores apresentam os fatores determinantes de maior / menor fiabilidade (a nível de auditoria) como sendo:

- A utilização de testes seletivos;

- Limitações nos sistemas de controlo interno das organizações;
- O facto de a maioria dos elementos utilizados pelo auditor serem indicativos, mas não conclusivos;
- A margem de manobra considerável exercida na seleção de elementos indicativos e o tirar conclusões baseadas em evidências verificadas;
- O carácter intrínseco do assunto.

2.5.3 Garantia dos Relatórios de Sustentabilidade

A garantia de relatórios de sustentabilidade representa uma área relativamente nova e em rápida expansão da prática profissional para os contabilistas e outros consultores. No entanto, uma série de estudiosos são altamente críticos da prática atual argumentando que a atual garantia de relatórios de sustentabilidade poderá ser duvidosa e de fraca credibilidade.

Em 2007, quase quatro quintos dos maiores do mundo, 250 empresas emitiram relatórios sociais autónomos (KPMG, 2008a). Da mesma forma, a garantia de relatórios de sustentabilidade tem crescido rapidamente (Kolk, 2010 citado por Smith et al., 2011) de tal forma que até 2007, 25% de todas as empresas produtoras de relatórios de sustentabilidade também incluíam uma declaração de garantia de terceiros (CorporateRegister.com, 2008).

No estudo realizado por LacKmann et al., (2011), em que foram analisadas empresas que compõem o índice *DJSI STOXX* (reúne as 20% maiores empresas no desempenho de sustentabilidade do índice *Dow Jones STOXX 600*) foram formuladas as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: Investidores reagem positivamente a um aumento da fiabilidade da informação de sustentabilidade das empresas;

Hipótese 2: A magnitude das reações dos investidores a um aumento na confiabilidade da informação de sustentabilidade das empresas é maior para as empresas que mostram um nível mais alto de incerteza da informação;

Hipótese 3: A magnitude das reações dos investidores a um aumento da informação de sustentabilidade das empresas é mais forte em tempos de incerteza económica.

Os resultados apresentados pelos autores sugerem que os investidores consideram a confiabilidade de informações de sustentabilidade na determinação do valor de mercado de uma empresa.

Usando testes univariados e abordagens de regressão múltipla, verificaram que os investidores de empresas caracterizadas por um maior risco "investimento" (por exemplo, maior risco de retorno sistemático de ações e maior taxa de alavancagem financeira) beneficiam ainda mais a partir da avaliação objetiva externa. Além disso, verificaram uma reação positiva do mercado relacionado para o aumento da confiabilidade de informações de sustentabilidade maior nas empresas com um maior risco "informação" (por exemplo, o desempenho futuro de ações menos previsível e superior "informação" inclinação para manipulação da gestão).

Relativamente ao caso português, o estudo de (Eugénio e Gomes, 2013) realizado a 222 Relatórios de Sustentabilidade, publicados entre 2008 e 2010 conclui que a norma mais utilizada para auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade em Portugal é a ISAE 3000 utilizada isoladamente, seguida da aplicação conjunta desta norma com a norma AA1000AS. Este mesmo estudo conclui que as empresas líderes na auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade são em primeiro lugar a PwC, seguida da Deloitte e KPMG e que os procedimentos de auditoria mais utilizados na verificação dos relatórios são: a indagação à gestão, comparação de dados relativos a indicadores de desempenho e confirmação do nível de aplicação.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Capítulo 3 – Metodologia e Desenho da Investigação

Esta dissertação é constituída por três ensaios com objetivos, metodologia e recolha de dados de acordo com os pontos seguintes.

3.1 Ensaio 1 – Caracterização das empresas do setor da construção civil que publicam relatórios de sustentabilidade

3.1.1 Objetivos da Investigação, Metodologia e Recolha de Dados (Ensaio 1)

Neste primeiro ensaio, analisámos os relatórios de sustentabilidade das empresas portuguesas do setor da construção civil e das empresas espanholas do mesmo setor incluídas na base de dados cedidos pela GRI em 2012.

Pretendemos obter evidência empírica sobre a divulgação de informação sobre sustentabilidade, disponibilizada nos exercícios de 2009 a 2011 pelas empresas que constituem a amostra, com os seguintes objetivos:

- 1) Verificar as práticas de relato das empresas do setor da construção civil em Portugal;
- 2) Verificar as práticas de relato das empresas do setor da construção civil em Espanha;
- 3) Analisar se as empresas recorrem a verificação externa;
- 4) Verificar qual o nível de aplicação da GRI;
- 5) Analisar se as empresas divulgam total ou parcialmente a informação recomendada pela GRI;
- 6) Identificar os indicadores económicos, ambientais e sociais mais relevantes para este setor de atividade.

Numa primeira fase foram consideradas para a população em estudo todas as empresas portuguesas e espanholas do setor da construção civil incluídas na base de dados da GRI, sendo o universo de 21 empresas.

Numa segunda fase, definiu-se como condição que as empresas que constituem a amostra divulgassem relatório de sustentabilidade simultaneamente nos três anos em análise, ou seja, 2009, 2010 e 2011. Recorrendo à base de dados do *Global Reporting Initiative* e páginas web das empresas, foram selecionadas apenas 10 empresas, 3 empresas portuguesas e 7 empresas espanholas. Totalizando 30 relatórios (nos 3 anos em estudo).

No quadro seguinte apresentamos uma síntese das empresas que constituem a amostra:

Tabela 6 - Detalhe das empresas que constituem a amostra (análise de conteúdo)

Name	Size	Organization type	Sector	Country Status	Region
Acciona	Large	Construction	Spain	OECD	Europe
ADIF	Large	Construction	Spain	OECD	Europe
Fomento de Construcciones Y Contratas (FCC)	Large	Construction	Spain	OECD	Europe
Grupo ACS	Large	Construction	Spain	OECD	Europe
Grupo Soares da Costa (SGPS)	Large	Construction	Portugal	OECD	Europe
Grupo TRAGSA	Large	Construction	Spain	OECD	Europe
Javierre S.L.	SME	Construction	Spain	OECD	Europe
Mota-Engil SGPS	Large	Construction	Portugal	OECD	Europe
OHL Group	Large	Construction	Spain	OECD	Europe
SOMAGUE Engenharia	Large	Construction	Portugal	OECD	Europe

Fonte: Elaboração Própria

Para selecionar a informação de sustentabilidade divulgada pelas empresas que constituem a amostra analisámos os relatórios de sustentabilidade e relatórios e contas disponíveis na internet em qualquer formato para *download*, de acordo com outros estudos como Dias, (2009). Esta opção, fundamenta-se igualmente no estudo da KPMG Portugal (KPMG, 2006) onde consta que 61% das empresas inquiridas produziram relatórios autónomos, para divulgarem informação sobre sustentabilidade 31% utilizaram secções específicas incluídas no relatório e contas e 8% divulgaram informação exclusivamente no seu *website*.

O tratamento dos dados foi realizado por meio do *software* Excel utilizando a estatística descritiva.

Com o objetivo de analisar a informação recolhida nos relatórios de sustentabilidade das empresas que constituem a amostra utilizou-se a metodologia aplicada com mais frequência na investigação empírica em Contabilidade Social e Ambiental a análise de conteúdo (Gray et al. 1995a cito em Dias, 2009; Krippendorf, 1980, Zéghal e Ahmed, 1990; Adam e Roberts, 1995; Gray et al 1995; Hackston e Milne, 1996; Bebbington e Gray, 1997; Milne e Adler, 1999; Moneva e Llena, 2000; Raar, 2002; Gallego, 2006; Larrinaga et al., 2008; Branco e Rodrigues, 2008 cito em Dias,2009); Jiménez et al., 2008.

A análise dos relatórios de sustentabilidade foi realizada em todo o documento, correspondendo assim à análise integral dos trinta relatórios. As categorias foram seleccionadas com base em trabalhos realizados sobre relatórios de sustentabilidade em organizações, nomeadamente o estudo de Dias (2009) e da *Global Reporting Initiative* (2006). A informação foi classificada em categorias, tendo por base o modelo da GRI, uma vez que é o modelo com maior utilização internacional, e encontram-se esquematizados na tabela seguinte, com os respetivos critérios utilizados na análise.

Tabela 7 - Categorias (utilizadas na análise de conteúdo) e Conteúdo

Categorias	Conteúdo
Estratégia e Análise	De acordo com o Ponto 1 das Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade Modelo GRI - G3: <ul style="list-style-type: none"> - Declaração da visão e da estratégia da organização no que se refere à sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. - Declaração da pessoa com maior poder de decisão na organização, com descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade.
Perfil Organizacional	De acordo com o Ponto 2 das Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade Modelo GRI - G3, dividido: <ul style="list-style-type: none"> - Perfil Organizacional: 2.1 a 2.9
Parâmetros para o Relatório	De acordo com o Ponto 3 das Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade Modelo GRI - G3, dividido: <ul style="list-style-type: none"> - Perfil do Relatório: 3.1 a 3.4 - Âmbito e Limites de Enquadramento do Relatório: 3.5 a 3.11 - Sumário do Conteúdo da GRI: 3.12 - Verificação: 3.13
Governança, Compromissos e Envolvimento	De acordo com o Ponto 4 das Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade Modelo GRI - G3, dividido: <ul style="list-style-type: none"> - Governança: 4.1 a 4.10 - Compromissos com Iniciativas Externas: 4.11 a 4.13 - Envolvimento das Partes Interessadas: 4.14 a 4.17
Indicadores Desempenho	De acordo com o Ponto 5 das Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade Modelo GRI - G3, dividido: <ul style="list-style-type: none"> - Indicadores de Desempenho Económico: EC1 a EC9 - Indicadores de Desempenho Ambiental: EN1 a EN30 - Indicadores Sociais, divididos: <ul style="list-style-type: none"> - Práticas Laborais e Trabalho Condigno: LA1 a LA 14 - Direitos Humanos: HR1 a HR9 - Sociedade: SO1 a SO8 - Responsabilidade pelo Produto: PR1 a PR9

Fonte: Elaboração Própria

Os indicadores são apresentados da seguinte forma: indicadores de desempenho económico (DE), desempenho ambiental (DA), práticas laborais (PL), de direitos humanos (DH), Sociedade (SO) e de responsabilidade pelo produto (RP).

A tabela seguinte apresenta o número de indicadores essenciais e complementares que são citados nas diretrizes GRI para relatórios de sustentabilidade, sendo que o detalhe dos indicadores/lista completa pode ser consultada no Anexo 4:

Tabela 8 - Quantidade de Indicadores Essenciais e Complementares

INDICADORES	DE	DA	PL	DH	SO	RP
Essenciais	7	17	9	6	6	4
Complementares	2	13	5	3	2	5
TOTAL	9	30	14	9	8	9

Fonte: Elaboração Própria

Na análise dos indicadores, a informação divulgada foi classificada como: quantitativa e/ou qualitativa. Considerou-se informação quantitativa quando era divulgada informação passível de ser medida (euros, litros, quilos, etc.), e informação qualitativa quando apenas se descrevia a informação relevante para o indicador, sem que fosse feita referência a dados suscetíveis de serem medidos.

A presença ou ausência de todos os aspetos quantitativos e qualitativos foi assinalada mediante a utilização de uma escala que varia entre 1 e 0, em que 1 assinala a presença do item considerado e 0 a sua ausência. Esta escala foi também utilizada pelos autores Abbott e Monsen (1979).

Foi ainda feita uma classificação à divulgação de informação de sustentabilidade, como: Total, Parcial, ou não Aplicável. Os critérios utilizados foram: para a classificação “Total”, considerámos que a empresa divulgava toda a informação considerada essencial para o indicador em questão, “Parcial” quando a empresa apenas divulgava parte dessa informação e “Não aplicável” quando o indicador a divulgar não se aplicava à atividade da empresa. Esta classificação foi efetuada para 12 relatórios. Não foi considerada a totalidade da amostra (30 relatórios) por ser uma análise de difícil comparação, pois embora o nosso universo da amostra seja composto apenas por empresas do setor da construção civil, a necessidade de divulgação altera em função do nicho de mercado e localização geográfica

em que a empresa opere. Em suma efetuou-se esta análise a duas empresas portuguesas: Somague, SGPS e Grupo Soares da Costa, SGPS nos três anos de análise, 2009 a 2011 correspondendo à análise de 6 relatórios, e a duas empresas espanholas também nos três anos de análise: Grupo Tragsa e Acciona, S.A, correspondendo à análise também de 6 relatórios.

A Tabela 9 apresenta a classificação e critérios utilizados na análise de conteúdo:

Tabela 9 - Classificação e Critérios utilizados na análise de conteúdo

<i>Classificação</i>	<i>Critério</i>
Total	Divulga toda a informação
Parcial	Divulga apenas parcialmente a informação
1	Divulga
0	Não divulga
NA	Não Aplicável

Fonte: Elaboração Própria

Esta classificação e critérios utilizados poderão ser encontrados em outros estudos, ver por exemplo Dias, 2009.

3.2 Ensaio 2 – Perceção da sustentabilidade no “Grupo Lena” – Estudo de caso

Ao longo dos últimos anos, um conjunto cada vez maior de empresas portuguesas dos mais diversos setores económicos têm investido na elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade. O desafio da sustentabilidade tem chegado a todos os setores e o da construção civil não é exceção. Neste ensaio, pretendemos analisar um dos maiores grupos nacionais, com origem no distrito de Leiria, o Grupo Lena.

3.2.1 Objetivos da Investigação, Metodologia e Recolha de Dados (Ensaio 2)

Neste segundo ensaio, fomos analisar toda a informação disponível sobre o “Grupo Lena”¹. Com o objetivo central de explorar e explicar a perceção que diferentes responsáveis de áreas chave da empresa têm sobre a sustentabilidade e/ou sobre a estratégia de responsabilidade social que a empresa tem seguido ao longo dos últimos anos, seguiu-se a metodologia de estudo de caso. Outros estudos seguiram esta metodologia como Adams (2012) e Ball (2005) citado em Eugenio et al., (2013), Bebbington, J. (2001) e Deegan, C. (2002).

Pretendemos com este estudo responder aos seguintes objetivos:

- 1) O que leva uma empresa a divulgar ou não um relatório de sustentabilidade;
- 2) Perceber as principais preocupações e motivações que a empresa tem na área da responsabilidade social;
- 3) Explorar e explicar a perceção que diferentes responsáveis das áreas chave da empresa têm sobre a sustentabilidade;
- 4) Percecionar o que a empresa tem feito ao longo destes últimos anos na área da sustentabilidade;
- 5) Perceber quais os principais *stakeholders* da empresa;
- 6) Saber se está previsto a divulgação de um relatório de sustentabilidade.

Neste ensaio, analisamos toda a informação disponível no *site* da empresa, brochuras, *newsletters*, documentos internos, informação institucional, notícias divulgadas e relatório e contas divulgados nos últimos 4 anos (relativos aos anos de 2009 a 2012).

Após compreendermos melhor a informação divulgada relativa à responsabilidade social da empresa, definimos o tema, os objetivos da entrevista e as pessoas a entrevistar. Com vista a alcançar os objetivos propostos, optamos por entrevistar quadros de primeira e segunda linha, responsáveis por departamentos chaves na empresa: Recursos Humanos, Marketing, Financeiro, Controlo de Gestão e Qualidade, Segurança e Ambiente.

¹ Ao longo do trabalho temos várias referências ao “Grupo Lena”, embora este esteja presente em várias áreas de atuação, estaremos sempre a falar na sua área core de atuação, a Construção Civil.

Realizámos uma entrevista também ao CEO da empresa, uma vez que se trata da pessoa com maior autoridade na hierarquia operacional da empresa, no sentido de perceber qual a sua perceção relativamente a este tema.

O método de estudo de caso, também referido por Almeida e Pinto (1995) como método de análise intensiva, fundamenta-se num estudo enérgico em amplitude e em profundidade, de um determinado fenómeno (caso). Ao proporcionar a oportunidade de um estudo aprofundado de determinado problema, o estudo de caso permite ir mais além do que a simples descrição do mesmo, levando o investigador a interessar-se pela interação dos fatores envolvidos através de uma recolha sistemática de dados.

Yin (2009) descreve o estudo de caso como: um tipo de investigação preocupado com determinado fenómeno no seu contexto, motivo pelo qual envolve um vasto conjunto de variáveis resultantes de múltiplas fontes de informação, numa perspetiva de triangulação de dados, que necessita de uma planificação cuidada e coerente, não só do quadro teórico subjacente ao estudo, como das formas de recolha e tratamento dos dados.

Yin (2003), cito em Major e Vieira (2012) reconhece que a principal preocupação com o estudo de caso se relaciona com a possível falta de rigor e a subjetividade por parte do investigador resultante da sua proximidade (ainda que muitas vezes meramente física) com o objeto de estudo. Nesse sentido a autora tentou sempre ser imparcial, e não se deixar afetar pelo conhecimento que já possui da organização.

Com os objetivos do estudo definidos e pela diversidade de elementos a tratar, a opção pela entrevista enquanto método de recolha de dados, foi ditada não só pelo tipo de informação que se pretendia compreender como também pelo leque de entrevistados que pretendíamos alcançar.

A entrevista é um dos métodos mais utilizados na investigação qualitativa, e os estudos qualitativos em contabilidade não são exceção. O investigador desencadeia um processo de geração de informação através de entrevistas, normalmente semiestruturadas e abertas, com o objetivo de compreender em profundidade determinado fenómeno social, tendo por base as experiências vividas pelos entrevistados (Major e Vieira, 2012).

O método de entrevista prima pela proximidade entre entrevistado e investigador, permitindo obter informações e elementos de reflexão de âmbito alargado.

Seguimos o método de entrevista semiestruturada, também utilizado em outros estudos (ver por exemplo: Cortese et al., 2010; Smith et al., 2011 e Eugenio et al., 2013). A técnica da semi estruturação dos guiões desenvolvidos para as entrevistas, permite orientar os discursos dos entrevistados no sentido das temáticas propostas quer pelo objeto do presente estudo, quer pelos objetivos específicos formulados. O conjunto de questões formuladas não se tratou de estruturas inflexíveis a serem seguidas mas sim, teve por base um conjunto de questões abertas, assumidas mais como pontos de referência capazes de desencadear discursos passíveis de tirar conclusões interessantes ao presente estudo.

Existiu uma constante preocupação em evitar interromper o entrevistado, respeitando os tempos de silêncio e o posicionamento verbal e não-verbal de uma atitude de escuta. Para facilitar o tratamento dos dados entendeu-se útil a gravação dos discursos. Tal facto ocorreu após consentimento prévio dos entrevistados, garantindo-se confidencialidade e anonimato das informações recolhidas.

No total foram efetuadas 14 questões aos entrevistados, sendo que nem todas foram respondidas por todos os intervenientes, porque desconheciam a estratégia seguida pela empresa nessa questão em concreto (o guião utilizado nas entrevistas pode ser consultado no anexo 5). O tempo real de duração das entrevistas foi de aproximadamente 18 minutos, e foram entrevistados um ou mais responsáveis por áreas chave na empresa, conforme se pode constatar na tabela abaixo. Todos os entrevistados ocupam lugares de chefia/ direção sendo responsáveis pela tomada de decisão. A opção por este grupo prendeu-se com o facto de serem responsáveis por áreas chaves na empresa e poderem influenciar positivamente a implementação de uma estratégia de sustentabilidade dentro da organização.

Tabela 10 - Detalhe dos intervenientes na entrevista

<i>Data</i>	<i>Entrevistado</i>	<i>Area Funcional</i>	<i>Duração(min)</i>
16-out	Entrevistado 1	Financeira	20
16-out	Entrevistado 2	Qualidade, Segurança e Ambiente	21
17-out	Entrevistado 3	Qualidade, Segurança e Ambiente	19
17-out	Entrevistado 4	Controlo de Gestão	20
17-out	Entrevistado 5	Financeira	16
17-out	Entrevistado 6	Recursos Humanos	13
18-out	Entrevistado 7	Marketing	14
21-out	Entrevistado 8	Administração	23

Fonte: Elaboração Própria

Major e Vieira (2012) referem a importância de existir uma triangulação de informação, nesse sentido optou-se por fazer uma triangulação da informação obtida por via das entrevistas, com aquela que conseguimos obter quer por via de textos e documentos recolhidos quer pela consulta da página web, de forma a testarmos a sua validade.

3.2.2 Caracterização da empresa em estudo – Grupo Lena

A seguir apresentamos uma breve caracterização da empresa em estudo tendo por base informação do relatório e contas, *newsletters* e *site* institucional da empresa.

O Grupo Lena tem as suas origens na década de 50. Nasceu em Leiria (centro de Portugal) com atividades ligadas a terraplanagens e construção.

Em 1974 constitui-se a “Construtora do Lena”, empresa a partir da qual pode ser traçada a sua história mais recente.

Os anos de 1990 foram uma década muito importante - com base no crescimento alcançado na área da construção, conseguiu diversificar as suas atividades e constituir formalmente o "Grupo Lena", em 1998.

A internacionalização no Grupo Lena iniciou-se nesse ano no Brasil. Atualmente, o Grupo está igualmente presente: Angola, Argélia, Brasil, Bulgária, Espanha, Marrocos, Moçambique, Roménia e Venezuela.

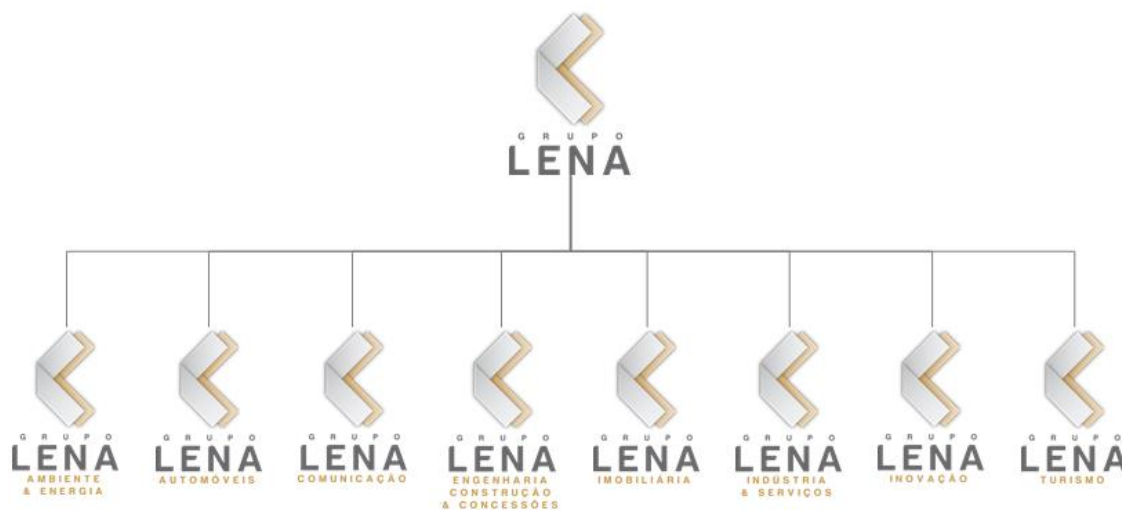
Figura 5 - Internacionalização por área de atuação

Actividades	Países									
	Angola	Argélia	Brasil	Bulgária	Espanha	Marrocos	Moçambique	Portugal	Roménia	Venezuela
Ambiente & Energia	●		●				●	●		
Automóveis	●							●		
Comunicação								●		
Construções, Engenharia & Concessões	●	●	●	●		●	●	●	●	●
Imobiliária	●							●		
Indústria & Serviços	●		●					●		●
Inovação					●			●		
Turismo			●					●		

Fonte: www.grupolena.pt

Em 2009, inicia-se um profundo processo de reestruturação do Grupo Lena. Para alcançar a visão e os objetivos estratégicos, é implementado em 2010 um novo modelo de governo corporativo.

Figura 6 - Áreas de atuação do Grupo Lena



Fonte: www.grupolena.pt

O Grupo Lena integra atividades em várias áreas de atuação genéricas que se complementam entre si:

- *Ambiente e Energia* (Energias renováveis; Redes de água e saneamento; Gestão e exploração de aterros sanitários; Tratamento de águas residuais e gestão ambiental; Distribuição e exploração de sistemas de abastecimento de água).

- *Automóveis* (Viaturas novas, seminovas e usadas; Venda de peças para automóveis; Manutenção multimarca; Gestão de frotas e Rent-a-car).
- *Comunicação* (Jornais regionais e Rádio regional).
- *Engenharia Construção e Concessões* (Construção civil; Obras públicas e privadas; Obras de arte; Conceção e construção de empreitadas e Serviços de subempreitada).
- *Imobiliária* (Investimento e promoção de projetos imobiliários; Empreendimentos residenciais e não residenciais e Mediação imobiliária).
- *Indústria e Serviços* (Tintas e impermeabilizantes, Betão, Inertes, Artefactos de cimento, Topografia e cartografia e Sinalização vertical e horizontal).
- *Inovação* (Criopreservação das células estaminais; Testes genéticos e Produtos de saúde e bem estar).
- *Turismo* (Cadeia de Hotéis Eurosol; Unidades Vitor's Village e Vitor's Plaza; Termas e Spa Monte Real e Hotel Monte Real).

Dentro da vertente de responsabilidade social e envolvimento com a comunidade, o Grupo Lena desenvolve projetos que visam a partilha da riqueza criada com as comunidades onde desenvolve as suas atividades. Ao longo da sua história, tem vindo a patrocinar e a desenvolver projetos específicos de apoio à Educação, Cultura, Desporto e de Solidariedade social. De seguida destacamos alguns desses projetos:

- *Lena Business* - Consiste em desafiar os estudantes universitários a novas ideias de negócio, promovendo a inovação e criando assim novas empresas que são acolhidas no Grupo Lena.
- *Escola de Negócios* - O Grupo Lena criou a primeira escola de formação corporativa em Portugal. A missão passa por formar os seus quadros e realização de ações de formação externa em todos os países onde o grupo se encontra. Para tal, dispõe de uma plataforma de *e-learning* que permite chegar aos seus quadros nos três continentes.
- *Engenho & Arte* - Consiste em valorizar a obra pública desafiando os artistas plásticos a um novo olhar sobre aquilo que o quotidiano e a rotina vão

adormecendo. Através da Pintura, Escultura ou Instalação retrata-se aquilo que os municípios vão concretizando.

- *Campanhas de solidariedade a favor de entidades da região.*
- *Bolsa de estudos a colaboradores* - Com vista à valorização dos colaboradores do Grupo Lena e com o objetivo de incentivar a formação dos mesmos ou dos seus descendentes, a empresa tem aberto ao longo dos últimos anos candidaturas a bolsas de estudo. Sendo que no ano letivo 2012/2013 foram atribuídas 8 bolsas de 13 candidaturas recebidas.

3.3 Ensaio 3 – Implementar a Sustentabilidade no “Grupo Lena”

Todas as organizações (privadas e públicas) são estimuladas a elaborar os relatórios de sustentabilidade tendo por base diretrizes, independentemente da sua dimensão, experiência, setor de atividade ou localização geográfica.

Existem diversas questões/problemáticas que se colocam antes de se implementar a sustentabilidade, como sejam:

- Por onde podemos começar?
- Podemos partir de uma prática de uma empresa bem-sucedida e aplicar na nossa própria organização?
- Quem é o responsável pela sustentabilidade nas empresas? Deve haver uma equipa de projeto?
- Quantas pessoas são precisas para trabalhar a sustentabilidade numa empresa?
- Quais os passos mais importantes para definir e gerir uma estrutura interna? (adaptado de Ciclo de conferências: Implementar a sustentabilidade – maio 2012).

3.3.1 Objetivos da Investigação, Metodologia e Recolha de Dados (Ensaio 3)

A identificação das áreas chave de atuação é em si mesma uma estratégia que pode orientar a implementação consertada de ações com vista à divulgação da sustentabilidade.

Pretendemos neste ensaio analisar o “Grupo Lena”, empresa que analisámos no segundo ensaio (no nosso estudo de caso), de forma a percebermos quais os passos/medidas que a organização terá de seguir para conseguir produzir e divulgar um Relatório de Sustentabilidade. Nesse intuito seguimos o guião prático para a responsabilidade social das empresas (Grace, 2011) e iremos seguir os passos propostos pela organização GRACE² e enquadrá-los na realidade do “Grupo Lena”.

Neste ensaio pretendemos responder aos seguintes objetivos:

- 1) Verificar o ponto de situação da empresa nos vários itens da responsabilidade social;
- 2) Perceber quais as vertentes em que a organização terá de se focar (processos que carecem de melhoria) para conseguir produzir e divulgar um relatório de sustentabilidade;
- 3) Propor alguns indicadores úteis na divulgação do relato de sustentabilidade.

A verificação da responsabilidade social do “Grupo Lena” irá ser repartida em 6 vertentes de análise (Como iniciar, Colaboradores, Ambiente, Sociedade, Fornecedores e Avaliação e Partilha), sendo que dentro de cada vertente serão analisados diversos pontos, conforme é visível na tabela abaixo:

² O GRACE - Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial - foi formado em 25 de fevereiro de 2000 por um conjunto de empresas, maioritariamente multinacionais, que tinham como denominador comum o interesse em aprofundar o papel do setor empresarial no desenvolvimento social.

Tabela 11 - Grelha de Verificação (ensaio 3)

	Responsabilidade Social					
	Como iniciar	Colaboradores	Ambiente	Sociedade	Fornecedores	Avaliação e Partilha
Total de Pontos a analisar	9	62	41	26	6	2

Fonte: Elaboração Própria

Conforme é visível na tabela acima, neste ensaio analisamos um total de 144 processos, repartidos pelas 6 vertentes em análise. Foi um ensaio muito extenso e demorado que obrigou a uma análise aprofundada das normas de qualidade aplicáveis à empresa por forma a percebermos quais os pontos que a empresa já cumpre por imperativo da certificação aplicável, e outros processos que embora possam não estar documentados sejam prática da empresa.

Construímos para cada um desses pontos de análise uma grelha de classificação, e um campo de observações com evidências sempre que aplicável. A tabela seguinte ilustra a composição dessa grelha:

Tabela 12 - Grelha de classificação e critérios na implementação da Responsabilidade Social

Classificação	Critério
Concluído	Quando a empresa tem implementado essa medida e a monitoriza corretamente.
Em curso	Quando se encontrou evidências que a empresa estava a implementar.
Poderia melhorar	Quando se encontrou evidências que a empresa tinha implementado a medida mas ainda carecia de melhorias.
Vale a pena considerar	Embora a empresa nada tivesse feito nessa medida, encontrou-se evidências que seria aplicável.
Fora de questão	Quando já se analisou a medida mas não seria possível no curto prazo ser implementada.
Não se aplica	Quando não aplicável à empresa.
Observações/Evidências	Recolha de informação para suportar a classificação efetuada.

Fonte: Elaboração Própria

Os resultados foram obtidos tendo como base a análise documental de diversos documentos: relatório anual, página web, *newsletters*, filme institucional, panfletos e o conhecimento que resultou das entrevistas. No anexo 6 encontra-se o guião para a responsabilidade social (Grace,2011) aplicado à realidade do Grupo Lena.

Iremos por último deixar alguns indicadores que poderão ser utilizados por qualquer empresa no setor da construção civil (com as respetivas adaptações, se necessário) na divulgação da sua responsabilidade social, estes indicadores foram sendo recolhidos ao longo desta dissertação, nomeadamente ao longo do ensaio 1 e completados com as necessidades de recolha de informação que identificámos nos ensaio 2 e 3.

Capítulo 4 – Análise e Discussão dos Resultados

4.1 Ensaio 1 – Caracterização das empresas do setor da construção civil que publicam relatórios de sustentabilidade

4.1.1 Práticas de Relato de Sustentabilidade

Após análise dos relatórios e contas e relatórios de sustentabilidade foram possíveis alcançar vários resultados descritos neste capítulo. Pretende-se responder aos seguintes objetivos:

- 1) Verificar as práticas de relato das empresas do setor da construção civil em Portugal;
- 2) Verificar as práticas de relato das empresas do setor da construção civil em Espanha;
- 3) Analisar se as empresas recorrem a verificação externa;
- 4) Verificar qual o nível de aplicação da GRI;
- 5) Analisar se as empresas divulgam total ou parcial a informação recomendada pela GRI.

A percentagem de divulgação de indicadores neste setor de atividade é muito elevada, conforme apresentado nos quadros seguintes, este resultado não foi inesperado, em virtude de as empresas incluídas na amostra obterem todas por parte da GRI classificação (maioritariamente) de nível A+. Esta classificação exige resposta a todos os indicadores de desempenho, a resposta a todos os critérios do perfil do relatório e verificação externa por forma a garantir a fiabilidade da informação divulgada.

A figura seguinte apresenta a exigência de divulgação para cada nível de aplicação definido pela GRI.

Figura 7 - Nível de Aplicação GRI

Relatório Níveis de aplicação		C	C+	B	B+	A	A+
Conteúdo do Relatório	Perfil da G3 RESULTADO	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15.		Responder a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17.		O mesmo exigido para o nível B	
	Informações sobre a Forma de Gestão da G3 RESULTADO	Não exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
	Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial RESULTADO	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, económico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: económico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

Fonte: GRI (2006) *Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade*

Existe uma preocupação quanto à garantia de fiabilidade da informação prestada, nesse sentido as empresas recorrem a entidades externas para verificarem os seus relatórios. Os auditores das empresas da amostra são as empresas Deloitte e KPMG, empresas de grande dimensão a nível nacional e internacional.

De realçar que das 7 empresas espanholas analisadas, apenas 1 não recorre a verificação externa, e nas 3 empresas portuguesas da amostra, 2 não recorrem a verificação externa, conforme se pode verificar na tabela seguinte.

Tabela 13 - Verificação externa de relatórios de sustentabilidade

PAÍS	EMPRESA	VERIFICAÇÃO EXTERNA
ES	Acciona	KPMG
ES	ADIF	KPMG
ES	Fomento de Construcciones Y Contratas (FCC)	KPMG
ES	Grupo ACS	KPMG
PT	Grupo Soares da Costa (SGPS)	Deloitte
ES	Grupo TRAGSA	Deloitte
ES	Javierre S.L.	N.A.
PT	Mota-Engil SGPS	N.A.
ES	OHL Group	Deloitte
PT	SOMAGUE Engenharia	N.A.

Legenda: ES (Espanha), PT (Portugal)

Fonte: Elaboração Própria

É de realçar que no ano de 2009, 100% das empresas apresentavam relatórios autónomos, no ano de 2010 baixou para 60%, sendo que as restantes 40% apresentavam o seu relatório de sustentabilidade integrado no relatório anual. De notar que em Portugal no ano de 2010 e 2011, a percentagem das empresas que apresentavam o relatório de sustentabilidade incorporado no relatório anual era de 66,6% (tabela 14).

Tabela 14 - Detalhe das empresas da amostra (análise de conteúdo)

Name	Size	Organization type	Sector	Integrated			Type			Application Level		
				2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Acciona	Large	Construction	Spain	No	No	No	GRI - G3	GRI - G3	GRI - G3	A+	A+	A+
ADIF	Large	Construction	Spain	No	Yes	Yes	GRI - G3	GRI - G3.1	GRI - G3.1	A+	A+	A+
Fomento de Construcciones Y Contratas (FCC)	Large	Construction	Spain	No	No	No	GRI - G3	GRI - G3	GRI - G3	A+	A+	A+
Grupo ACS	Large	Construction	Spain	No	Yes	Yes	GRI - G3	GRI - G3	GRI - G3	A+	A+	A+
Grupo Soares da Costa (SGPS)	Large	Construction	Portugal	No	No	No	GRI - G3	GRI - G3	GRI - G3	A+	A+	A+
Grupo TRAGSA	Large	Construction	Spain	No	No	No	GRI - G3	GRI - G3	GRI - G3	A+	A+	A+
Javierre S.L.	SME	Construction	Spain	No	No	No	GRI - G3	GRI - G3	GRI - G3	A	A	A
Mota-Engil SGPS	Large	Construction	Portugal	No	Yes	Yes	GRI - G3	GRI - Referenced	GRI - Referenced	C		
OHL Group	Large	Construction	Spain	No	No	No	GRI - G3	GRI - G3	GRI - G3	A+	A+	A+
SOMAGUE Engenharia	Large	Construction	Portugal	No	Yes	Yes	GRI - G3	GRI - G3	GRI - G3	A	A	A

Fonte: Elaboração Própria

Nos anexos 1 a 3 poderemos encontrar informação detalhada separada por ano civil sobre as empresas presentes na amostra, nomeadamente: nome da empresa, tamanho, setor de atividade, país, nome do relatório de sustentabilidade, tipo e classificação atribuído pela GRI ao relatório.

As categorias: “Estratégia e Análise”, “Perfil Organizacional”, “Parâmetros para o Relatório”, “Governança, Compromissos e Envolvimento” (apresentadas na tabela 6), estavam presentes em todos os relatórios. Verificou-se que, embora todos os relatórios incluam a declaração do presidente ou da pessoa com maior poder de decisão, em muitas

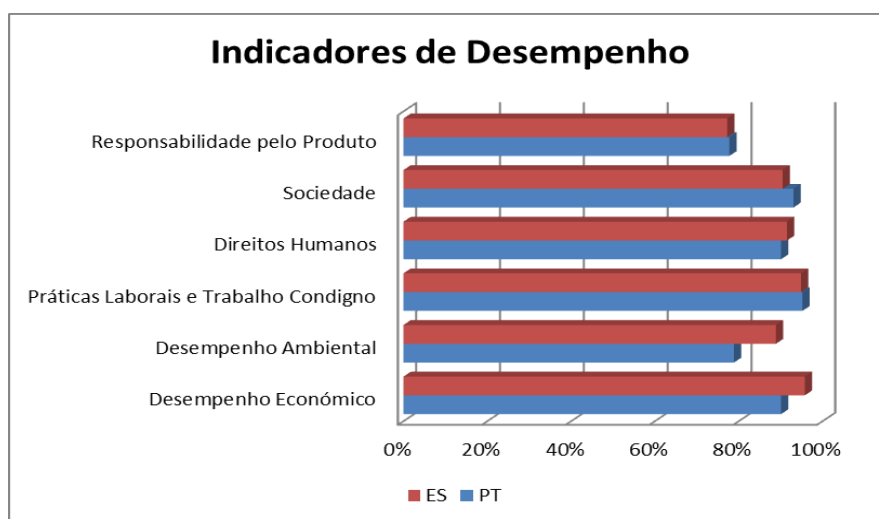
empresas esta era claramente muito extensa não se focando no essencial e muitas vezes vaga em relação à divulgação essencial. Sentimos ainda dificuldade em particular ao analisar os relatórios de sustentabilidade dos anos de 2010 e 2011 da empresa Mota-Engil, SGPS, uma vez que nestes anos a empresa optou por integrar esta divulgação no seu relatório anual e pela dificuldade acrescida da empresa optar por seguir uma estrutura própria de divulgação.

Verificou-se que os Relatórios de Sustentabilidade, ao longo dos anos em análise se, tornaram mais apelativos, devido à política de imagem que lhe está associada, e à sua junção ao relatório anual. A opção pela inclusão no relatório anual, segundo as próprias empresas prende-se com a necessidade de apresentarem aos seus *stakeholders* um relatório único, que incluía as várias vertentes: económica, ambiental e social.

Na análise da Figura 8, verifica-se que todas as empresas independentemente do país apresentaram qualidade de informação (divulgação da quase totalidade dos indicadores). A divulgação em % dos indicadores de desempenho, conforme é visível é bastante similar, não se encontrando grandes assimetrias na divulgação.

As empresas portuguesas em comparação com as empresas espanholas apenas apresentam uma pior performance na divulgação de indicadores de desempenho económicos e ambientais sendo que neste último verifica-se uma diferença percentual de 10%.

Figura 8 - Análise de Divulgação de Indicadores de Desempenho



Fonte: Elaboração Própria

Tentámos ainda perceber, pela análise de 2 empresas portuguesas: Somague SGPS e Grupo Soares da Costa (Tabela 15) e de 2 empresas espanholas: Grupo Tragsa e Acciona, S.A (Tabela 16), se divulgavam toda a informação referenciada na G3 – Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI. Verificámos que todas as empresas divulgam a quase totalidade dos indicadores, existindo divergências entre elas ao comparar o tipo de informação que divulgam e se cumprem todas as referências de divulgação para cada um dos indicadores.

Das empresas que utilizámos na amostra, a empresa Somague, SGPS, é a única empresa com classificação A e não A+ segundo a GRI, isto é, a única empresa que não apresenta verificação externa aos seus relatórios de sustentabilidade.

Tabela 15 - Classificação da Divulgação de Indicadores – Empresas Portuguesas

Indicadores de Desempenho	Somague, SGPS			Grupo Soares da Costa, SGPS		
	Total	Parcial	Não Aplic.	Total	Parcial	Não Aplic.
Indicadores de Desempenho Económico: EC1 a EC9	21	4	2	24	3	0
Indicadores de Desempenho Ambiental: EN1 a EN30	66	10	14	79	2	9
Indicadores Sociais, divididos em:						
Práticas Laborais e Trabalho Condigno: LA1 a LA 14	42	0	0	42	0	0
Direitos Humanos: HR1 a HR9	18	9	0	21	0	6
Sociedade: SO1 a SO8	17	2	5	24	0	0
Responsabilidade pelo Produto: PR1 a PR9	12	3	12	21	0	6

Legenda: A tabela representa a informação agregada dos 3 anos de análise.

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 16 - Classificação da Divulgação de Indicadores – Empresas Espanholas

Indicadores de Desempenho	Grupo Tragsa			Acciona, S.A		
	Total	Parcial	Não Aplic.	Total	Parcial	Não Aplic.
Indicadores de Desempenho Económico: EC1 a EC9	27	0	0	27	0	0
Indicadores de Desempenho Ambiental: EN1 a EN30	65	23	2	81	0	9
Indicadores Sociais, divididos em:						
Práticas Laborais e Trabalho Condigno: LA1 a LA 14	40	2	0	42	0	0
Direitos Humanos: HR1 a HR9	27	0	0	21	0	6
Sociedade: SO1 a SO8	20	4	0	18	0	6
Responsabilidade pelo Produto: PR1 a PR9	27	0	0	21	0	6

Legenda: A tabela representa a informação agregada dos 3 anos de análise.

Fonte: Elaboração Própria

A tabela 17 compara os indicadores que as empresas consideram não aplicáveis. Nesta classificação poderão estar pelo menos dois motivos subjacentes, como sejam: o indicador não é aplicável à empresa ou a empresa não dispõe de informação para cumprir o requisito de divulgação.

O Indicador de Desempenho Ambiental no seu aspeto de Emissões, Efluentes e Resíduos (EN 25) não foi divulgado por três das empresas em análise. Ao tentarmos identificar o motivo, verificámos que a empresa Somague não divulga por considerar o indicador não material, em virtude de ter medidas na empresa que minimizam os danos causados por efluentes líquidos sobre os recursos hídricos e respetivos habitats; o Grupo Tragsa considera este indicador como não material, e divulga no seu relatório os procedimentos e políticas implementadas pela empresa para minimizar este impacto ambiental, e por último a empresa Acciona não divulga este indicador nos anos de 2009 e 2010, sendo que no ano de 2011, embora considere o indicador como não material, faz referência às políticas da empresa de minimização dos impactos ambientais.

Pela análise comparativa verificámos, que existe mais um indicador que não é divulgado por três das empresas, referente à responsabilidade pelo produto, relativo ao aspeto de Comunicação e Marketing (PR7). Analisámos os relatórios de forma a tentarmos

identificar se as empresas divulgavam o motivo da “não-divulgação”, e constatámos o seguinte: a empresa Somague não divulga por considerar o indicador não material devido à escassa atividade de marketing que a empresa desenvolve; a empresa Acciona não divulga o motivo para a não-inclusão no relatório deste indicador e o Grupo Soares da Costa considera apenas o indicador não aplicável para a sua atividade.

Nos restantes indicadores não divulgados não conseguimos identificar um padrão comum pois estes divergem nas diversas empresas, no entanto a análise conjugada das tabelas 15, 16 e 17 permitiu-nos concluir que as empresas divulgam a maioria dos indicadores, e que o motivo para a não-divulgação de alguns indicadores, prende-se com a não-materialidade ou não aplicabilidade, à atividade desenvolvida pela empresa.

Tabela 17 - Indicadores considerados não aplicáveis nas empresas

INDICADORES	Somague, SGPS	Grupo Soares da Costa, SGPS	Grupo Tragsa	Acciona, S.A.
Indicadores de Desempenho Económico				
Aspeto: Desempenho Económico (EC3)	X			
Indicadores de Desempenho Ambiental				
Aspeto: Biodiversidade				
EN13				X
EN15	X			X
Aspeto: Emissões, Efluentes e Resíduos				
EN19	X	X		
EN20	X			
EN24	X			X
EN25	X		X	X
Aspeto: Produtos e Serviços (EN 27)		X		
Indicadores de Desempenho referente aos Direitos Humanos				
Aspeto: Práticas de Segurança (HR 8)		X		X
Aspeto: Direitos e Povos Indígenas (HR9)		X		X
Indicadores de Desempenho referente à Sociedade				
Aspeto: Políticas Públicas (SO6)	X			X
Aspeto: Concorrência Desleal (SO7)	X			X
Indicadores de Desempenho referente à responsabilidade pelo Produto				
Aspeto: Rotulagem de Produtos e Serviços				
PR3	X			
PR4	X			
Aspeto: Comunicação de Marketing				
PR6	X	X		
PR7	X	X		X

Fonte: Elaboração Própria

4.1.2 Indicadores por Setor de Atividade

Este tópico tem por objetivo descrever cada categoria e/ou subcategoria encontrada e analisada nos relatórios de sustentabilidade e relatórios anuais. Pretende-se responder ao seguinte objetivo:

- Identificar os indicadores económicos, ambientais e sociais mais relevantes para este setor de atividade (objetivo 6 identificado no ponto 3.1.1).³

4.1.2.1 Indicadores Económicos

Nesta categoria estão incluídas informações sobre a dimensão económica da sustentabilidade, nomeadamente no que se refere aos impactos da organização sobre as condições económicas das suas partes interessadas e sobre os sistemas económicos a nível local, nacional e global.

A tabela 18 apresenta a percentagem de divulgação, de indicadores económicos do total da amostra, respeitante à soma dos três anos em análise (2009 a 2011).

Os indicadores económicos mais utilizados pelas empresas da amostra são os relativos a Clientes (EC1 e EC2), Fornecedores (EC3 e EC6), Investidores (EC7) e Setor Público (EC4), obtendo em todos os indicadores representações próximas ou superiores a 93%.

Note-se que o indicador com menor divulgação está relacionado com o Mercado (EC9), no entanto ainda com representação significativa de 73% uma vez que se trata de um indicador de carácter complementar de acordo com o modelo GRI – G3.

A divulgação destes indicadores inclui os seguintes aspetos: Desempenho Económico (EC1 a EC4), Presença no Mercado (EC5 a EC7), Impactes Económicos Indiretos (EC8 e EC9).

³ O detalhe de todos os indicadores por empresa poderá ser consultado no anexo 4.

Tabela 18 - Indicadores Económicos por Setor de Atividade

	Indicadores Económicos	Freq.	%	Quant.	Qualit.
Esse.	EC1 Valor económico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos.	30	100%	30	12
Esse.	EC2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização, devido às alterações climáticas.	30	100%	0	30
Esse.	EC3 Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização.	28	93%	3	28
Esse.	EC4 Apoio financeiro significativo recebido do governo.	30	100%	9	24
Comp.	EC5 Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes.	27	90%	24	14
Esse.	EC6 Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes.	30	100%	6	30
Esse.	EC7 Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes.	30	100%	3	30
Esse.	EC8 Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou pro bono.	27	90%	3	27
Comp.	EC9 Descrição e análise dos Impactes Económicos Indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão.	22	73%	0	22

Legenda: A tabela representa a informação agregada dos 3 anos de análise.

Freq. - Número de RS com informação do indicador;

% - Freq./Total da Amostra (30 relatórios);

Quant. - Número de relatórios com informação de carácter quantitativo;

Qualit. - Número de relatórios com informação de carácter qualitativo.

Fonte: Elaboração Própria

A Figura 9 permitiu-nos concluir acerca do tipo de divulgação, sendo esta maioritariamente qualitativa (74%):

Figura 9 - Indicadores Económicos por tipo de divulgação



Fonte: Elaboração Própria

4.1.2.2 Indicadores Ambientais

Pudemos verificar através da análise às tabelas 19 e 20 que na sua generalidade os indicadores ambientais apresentam uma percentagem de divulgação igual ou superior a 50%.

O Indicador menos expressivo que apresenta uma frequência inferior de divulgação (37%) respeita à percentagem recuperada de produtos vendidos e respetivas embalagens (EN27). Muito embora seja um indicador de carácter essencial as empresas consideram-no na sua generalidade como NA (Não aplicável) à sua atividade.

Os indicadores ambientais mais divulgados pelas empresas da amostra são os relativos a Materiais (EN1), Água (EN8), Biodiversidade (EN12), Emissões, Efluentes e Resíduos (EN16, EN21, EN22, EN23), Produtos e Serviços (EN26) e Conformidade (EN28) apresentando percentagens de divulgação de 100%.

De realçar que a divulgação destes indicadores tem maioritariamente carácter qualitativo, representando 62% do total da amostra neste tipo de indicadores conforme se pode analisar

na Figura 10. É ainda de notar que existem indicadores que não apresentam qualquer informação quantitativa como sejam: Biodiversidade (EN12, EN14, EN15).

Tabela 19 - Indicadores Ambientais por Sector de Atividade

	Indicadores Ambientais	Freq.	%	Quant.	Qualit.
Esse.	EN1 Materiais utilizadas, por peso ou por volume.	30	100%	30	9
Esse.	EN2 Percentagem de materiais utilizadas que são provenientes de reciclagem.	27	90%	24	9
Esse.	EN3 Consumo direto de energia, discriminado por fonte de energia primária.	29	97%	29	22
Esse.	EN4 Consumo indireto de energia, discriminado por fonte primária.	27	90%	25	17
Comp.	EN5 Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência.	26	87%	18	23
Comp.	EN6 Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas.	29	97%	6	29
Comp.	EN7 Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e reduções alcançadas.	24	80%	9	24
Esse.	EN8 Consumo total de água, por fonte.	30	100%	24	30
Comp.	EN9 Recursos hídricos significativamente afetados pelo consumo de água.	22	73%	12	20
Comp.	EN10 Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.	22	73%	18	16
Esse.	EN11 Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.	28	93%	6	27
Esse.	EN12 Descrição dos impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	30	100%	0	30
Comp.	EN13 Habitats protegidos ou recuperados.	26	87%	3	22
Comp.	EN14 Estratégias e programas, atuais e futuros, de gestão de impactos na biodiversidade.	28	93%	0	26
Comp.	EN15 Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.	17	57%	0	17

Tabela 20 - Indicadores Ambientais por Setor de Atividade - Continuação

	Indicadores Ambientais	Freq.	%	Quant.	Qualit.
Esse.	EN16 Emissões totais diretas e indiretas de gases com efeito de estufa, por peso.	30	100%	27	30
Esse.	EN17 Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso.	27	90%	24	24
Comp.	EN18 Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, assim como reduções alcançadas.	25	83%	9	21
Esse.	EN19 Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso.	23	77%	8	16
Esse.	EN20 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso.	27	90%	15	21
Esse.	EN21 Descarga total de água, por qualidade e destino.	30	100%	18	24
Esse.	EN22 Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação.	30	100%	30	12
Esse.	EN23 Número e volume total de derrames significativos.	30	100%	15	30
Comp.	EN24 Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional.	15	50%	10	15
Comp.	EN25 Identidade, dimensão, estatuto de proteção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respetivos habitats, afetados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial.	19	63%	3	19
Esse.	EN26 Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte.	30	100%	3	27
Esse.	EN27 Percentagem recuperada de produtos vendidos e respetivas embalagens, por categoria.	11	37%	4	7
Esse.	EN28 Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.	30	100%	9	30
Comp.	EN29 Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como o transporte de funcionários.	25	83%	3	25
Comp.	EN30 Total de custos e investimentos com a proteção ambiental, por tipo.	25	83%	23	22

Legenda: A tabela representa a informação agregada dos 3 anos de análise.

Freq. - Número de RS com informação do indicador;

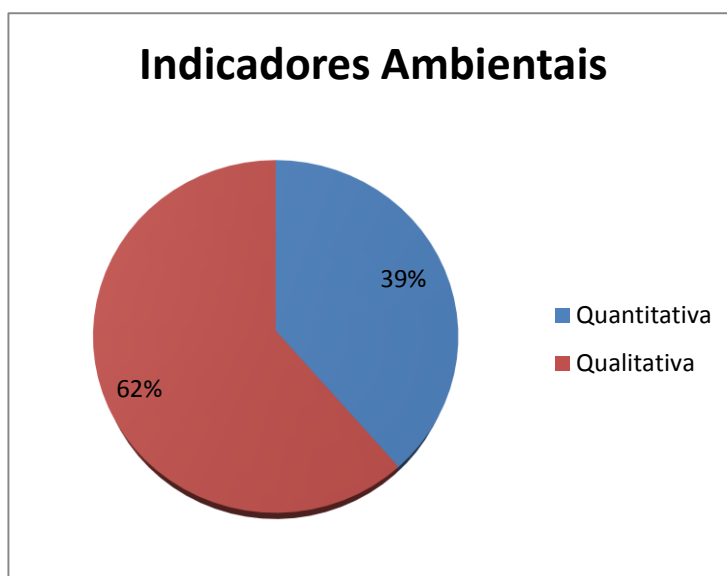
% - Freq./Total da Amostra (30 relatórios);

Quant. - Número de relatórios com informação de carácter quantitativo;

Qualit. - Número de relatórios com informação de carácter qualitativo.

Fonte: Elaboração Própria

Figura 10 - Indicadores Ambientais por tipo de divulgação



Fonte: Elaboração Própria

A divulgação dos indicadores ambientais inclui os seguintes aspetos: Materiais (EN1 e EN2), Energia (EN3 a EN7), Água (EN8 a EN10), Biodiversidade (EN11 a EN15), Emissões, Efluentes e Resíduos (EN16 a EN25), Produtos e Serviços (EN26 e EN27), Conformidade (EN28), Transporte (EN29) e Geral (EN30).

4.1.2.3 Indicadores Sociais

Os Indicadores relativos a **Práticas Laborais e Trabalho condigno** (Tabela 21) são indicadores com uma divulgação bastante elevada sendo de 100% em cerca de 57% do total dos relatórios.

Tabela 21 - Indicadores de Práticas Laborais e Trabalho Condigno

	Indicadores de Práticas Laborais	Freq.	%	Quant.	Qualit.
Esse.	LA1 Discrimine a mão-de-obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região.	30	100%	30	21
Esse.	LA2 Número total de trabalhadores e respetiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região.	30	100%	27	18
Comp.	LA3 Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial.	30	100%	12	27
Esse.	LA4 Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação coletiva.	30	100%	12	24
Esse.	LA5 Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação coletiva.	25	83%	3	22
Comp.	LA6 Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.	27	90%	6	24
Esse.	LA7 Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região.	30	100%	24	30
Esse.	LA8 Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afetados por doenças graves.	30	100%	6	30
Comp.	LA9 Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com sindicatos.	29	97%	0	29
Core	LA10 Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções.	30	100%	27	27
Compl.	LA11 Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira.	27	90%	0	27
Comp.	LA12 Percentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira.	26	87%	17	18
Esse.	LA13 Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade.	30	100%	15	30
Esse.	LA14 Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções.	25	83%	21	19

Legenda: A tabela representa a informação agregada dos 3 anos de análise.

Freq. - Número de RS com informação do indicador;

% - Freq./Total da Amostra (30 relatórios);

Quant. - Número de relatórios com informação de carácter quantitativo;

Qualit. - Número de relatórios com informação de carácter qualitativo.

Fonte: Elaboração Própria

Os indicadores com mais destaque de divulgação são: Emprego (LA1 a LA3), Relações entre Funcionários e Administração (LA4), Segurança e Saúde no Trabalho (LA7 e LA8), Formação e Educação (LA10) e Diversidade e Igualdade de Oportunidades (LA13). Os indicadores com menos destaque de divulgação foram: Relações entre funcionários e administração (LA5) e Diversidade e Igualdade de Oportunidades (LA14) ambos com percentagem de divulgação de 83%.

Os indicadores essenciais (HR1 a HR7) relacionados com os **Direitos Humanos** (Tabela 22) foram divulgados em praticamente todos os relatórios, a única exceção foi a empresa espanhola Acciona que não divulgou nos anos de 2009 e 2010, por esta informação não se encontrar disponível, no entanto no ano de 2011 já incluiu esta informação na sua divulgação.

A divulgação destes indicadores inclui os seguintes aspetos: Práticas de investimento e de Aquisições (HR1 a HR3), Não discriminação (HR4), Liberdade de Associação e acordo de negociação coletiva (HR5), Trabalho Infantil (HR6), Trabalho Forçado e Escravo (HR7), Práticas de Segurança (HR8) e Direitos dos Povos Indígenas (HR9).

Tabela 22 - Indicadores de Direitos Humanos

	Indicadores Sociais: Direitos Humanos	Freq.	%	Quant.	Qualit.
Esse.	HR1 Percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluíam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos.	30	100%	27	27
Esse.	HR2 Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas.	30	100%	21	21
Comp.	HR3 Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspetos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação.	28	93%	22	16
Esse.	HR4 Número total de casos de discriminação e ações tomadas.	30	100%	12	27
Esse.	HR5 Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação coletiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação.	30	100%	0	30
Esse.	HR6 Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação.	30	100%	0	30
Esse.	HR7 Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação.	30	100%	0	30
Comp.	HR8 Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações.	22	73%	14	14
Comp.	HR9 Número total de Incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e ações tomadas.	16	53%	2	16

Legenda: A tabela representa a informação agregada dos 3 anos de análise.

Freq. - Número de RS com informação do indicador;

% - Freq./Total da Amostra (30 relatórios);

Quant. - Número de relatórios com informação de carácter quantitativo;

Qualit. - Número de relatórios com informação de carácter qualitativo.

Fonte: Elaboração Própria

Quanto aos indicadores relacionados com a **Sociedade** (Tabela 23), verifica-se que os indicadores relativos à comunidade (SO1), Corrupção (SO2 e SO4) e Conformidade (SO8) são os que obtêm melhor percentagem de divulgação.

É ainda de realçar que a informação presente nestes indicadores é maioritariamente qualitativa, apenas se verifica informação quantitativa nos indicadores relativos à corrupção (SO2 e SO3) e Conformidade (SO8).

A divulgação destes indicadores inclui os seguintes aspetos: Comunidade (SO1), Corrupção (SO2 a SO4), Políticas Públicas (SO5 e SO6), Concorrência Desleal (SO7) e Conformidade (SO8).

Tabela 23 - Indicadores Sociais relacionados com a Sociedade

	Indicadores Sociais: Sociedade	Freq.	%	Quant.	Qualit.
Esse.	SO1 Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactes das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada.	30	100%	0	30
Esse.	SO2 Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção.	30	100%	15	21
Esse.	SO3 Percentagem de trabalhadores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização.	29	97%	22	19
Esse.	SO4 Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	30	100%	0	30
Esse.	SO5 Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão.	25	83%	0	25
Comp.	SO6 Valor total das contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas, discriminadas por país.	19	63%	0	19
Comp.	SO7 Número total de ações judiciais por concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados.	26	87%	0	26
Esse.	SO8 Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.	30	100%	15	30

Legenda: A tabela representa a informação agregada dos 3 anos de análise.

Freq. - Número de RS com informação do indicador;

% - Freq./Total da Amostra (30 relatórios);

Quant. - Número de relatórios com informação de carácter quantitativo;

Qualit. - Número de relatórios com informação de carácter qualitativo.

Fonte: Elaboração Própria

Por último, os Indicadores Sociais relacionados com a **Responsabilidade pelo Produto** (Tabela 24) são aqueles que registam em todas as empresas percentagens mais baixas de divulgação. Com exceção dos Indicadores (PR1) relativo à Saúde e Segurança do Cliente e (PR5) relativo à Rotulagem de Produtos e Serviços, cuja presença que verifica na totalidade dos relatórios analisados.

As empresas que se destacam por divulgarem informação sobre a totalidade destes indicadores são as empresas espanholas, Javierre, S.L e o Grupo Tragsa.

Na leitura da tabela percebemos que os indicadores com menor divulgação são relativos ao aspeto de Comunicações de Marketing, o que conjugado com a leitura da tabela 16, permite-nos concluir que este é um indicador pouco divulgado, em virtude de ser considerado não material ou porque a empresa não tem uma política de marketing implementada muito significativa.

Tabela 24 - Indicadores de Responsabilidade pelo Produto

	Indicadores Sociais: Responsabilidade sobre Produto	Freq.	%	Quant.	Qualit.
Esse.	PR1 Indique os ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados com o objectivo de efectuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos.	30	100%	3	30
Comp.	PR2 Refira o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado.	25	83%	3	25
Esse.	PR3 Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos.	24	80%	0	24
Comp.	PR4 Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.	20	67%	0	20
Comp.	PR5 Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente.	30	100%	3	30
Esse.	PR6 Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	17	57%	0	17
Comp.	PR7 Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.	15	50%	3	12
Comp.	PR8 Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes.	21	70%	3	18
Esse.	PR9 Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços.	27	90%	0	27

Legenda: A tabela representa a informação agregada dos 3 anos de análise.

Freq. - Número de RS com informação do indicador;

% - Freq./Total da Amostra (30 relatórios);

Quant. - Número de relatórios com informação de carácter quantitativo;

Qualit. - Número de relatórios com informação de carácter qualitativo.

Fonte: Elaboração Própria

A divulgação destes indicadores inclui os seguintes aspetos: Saúde e Segurança do Cliente (PR1 e PR2), Rotulagem de Produtos e Serviços (PR3 a PR5), Comunicações de Marketing (PR6 e PR7), Privacidade do Cliente (PR8) e Conformidade (PR9).

4.1.2.4 “TOP” e “NO TOP” Indicadores de Desempenho

Este ensaio permitiu-nos concluir que as empresas ao longo dos anos em análise melhoraram a sua divulgação de sustentabilidade, tanto a nível da divulgação da quase totalidade de indicadores, na política de imagem associada ao relatório e na preocupação com a garantia de fiabilidade da informação.

Verificámos ainda uma maior informação qualitativa nos indicadores face à informação quantitativa, indo de encontro aos resultados apresentados no estudo de Dias, (2009).

Como resumo e síntese deste primeiro ensaio apresentamos os 3 indicadores “TOP” mais divulgados e os 3 indicadores “NO TOP”, menos divulgados pelas empresas da amostra.

Tabela 25 - Quadro Resumo de Indicadores (TOP e NO TOP)

TOP	NO TOP
EN8 Consumo total de água, por fonte.	EN27 Percentagem recuperada de produtos vendidos e respetivas embalagens, por categoria.
EN16 Emissões totais diretas e indiretas de gases com efeito de estufa, por peso.	HR9 Número total de Incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e ações tomadas.
LA7 Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região.	PR7 Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.

Fonte: Elaboração Própria

4.2 Percepção da sustentabilidade no “Grupo Lena” – Estudo de caso

Procurámos compreender e explicar a percepção que diferentes responsáveis de áreas chave da empresa têm sobre a sustentabilidade e/ou sobre a estratégia de responsabilidade social que a empresa tem seguido ao longo dos últimos anos.

Por questões que se prendem com a informação que cada um dos atores tem acerca da estratégia seguida pelo Grupo Lena na área da sustentabilidade, as questões inicialmente propostas no guião da entrevista (o guião da entrevista pode ser consultado no anexo 5) não foram colocadas e/ou respondidas por todos os sujeitos presentes na investigação.

A interpretação dos dados obtidos acerca do **conceito de sustentabilidade** permite-nos concluir que todos os atores estavam sensíveis ao tema, sendo que todos conseguiram expressar-se com “à vontade” acerca do conceito de sustentabilidade. No sentido de ilustrar os resultados obtidos acerca desta questão, eis as posições obtidas de dois desses entrevistados:

“É um conceito equilibrado de níveis de gestão: económicos, sociais e ambientais. A conjugação destes níveis de gestão de uma forma equilibrada, protegendo o colaborador na sua componente de segurança e saúde e a componente social, protegendo o ambiente e revertendo bons resultados para os stakeholders. O equilíbrio destas três componentes revela o nível de sustentabilidade da organização.” (Entrevistado 2)

“Sustentabilidade são todos os fatores ou condições que nos podem permitir a manutenção da empresa para criação de valor e de riqueza para toda a sociedade ao longo do tempo, isto é, garanti-la não só num prazo mais curto, mas garantir essa geração de riqueza para todos os stakeholders (fornecedores, colaboradores...) seja a sociedade como um todo. Minimizando todos os efeitos ambientais que geramos, permite-nos alcançar esta sustentabilidade ao longo do tempo.” (Entrevistado 8)

Um outro aspeto importante foi quando questionámos acerca da forma **como o setor da construção civil e em particular o “Grupo Lena” pode contribuir para o desenvolvimento sustentável**. Nesta questão todos os intervenientes concordaram que existe uma enorme responsabilidade social neste setor e apontaram diversas razões para essa responsabilidade, das quais transcrevemos quatro:

“O nível core da construção tem uma responsabilidade enorme a nível da responsabilidade social, pois quando avançamos com uma nova obra, o impacto que ela tem a nível social, económico e ambiental quer positivo quer negativo é enorme (...). Se formos balancear, se calhar tem tantos impactos positivos como negativos, mas tem um contributo enorme pelo menos socialmente (...). Balanceando o contributo social e económico muitas vezes supera o aspeto ambiental que muitas vezes não é assim tão positivo”. (Entrevistado 2)

“O Grupo Lena executa projetos de grande dimensão, em alguns países ainda em desenvolvimento (...). Do ponto de vista ambiental adotar práticas que conduzam a trabalhos de natureza mais sustentáveis, em termos sociais pelo emprego que gera. É uma área de negócio em que a diferenciação pode ser muito grande (quer pelos materiais que aplica, natureza das condições que dá aos seus colaboradores, quer pela forma em que atua em múltipla áreas dos seus vários negócios”. (Entrevistado 4)

“Sendo um setor sensível do ponto de vista ambiental tem muitas matérias em que pode intervir, desde logo, a escolha de matérias-primas mais sustentáveis, práticas de minimização dos riscos ambientais dessas atividades, boas práticas nas próprias obras”. (Entrevistado 5)

“Não é possível quando se constroem barragens, quando se constrói habitação que isso se faça às custas das pessoas (da sua saúde e de riscos), ao criamos condições de trabalho sem estas externalidades negativas, consideramos que contribuímos de uma forma sustentável na comunidade onde desenvolvemos as nossas obras”. (Entrevistado 8)

Quanto às **motivações que estão na origem da divulgação de um relatório de sustentabilidade**, foi comum realçar-se como motivação a transparência de dados, e a própria conjuntura atual (que despertou este interesse pela questão da sustentabilidade, quando muito se fala de racionalização de custos e práticas mais sustentáveis). Neste campo os atores dizem:

“A principal motivação passa pela sobrevivência da própria empresa, se no passado podia ser entendido numa visão mais limitada, como uma estratégia de comunicação, hoje tem de ser a base da preocupação para a empresa (sustentabilidade do próprio negócio). Se eu desenvolver um negócio à custa de efeitos nefastos sobre terceiros, seja por fornecedores que não têm condições para desenvolver o seu papel (levando-os à falência) seja pela sociedade (criando custos ambientais para a sociedade onde desenvolvo atividade), seja para com os colaboradores, isto em dado momento do tempo “vai cair” sobre a organização”.
(Entrevistado 8).

Percebendo as motivações que levam à divulgação de um relatório de sustentabilidade questionámos os principais **motivos e desafios que estão subjacentes à divulgação de um relatório de sustentabilidade**. Uma vez que as respostas foram muito semelhantes, optamos por fazer um TOP dos cinco motivos e desafios mais apontados, conforme é visível na tabela seguinte:

Tabela 26 - TOP dos principais motivos e desafios á divulgação de um Relatório de Sustentabilidade

Principais Motivos	Principais Desafios
Diferenciar-se dos concorrentes.	Conjugar todas as vertentes da sustentabilidade e colocá-las num relatório.
Poder e conseguir demonstrar que é melhor.	Mudança de mentalidade quer dos órgãos de gestão quer do todo da organização.
Conceito de posicionamento da própria empresa.	Cultura da empresa.
Uma questão de responsabilidade Social.	Criar métricas para todas as vertentes da sustentabilidade.
Sobrevivência da empresa a longo prazo.	Práticas na empresa ainda não sustentáveis.

Fonte: Elaboração Própria

Concluímos que todos os intervenientes na entrevista, já havia, em dada altura do tempo, visto e **consultado algum relatório de sustentabilidade**, no entanto poucos o tinham analisado profundamente. Destacamos pelo menos dois atores que já o haviam feito por algum motivo específico:

“Sim já analisei vários relatórios, e tenho-os analisado cuidadosamente de forma a analisar as práticas de divulgação seguidas”. (Entrevistado 2)

“Sim, no Grupo Lena olhamos para os nossos congéneres cotados (ex.: Mota-Engil) com o propósito de uniformizar toda a divulgação nos relatórios e contas dentro da organização, com vista à convergência de divulgação de forma a poder-se avançar com o relatório de sustentabilidade a curto prazo”. (Entrevistado 5)

No decurso das entrevistas, a opinião acerca dos **principais stakeholders** do Grupo Lena foi consensual, verificou-se alguma facilidade em identifica-los e até em indicar o motivo de o caracterizarem como tal, assim optámos por listar os *stakeholders* identificados, com a ressalva apontada pelos atores que poderão existir muito mais:

- **Acionistas** (são os primeiros e os mais diretamente envolvidos quer seja por via do seu capital direto, quer por todas as garantias que dão aos outros *stakeholders* que estão no processo);
- **Setor Financeiro** (devido à alavancagem que um grupo desta dimensão precisa);
- **Colaboradores** (existem famílias completas a trabalhar no Grupo Lena, dando uma responsabilidade acrescida do ponto de vista social);
- **Fornecedores** (pelo volume que o Grupo Lena transaciona, existe um leque de fornecedores que trabalha diariamente com a organização, quer seja na atividade nacional quer seja em outros mercados onde o grupo está presente);
- **Clientes** (são a razão da existência do Grupo Lena e portanto interessa-lhes a qualidade com que o Grupo Lena desenvolve a sua atividade);
- **Sociedade** (recebe um pouco do que o Grupo Lena faz, quer por via de voluntariado em que existe um contributo direto, quer por o que recebe indiretamente da atividade desenvolvida pelo grupo);
- **Estado** (seja pelos impostos que são pagos diretamente sobre a atividade, seja quando o grupo serve de intermediário na entrega de impostos).

Quando questionados acerca dos **principais motivos para o Grupo Lena ainda não ter divulgado um relatório de sustentabilidade** também se verificou uma convergência nos principais motivos, entre outros foram apontados: não ter existido até à data condições para o fazer, quer por via de outras prioridades que se foram sobrepondo a esta, quer pelo nível de maturidade que o grupo precisa de alcançar para conseguir reunir todas as vertentes da sustentabilidade num relatório único.

Concluímos pelas diferentes respostas que o grupo já demonstra uma preocupação com a responsabilidade social. Todos os atores conheciam e conseguiram identificar várias

iniciativas nesta área. Iremos transcrever duas dessas respostas para melhor se perceber essas ações em concreto:

“Preocupação com a parte ambiental, preocupação com os colaboradores através da atribuição de bolsas de estudo, diversos protocolos (com clínicas médicas, escolas, instituições financeiras, entre outras), participa e patrocina equipas de futebol”. (Entrevistado 1)

“Na área da segurança e saúde existe uma medicina curativa além da medicina no trabalho, temos a atribuição de bolsas de estudo, do ponto de vista de segurança e ambiente (cumprimento dos requisitos legais)”. (Entrevistado 2)

“Apoio a bolsas de estudo para colaboradores e familiares, ações de solidariedade, ações no natal de recolha de bens para entrega a diversas instituições de solidariedade social, a nível desportivo e a nível de mecenato”. (Entrevistado 5)

Por último tentámos perceber, **na hipótese de o Grupo Lena vir a divulgar um relatório de sustentabilidade, quais os passos que deviam ser seguidos, como deveria ser constituída a equipa, qual o contributo que cada departamento poderia dar, qual o tipo de divulgação a ser seguido e se existia um tema** que lhes parecia relevante para uma primeira divulgação. Optámos por identificar pelo menos uma resposta a cada um destes tópicos que nos permitem perceber o que verdadeiramente estes atores conhecem e estão interessados no desenvolvimento desta temática dentro da organização:

“Pegava-se no relatório e contas que existe, pegava-se nos sistemas de gestão de qualidade, segurança e ambiente, juntava-se um referencial de responsabilidade social e íamos melhorando a informação desse relatório. Tinha-se de construir um conjunto de indicadores, de preferência ir ao referencial da GRI e começar a avaliar o resultado desses indicadores, começando a criar histórico. De alguma forma propormo-nos em dois anos, a compilar essa informação com vista á sua divulgação. O primeiro nunca é o melhor, mas seria uma base para começarmos a melhorar em próximas divulgações”. (Entrevistado 2)

“Equipa pluridisciplinar, de uma a duas pessoas por área e que periodicamente e se calhar sistematicamente se teriam de juntar (Financeira; Qualidade, Segurança e Ambiente; Marketing; Recursos Humanos; Produção, ...)”. (Entrevistado 3)

“A divulgação seria como seguimento do relatório e contas, num cenário de 2 anos, poderíamos optar por no 1º ano apenas o divulgarmos internamente, mas trabalhar para que no 2º ano já o divulgássemos externamente, nem que seja com um nível de qualidade mais baixo, para no terceiro ano termos condições para pedir uma verificação externa da GRI”. (Entrevistado 2)

“O tema relevante poderia ser assente nos três pilares do Grupo: Rigor, Solidez e Cooperação”. (Entrevistado 3)

“O tema poderia ser: Gente de Valores”. (Entrevistado 4)

“Operar no mercado Argelino, Muçulmano não é a mesma coisa que operar no mercado Venezuelano ou Angolano e portanto todas estas preocupações que derivam desta interação dos nossos colaboradores, que são a nossa cara nesses mercados com essas comunidades e nossa própria interligação de empresa com essas comunidades é um tema”. (Entrevistado 8)

Em suma, este conjunto de entrevistas permitiu-nos concluir, que a organização está desperta para este tema, e que existe vontade na divulgação de um relatório de sustentabilidade estando a ser feito um caminho de convergência de divulgação nas várias empresas que constituem o grupo. Ficou ainda expressa a vontade de na divulgação do relatório e contas de 2014 (que irá ocorrer em meados do ano de 2015) já esteja contemplada informação sobre sustentabilidade, conforme referido pelo entrevistado 8.

4.3 Ensaio 3 – Implementar a Sustentabilidade no “Grupo Lena”

O setor da construção do Grupo Lena está presente em Portugal, Bulgária, Roménia, Angola, Argélia, Brasil, Marrocos, Moçambique e Venezuela. A produção concretiza-se em diferentes tipologias de obras dentro dos vários segmentos da construção e é apoiada por áreas especializadas de suporte à atividade⁴.

Com os sistemas de gestão implementados e certificados nos diversos referenciais: NP EN ISO 9001; NP EN ISO 14001; OHSAS 18001; NP EN 206 – 1 e Marcação CE Produtos de Construção⁴. Apresenta-se um sumário de cada uma destas certificações com o objetivo de clarificarmos o seu âmbito.

NP EN ISO 9001: Consiste em proporcionar vantagem competitiva através da qualidade. Os principais enfoques na implementação de um sistema de gestão da qualidade passam: Enfoque no Cliente, Liderança, Envolvimento das pessoas, Abordagem a processos, Uma abordagem sistemática à gestão, Melhoria Contínua e Abordagem factual à tomada de decisão⁵.

NP EN ISO 14001: Consiste em demonstrar que gere as interações com o ambiente bem como o seu compromisso: Prevenir a poluição; Cumprir os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos que a organização subscreva relativos aos seus aspetos ambientais; e Melhorar continuamente o seu sistema de gestão ambiental, de forma a alcançar melhorias no seu desempenho ambiental⁵.

OHSAS 18001: Trata-se de um sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho, sendo que os objetivos fundamentais desta norma são: Minimização do risco para colaboradores e outras partes interessadas; Melhoria do desempenho da organização e

⁴ Informação adaptada da página da internet do grupo: www.grupolena.pt, acedida em 15/10-2013

⁵ Informação de cada norma adaptada de www.apcer.pt acedida em 15-10-2013

Fator de suporte e Consolidação de uma imagem de responsabilidade social da organização⁶.

NP EN 206 – 1: Consiste na Certificação do Controlo da Produção de Betão, permitindo o cumprimento da legislação em vigor e uma maior confiança nos produtos a utilizar em obra, traduzindo-se num incremento dos requisitos de qualidade e durabilidade das estruturas de betão⁶.

Marcação CE – Produtos de Construção: Consiste na adoção de procedimentos com vista a garantir que os materiais de construção se revelam adequados para o fim a que se destinam e define os requisitos necessários à sua colocação no mercado⁶.

4.3.1 Análise da Responsabilidade Social

Percebermos quais os processos que a empresa tem certificados, ajudou-nos nos pontos seguintes, pois fomos logo direcionados para os manuais do sistema e respetivos processos subjacentes.

Pretende-se responder aos seguintes objetivos:

- 1) Verificar o ponto de situação da empresa nos vários itens da responsabilidade social;
- 2) Perceber quais as vertentes em que a organização terá de se focar (processos que carecem de melhoria) para conseguir produzir e divulgar um relatório de sustentabilidade;
- 3) Propor alguns indicadores úteis na divulgação do relato de sustentabilidade.

⁶ Informação de cada norma adaptada de www.apcer.pt acedida em 15-10-2013

Como Iniciar

Verificámos que a empresa já tem definido a Visão, Missão, Valores e Código de ética/conduta conforme é visível na tabela 27, nesse sentido consideramos que a empresa tem esta vertente implementada. De forma a elucidarmos a nossa conclusão optámos por colocar algumas evidências encontradas tendo por base toda a informação analisada.

“O Grupo Lena aspira ser um dos principais grupos ibéricos de Engenharia, Construção, Serviços, Ambiente e Energia, com uma presença internacional sustentada, rentabilidades ao nível das melhores práticas e uma estrutura de capitais equilibrada. Os seus pilares estratégicos são: Focalização em resultados; Garantia do rigor e da solidez; Dinâmica comercial; Comunicação com valor; Cultura de Grupo; Delegação e motivação; Estabilidade das equipas e Alinhamento das tecnologias de informação”.

O Grupo Lena tem um código de conduta que é assinado pelo colaborador e pela administração aquando da sua admissão, sendo um compromisso de ambas as partes no que respeita a boas práticas dentro da empresa.

Tabela 27 - Responsabilidade Social “Grupo Lena” – Como Iniciar

Como Iniciar	Ponto de Situação
Visão, Missão, Valores	
Defina a visão e a missão	Concluído
Estabeleça os valores da empresa	Concluído
Identifique as partes interessadas	Concluído
Partilhe a visão, a missão e os valores	Concluído
Dê vida à visão, à missão e aos valores	Concluído
Reveja a declaração periodicamente	Concluído
Envolvimento da Empresa	
Ética/conduta	
Crie o código de ética/conduta da empresa	Concluído
Garanta práticas anti-corrupção	Concluído
Partilhe o código e promova o compromisso dos colaboradores	Concluído

Fonte: Elaboração Própria

Colaboradores

Nesta fase passaremos a analisar a relação da empresa com os seus colaboradores. Por colaboradores entende-se, qualquer pessoa com a qual a empresa tenha uma relação de trabalho, independentemente da forma legal dessa relação. Na nossa análise iremos destacar cada ponto de análise para melhor compreensão do leitor.

Na consulta à política de Recursos Humanos, relativo às **práticas gerais**, verificámos alusão aos processos de acolhimento e integração sendo constituídos por fases de processo comuns e transversais a todas as funções: apresentação da Empresa, normas internas de funcionamento, políticas em vigor, benefícios, história do Grupo Lena e outras informações no âmbito do sistema integrado de gestão da qualidade, segurança e ambiente, bem como do plano de emergência interno. Dependendo do posicionamento hierárquico da função, da sua complexidade e do respetivo nível de responsabilidade, os processos de acolhimento e integração podem comportar outras fases específicas, sempre com o objetivo de facilitar a rápida integração do colaborador na organização.

A empresa tem implementado um código de conduta onde clarifica os conceitos de **diversidade e inclusão**. Na consulta ao R&C consolidado do Grupo Lena em 2012, p. 16, verificou-se as seguintes alusões e promoção destes conceitos:

“Em 2012 salienta-se a dinamização de programas orientados para a cultura de grupo (...)”.

“A Escola de Negócios do Grupo Lena contínua a ser uma referência na área de formação no seio do Grupo Lena como resposta à sua estratégia de recursos humanos. Esta Escola de Negócios tem a missão de identificar necessidades de formação específicas, em todas as áreas estratégicas, para construir planos de formação adaptados e assegurar, sem desperdício, o cumprimento do seu lema: Valorização à Medida”.

Para o recrutamento e seleção o Grupo Lena tem um departamento específico que desenvolve entre outros projetos os seguintes: Assegurar competências mínimas na

admissão; Assegurar o acolhimento harmónico e Garantir o cumprimento dos procedimentos ao nível da gestão administrativa dos recursos humanos.

Consultando a política interna dos recursos humanos encontrámos referência ao seguinte objetivo: Garantir sistema de gestão de carreiras do Grupo Lena que premei pelo mérito. No entanto não encontrámos evidências acerca dos critérios (mensuração, formas de compensação) a serem seguidos nessa atribuição.

Verificámos que o código de conduta faz referência à problemática do **Assédio**, no entanto não encontrámos evidências das eventuais penalidades do não cumprimento desta conduta.

É notória a alusão ao **Desenvolvimento Profissional, Formação e Educação** em vários documentos internos. Relativo à gestão de carreiras, não encontrámos referência ao programa implementado para a gestão das mesmas, de igual forma encontrámos referências mas não encontrámos programas a serem seguidos na promoção e recompensa no desenvolvimento de competências.

Na consulta ao R&C consolidado do Grupo Lena em 2012, p. 16 e 17, verificaram-se as seguintes alusões à formação contínua e à avaliação de desempenho:

“Durante o ano de 2012 foram ministradas no Grupo Lena um volume total de 5440 horas de formação certificada, verificando-se mais de 303 presenças ao longo dessas horas”.

“Queremos que a nossa responsabilidade social comece junto dos nossos colaboradores; estamos atentos ao desenvolvimento económico e social dos mesmos e contemplámos aqueles que evidenciaram uma situação económica e financeira carenciada com a atribuição de Bolsas de Estudo para o ano letivo em curso para colaboradores-estudantes e filhos de colaboradores que frequentem o ensino secundário, técnico-profissional ou Superior”.

Na **transparência no relacionamento com o colaborador**, relativo à promoção de uma comunicação aberta e partilha de informações dentro da empresa, encontrámos alguns mecanismos: *newsletters*, intranet, *site*, mail. No entanto entendemos que podia melhorar

devido a no ensaio 2, ser apontado como entrave à divulgação de um relatório de sustentabilidade, a comunicação dentro da empresa.

Na consulta ao R&C consolidado do Grupo Lena em 2012, p. 16 e 17, verificaram-se as seguintes alusões à avaliação de desempenho e à comunicação aberta com os colaboradores:

“O Sistema de avaliação de desempenho pretende desta forma cultivar a meritocracia, premiando a capacidade que cada colaborador tem para concretizar os objetivos propostos, assegurando a maximização dos esforços individuais no sentido dos objetivos coletivos”.

“Em 2012, 98 % dos colaboradores do Grupo Lena foram avaliados com fixação de objetivos SMART permitindo assim a delegação e responsabilização do topo até à base, sendo de destacar que para além dos colaboradores que desempenham funções no mercado nacional, também estão incluídos os colaboradores ao serviço em Angola, Venezuela, Argélia, Brasil e Europa Central”.

“Continuando o trabalho de diagnóstico e monitorização do clima da organização, em final de 2012 voltou-se a aferir o grau de satisfação dos colaboradores através de inquérito que permitiu avaliar a evolução do clima organizacional nos cinco fatores associados aos níveis de satisfação e motivação profissional.

Esta avaliação da satisfação de 2012, através dos fatores: satisfação na função, satisfação com as equipas de trabalho, com a chefia, com o salário e com a cultura revela que o grau de satisfação/motivação dos colaboradores do Grupo é de 78%”.

Encontrámos referência ao aspeto do **reconhecimento e recompensa**, na avaliação de desempenho a recompensas em função do cumprimento de objetivos.

Na consulta ao R&C consolidado do Grupo Lena em 2012, p. 18, verifica-se a seguinte referência à **redução de quadros e demissões**, considerámos como podendo ser melhorado, porque ao ser um tema muito sensível para qualquer empresa, terá sempre espaço para melhorias:

“De 2011 para 2012 ocorreu um decréscimo de 22% na estrutura de recursos humanos do Grupo face a 2011, decorrente da reestruturação estratégica em curso por via da recessão económica que vivemos”.

A tabela 28 pretende ilustrar a nossa verificação dos vários pontos descritos acima, relativo aos colaboradores (Práticas Gerais; Diversidade e Inclusão; Assédio; Desenvolvimento, Formação e Educação; Transparência no Relacionamento; Reconhecimento e Recompensa e Redução de Quadros e Demissões).

Tabela 28 - Responsabilidade Social “Grupo Lena” – Colaboradores

Colaboradores	Ponto de Situação
Práticas Gerais	
Integre o novo colaborador	Concluído
Crie e distribua “O Guia do Colaborador”	Concluído
Envolve os colaboradores	Concluído
Respeito pelo indivíduo	
Diversidade e inclusão	
Clarifique os conceitos	Concluído
Promova a diversidade e a inclusão como valores essenciais na empresa	Concluído
Crie políticas e consolide práticas	Concluído
Recrutamento e seleção	Concluído
Compensação e benefícios	Em curso
Formação	Concluído
Assédio	
Clarifique conceitos	Podia melhorar
Assédio sexual	Podia melhorar
Assédio moral/mobbing	Podia melhorar
Crie um bom ambiente de trabalho	Podia melhorar
Estabeleça diretrizes contra o assédio sexual e moral	Podia melhorar
Defina um processo para tratamento dos incumprimentos	Podia melhorar
Respeito pelo colaborador	
Desenvolvimento Profissional, Formação e Educação	
Promova o desenvolvimento de carreiras	Podia melhorar
Proporcione formação contínua	Concluído
Crie um programa de aconselhamento	Concluído
Promova e recompense o desenvolvimento de competências	Podia melhorar
Desenvolva e encoraje outras competências sociais	Podia melhorar
Transparência no relacionamento com o colaborador	
Promova uma comunicação aberta	Podia melhorar
Encoraje a iniciativa individual	Podia melhorar
Incentive a atingirem objetivos ambiciosos	Concluído
Facilite a avaliação de desempenho	Concluído
Partilhe informações sobre o desempenho da empresa	Concluído
Reconhecimento e recompensa	
Crie um programa de participação nos resultados	Podia melhorar
Ofereça participações no capital social da empresa como forma de incentivo	Não se aplica
Incentive outras formas de reconhecimento e recompensa	Vale a pena considerar
Reduções de quadros e demissões	
Procure alternativas às demissões	Concluído
Comunique atempadamente as suas intenções	Podia melhorar
Faça a gestão dos processos de reestruturação de forma transparente	Podia melhorar
Se tiver que reduzir o número de colaboradores, faça-o com respeito por cada um dos colaboradores	Concluído
Não negligencie os colaboradores que se mantêm na empresa	Concluído

Fonte: Elaboração Própria

Na consulta ao R&C consolidado do Grupo Lena em 2012, p. 18, relativo às **reformas**, verificámos as seguintes alusões à idade média dos colaboradores:

“A idade média dos colaboradores do Grupo Lena é de 43 anos (...)”.

Neste sentido, embora não nos tenha sido possível encontrar evidências de um procedimento específico, poderão não existir ainda muitos casos de reforma, uma vez que a idade média dos colaboradores é relativamente baixa face à atual idade de reforma em vigor.

A Empresa disponibiliza na promoção à **saúde, segurança e ao bem-estar**: medicina curativa, infraestruturas (bar, refeitório e sala de refeições) e salas climatizadas. Desenvolve ações específicas de sensibilização às novas doenças em contexto de trabalho, por exemplo: ações de sensibilização da Gripe, consultas específicas para colaboradores a serem expatriados. Verifica-se que a empresa dispõe de um plano de saúde bianual que contempla entre outros: rastreio audiovisual e campanhas de alimentação.

A empresa preocupa-se com a qualidade do Ar através da manutenção de equipamentos e monitorização qualidade do AR.

Tem elaborado uma matriz de identificação dos perigos e avaliação dos riscos em que os colaboradores são envolvidos.

Considerámos como não aplicável o **diálogo social**, segundo conseguimos apurar, os colaboradores da empresa não são sindicalizados.

Relativo ao **equilíbrio entre trabalho e vida familiar** não conseguimos concluir acerca da existência de procedimentos específicos para tratamento desta temática. Verificámos no entanto a realização de protocolos (com instituições bancárias, creches, escolas, clínicas de saúde) que pretendem ajudar neste equilíbrio.

A tabela 29 pretende ilustrar a nossa verificação dos vários pontos descritos relativo aos colaboradores (Reformas; Saúde, Segurança e Bem Estar; Diálogo Social e Equilíbrio entre trabalho e vida familiar):

Tabela 29 - Responsabilidade Social “Grupo Lena” – Colaboradores (continuação)

Colaboradores	Ponto de Situação
Reformas	
Avalie a situação global	Podia melhorar
Avalie a situação individual	Podia melhorar
Crie um programa de preparação para a reforma	Podia melhorar
Incentive a poupança para a reforma	Podia melhorar
Promova iniciativas para a ocupação pós-reforma	Podia melhorar
Crie um programa de mentoria	Podia melhorar
Saúde, segurança e bem-estar	
Promova a saúde e o bem-estar	Concluído
Dê especial atenção às novas doenças em contexto de trabalho	Concluído
Ofereça planos de saúde flexíveis	Concluído
Promova exames médicos regulares e outros rastreios de saúde	Concluído
Estimule um estilo de vida saudável	Podia melhorar
Crie espaços próprios para fumadores	Vale a pena considerar
Encoraje a participação de colaboradores em programas de prevenção e tratamento de dependências aditivas	Em curso
Promova hábitos de trabalho saudáveis	Podia melhorar
Garanta a qualidade do ar	Concluído
Envolve os colaboradores na identificação de perigos, avaliação e prevenção de riscos e investigação de incidentes	Concluído
Diálogo social	
Promova o diálogo com os representantes dos trabalhadores	Não se aplica
Crie um ambiente propício ao acesso e funcionamento dos sindicatos	Não se aplica
Trabalhe em parceria com os representantes dos trabalhadores	Não se aplica
Equilíbrio entre trabalho e vida familiar	
Formalize uma política de conciliação entre a vida profissional e familiar	Podia melhorar
Avalie as necessidades dos colaboradores	Podia melhorar
Implemente um plano de ação	Podia melhorar
Estabeleça medidas que promovem o equilíbrio entre o trabalho e a vida familiar e pessoal	Podia melhorar
Obtenha o compromisso de todas as chefias	Podia melhorar
Apoie a filiação e a parentalidade	Podia melhorar
Promova a educação dos filhos dos colaboradores	Podia melhorar
Preste apoio extraordinário em caso de doença	Podia melhorar
Estabeleça parcerias com empresas locais para a oferta de serviços de apoio à família	Podia melhorar
Disponibilize uma lista de recursos existentes	Podia melhorar

Fonte: Elaboração Própria

Ambiente

Existe uma **política de ambiente** definida no Grupo Lena e um Manual de Sistema que trata estas matérias. De realçar que a empresa é certificada pela norma NP EN ISO 14001 que trata estas matérias.

As empresas do Grupo Lena em função das atividades que desenvolve não têm impactos significativos nas **alterações climáticas**.

A temática da **biodiversidade** está incluída na matriz de identificação de aspetos e avaliações de impactos por local.

Existe uma preocupação com o consumo eficiente de **energia**, foi possível verificarmos: fachadas e telhados de vidro, iluminação com lâmpadas económicas e com sensor.

A empresa tem um contrato manutenção (Bianual) e monitoriza consumos de energia.

Existe um departamento específico que faz a gestão da frota da empresa, verifica-se: carros de baixa cilindrada, a renovação de frota e manutenções periódicas.

O consumo de **água** não é significativo na atividade da empresa, no entanto esta tem implementada medidas de sensibilização ao consumo de água através de panfletos de sensibilização, utiliza torneiras de caudal reduzido nas casas de banho e verifica-se uma redução de áreas verdes (jardins e relvado).

A tabela 30 pretende ilustrar a nossa verificação dos vários pontos descritos relativo aos Ambiente (Política de ambiente, Alterações climáticas, Biodiversidade, Energia e Água):

Tabela 30 - Responsabilidade Social “Grupo Lena” – Ambiente

Ambiente	Ponto de Situação
Política de ambiente	
Faça um diagnóstico ambiental	Concluído
Defina uma política de ambiente	Concluído
Implemente e certifique um sistema de gestão ambiental	Concluído
Calcule a pegada ecológica da sua empresa, produtos e serviços	Vale a pena considerar
Reduza os seus impactos e compense o que não puder evitar	Concluído
Envolva as partes interessadas da sua empresa na sua política de ambiente	Concluído
Alterações Climáticas	
Avalie o impacto da sua empresa no clima	Não se aplica
Reduza o impacto da sua empresa no clima	Não se aplica
Avalie o impacto das alterações climáticas na sua empresa	Não se aplica
Adapte a sua empresa às alterações climáticas	Não se aplica
Biodiversidade	
Avalie o impacto da sua empresa na biodiversidade	Concluído
Reduza o impacto da sua empresa na biodiversidade	Concluído
Energia	
Aplique medidas eficientes para gerir e diminuir o consumo de energia	Concluído
Use iluminação de forma inteligente	Concluído
Faça a manutenção e uma boa utilização do sistema de climatização	Concluído
Aproveite as fontes renováveis ou alternativas de energia	Concluído
Incentive formas de utilização dos meios de transporte alternativos	Não se aplica
Mantenha uma frota de veículos “verde”	Podia melhorar
Água	
Aplique medidas eficientes para gerir e diminuir o consumo de água	Concluído
Instale acessórios e dispositivos para economizar água	Concluído
Localize e conserte regularmente as fugas de água	Não se aplica
Reduza o consumo da água nas áreas externas	Concluído

Fonte: Elaboração Própria

Na avaliação do impacto da atividade da empresa no **solo**, constatamos que as licenças de na área da construção são da responsabilidade do dono de obra, nesse sentido, consideramos que a empresa não influencia o planeamento de ordenamento do território. Os restantes pontos estão contemplados no plano de gestão ambiental e na fase de execução da obra.

A **minimização da produção de resíduos** está contemplada na política ambiental do Grupo Lena, a empresa demonstra preocupação em motivar os colaboradores para boas práticas através de ações de sensibilização e formação sistemática. Também o consumo de papel é uma preocupação da empresa nesse sentido é monitorizado esse consumo e

incentivada a utilização de papel de rascunho e a não impressão de documentos, utilizando para esse efeito o suporte digital.

Considerámos fora de questão o aluguer de equipamentos utilizados ocasionalmente, pois não se verifica esta questão na empresa, em virtude de, todos os equipamentos que a empresa estarem utilizados.

Na correta **gestão de resíduos**, existem espaços próprios para a deposição dos resíduos e essa gestão, é efetuada pelo responsável da infraestrutura (valorização para reciclagem).

Na atividade da empresa, a proteção da **floresta** não é aplicável, no entanto realçamos que a empresa colabora com os bombeiros em caso de incêndio com equipamentos e pessoas.

O Plano de gestão ambiental implementado contempla, a preocupação com o ambiente na **conceção dos produtos e serviços**. No entanto, na sua posterior utilização, a empresa não consegue intervir diretamente, mas indiretamente, pode influenciar o dono de obra a optar por soluções mais ecológicas, por exemplo: torneiras de baixo caudal, luzes inteligentes, escolha de pavimento adequado (com menos desgaste), entre outras medidas.

Existe um sistema de reciclagem implementado, e uma preocupação com a reutilização, verificou-se por exemplo: a reutilização de folhas de impressão, a configuração de impressoras para impressão a preto, e a rascunho.

Nesta atividade, verifica-se uma dificuldade de avaliação por produtos utilizados (muita variedade), nesse sentido, apesar da dificuldade considerámos que a empresa poderá vir a desenvolver estratégias, para efetuar esta avaliação por ciclo de vida dos produtos.

Na questão das **compras sustentáveis** constatámos que existe procedimento interno com informação dos requisitos mínimos da compra, no que toca ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, neste documento é ainda evidenciado preocupação com o local da compra vs local de fornecimento (minimiza o consumo em virtude da distância), e origem dos materiais (puros ou se tem % de reciclados), no entanto consideramos que pode melhorar pois não encontramos métricas no que toca ao seu cumprimento.

A tabela 31 pretende ilustrar a nossa verificação dos vários pontos descritos relativo aos Ambiente (Solo, Minimização da produção de resíduos; Correta gestão de resíduos; Floresta; Da conceção do produto ou serviços à gestão do resíduo e Compras sustentáveis).

Tabela 31 - Responsabilidade Social “Grupo Lena” – Ambiente (continuação)

Ambiente	Ponto de Situação
Solo	
Tenha em conta o planeamento de ordenamento do território na localização de um novo projecto	Não se aplica
Defina um plano para gerir da melhor forma o solo	Concluído
Implemente medidas para minimizar a erosão dos solos	Concluído
Implemente medidas para evitar a contaminação de solos e águas	Concluído
Resíduos	
Minimização da produção de resíduos	
Motive os colaboradores para boas práticas	Concluído
Evite produtos que geram resíduos	Concluído
Alugue equipamentos que são utilizados ocasionalmente	Fora de questão
Reduza o consumo de papel	Concluído
correta gestão de resíduos	
Promova a reutilização e a reciclagem	Podia melhorar
Floresta	
Proteja a floresta dos incêndios	Não se aplica
Promova o desenvolvimento da floresta	Não se aplica
Da conceção do produto ou serviços à gestão do resíduo	
Avalie o ciclo de vida dos produtos e serviços sob a perspetiva do ambiente	Vale a pena considerar
Pense no ambiente quando concebe os seus produtos ou serviços	Concluído
Facilite a utilização ambientalmente correta dos seus produtos e serviços	Podia melhorar
Crie um sistema de reciclagem ou reutilização alternativo	Concluído
Compense os impactes ambientais dos seus produtos ou serviços	Concluído
Compras sustentáveis	
Implemente um processo de compras sustentáveis	Podia melhorar
Defina requisitos de sustentabilidade a considerar no processo de compra	Podia melhorar
Privilegie a escolha de produtos e serviços que tenham o Rótulo Ecológico	Podia melhorar

Fonte: Elaboração Própria

Sociedade

Relativo à Sociedade, e no que se refere às **condições gerais** considerámos que o envolvimento com a comunidade deverá ser entendido como um dos pilares de uma estratégia de sustentabilidade, nesse sentido pensamos que existe sempre espaço para melhorar.

A sede do Grupo Lena é na Quinta da Sardinha, concelho de Santa Catarina da Serra, este era um concelho ainda em desenvolvimento na altura da constituição do grupo. O Grupo Lena trouxe diversos benefícios económicos, como seja: dinamização do comércio e restauração local.

Verifica-se ainda uma reorganização e concentração das empresas dentro do seio do Grupo Lena na sede da Quinta da Sardinha, levando ao aproveitamento de espaços livres.

O grupo, conforme já referido anteriormente, tem diversos protocolos, entre eles com o comércio local.

No desenvolvimento cultural encontrámos algumas iniciativas divulgadas, entre elas: Festival de Musica, Promoção das Artes (Concurso Engenho & Arte).

Existem informações diversas sobre campanhas de **mecenato e solidariedade** como sejam: eventos específicos em épocas natalícias; apoio a instituições de solidariedade social (bombeiros, banco alimentar e instituições religiosas), nestas ações é apelado o contributo de todos os colaboradores. Também existe uma política de atribuição de donativos nos âmbitos: Cultural, por exemplo Festival música de Leiria e Desportivo, por exemplo, apoia a equipa de futebol da região: União da serra.

Em relação ao **voluntariado empresarial**, questionámos o departamento de marketing, é opinião deste departamento que existe espaço para melhorar.

Na **educação** encontrou-se evidências de protocolos, que trazem vantagens para os seus colaboradores e para as instituições de ensino, podendo ser sempre um ponto a melhorar.

Na **política de comunicação** o Grupo Lena tem implementado o Canal Lena que tem por objetivo promover a compra de produtos/serviços dentro do universo das empresas do grupo.

A empresa tem um departamento próprio que gere toda a relação com os clientes, e que assegura que todas as referências comerciais, estão a ser feitas corretamente, e que salvaguarda a não existência de técnicas comerciais antiéticas.

A tabela 32 pretende ilustrar a nossa verificação relativa à temática da **Sociedade** dentro da Responsabilidade Social:

Tabela 32 - Responsabilidade Social “Grupo Lena” – Sociedade

Sociedade	Ponto de Situação
Considerações gerais	
Faça do envolvimento com a comunidade uma prioridade da sua empresa	Podia melhorar
Instale a sua empresa em zonas pouco desenvolvidas social e economicamente	Concluído
Empreste as suas instalações	Concluído
Apoie o desenvolvimento sociocultural da comunidade local	Concluído
Apoie o comércio local	Concluído
Faça o balanço	Podia melhorar
Mecenato e solidariedade	
Faça doações de produtos ou serviços	Concluído
Considere a atribuição de donativos	Concluído
Encoraje a doação monetária por parte dos colaboradores	Vale a pena considerar
Encoraje outros tipos de doações	Concluído
Incentive a doação de parte do imposto sobre rendimento	Vale a pena considerar
Incentive a doação de sangue e medula	Concluído
Voluntariado empresarial	
Disponibilize informação	Podia melhorar
Disponibilize tempo para voluntariado	Em curso
Ofereça apoio financeiro para estimular o trabalho voluntário	Podia melhorar
Reconheça publicamente os colaboradores pelo trabalho voluntário	Podia melhorar
Promova ações de voluntariado empresarial	Podia melhorar
Envolve os gestores de topo	Podia melhorar
Mobilize fornecedores e clientes	Podia melhorar
Estabeleça parcerias com outras empresas	Podia melhorar
Educação	
Ofereça apoio às escolas locais	Podia melhorar
Envolve-se com as escolas e instituições da comunidade	Podia melhorar
Política de comunicação	
Desenvolva novas oportunidades comerciais	Concluído
Assegure-se que todas as referências comerciais feitas aos produtos e/ou serviços da empresa são específicas, corretas, claras e completas	Concluído
Proíba o uso de técnicas comerciais anti-éticas	Concluído
Informe o mercado dos impactos dos seus produtos e serviços	Não se aplica

Fonte: Elaboração Própria

Fornecedores

Na escolha de **fornecedores**, a empresa trabalha com parceiros que partilham das mesmas preocupações sociais. Verificámos que a empresa tem os seguintes procedimentos internos: Ficha de Avaliação Fornecedor, Inquérito de Avaliação de Fornecedor, Condições de Pré Adjudicação, Registo de Subempreiteiros (ver tabela 33).

Tabela 33 - Responsabilidade Social “Grupo Lena” – Fornecedores

Fornecedores	Ponto de Situação
Crítérios de seleção de fornecedores	Concluído
Selecione uma rede de fornecedores socialmente responsáveis	Concluído
Comunique as suas expectativas	Concluído
Comprometa formalmente os seus fornecedores	Concluído
Monitorize as práticas acordadas	Concluído
Apoie o desenvolvimento	Concluído

Fonte: Elaboração Própria

Avaliação e partilha do desempenho da empresa

A empresa periodicamente quer através de *newsletters*, quer através de várias sensibilizações enviadas por mail, dá a conhecer as suas várias ações na área da Responsabilidade Social. Considerámos esta vertente como estando em curso (tabela 34), pois é do nosso entendimento, que esta vertente é o culminar de todas as vertentes analisadas anteriormente, e nesse sentido, será sempre uma vertente em análise contínua e sistemática pela empresa, mesmo depois, de ter todos os processos anteriormente discutidos estarem classificados como “concluídos”.

Tabela 34 - Responsabilidade Social “Grupo Lena” – Fornecedores

Avaliação e partilha do desempenho da empresa	Ponto de Situação
Avalie regularmente o desempenho da empresa no plano da responsabilidade social	Em curso
Partilhe o resultado da avaliação e obtenha comentários	Em curso

Fonte: Elaboração Própria

Apresentamos uma síntese da verificação à Responsabilidade Social do Grupo Lena, pela leitura da tabela seguinte podemos concluir que existem duas vertentes que a empresa já concluiu: “Como iniciar” e “Fornecedores”.

Tabela 35 - Responsabilidade Social “Grupo Lena” – Análise das várias vertentes

		Responsabilidade Social					
		Como iniciar	Colaboradores	Ambiente	Sociedade	Fornecedores	Avaliação e Partilha
Total de Pontos a analisar		9	62	41	26	6	2
Classificação	Concluído	9	22	23	11	6	
	Em curso		2		1		2
	Podia melhorar		32	6	11		
	Não se aplica		4	9	1		
	Vale a pena considerar		2	2	2		
	Fora de questão			1			

Fonte: Elaboração Própria

No âmbito do “Ambiente” a empresa já concluiu 23 processos, identificámos 9 processos como não aplicáveis e 1 processo como fora de questão, perfazendo 80% de implementação concluída. Apenas verificámos 6 processos como podendo ser melhorados, entre eles estão (Mantenha uma frota de veículos “verde”; Promova a reutilização e a reciclagem; Facilite a utilização ambientalmente correta dos seus produtos e serviços; Implemente um processo de compras sustentáveis; Defina requisitos de sustentabilidade a considerar no processo de compra e Privilegie a escolha de produtos e serviços que tenham o Rótulo Ecológico).

Pela nossa análise concluímos, que a vertente dos “Colaboradores” requer um envolvimento maior por parte da empresa com o objetivo de melhorar a sua Responsabilidade Social. Como concluído identificámos 22 processos (35,48% face ao total de processos desta vertente). Verificámos que, embora existam processos já implementados alguns precisam de melhorias (32 processos), sendo que as principais razões subjacentes a esta classificação “Poderia Melhorar” são: Inexistência de métricas de monitorização do processo e Escassa clarificação do conceito nos documentos analisados. Na classificação “Em curso” encontram-se 2 processos: Compensação e Benefícios e Encoraje a participação de colaboradores em programas de prevenção e tratamento de dependências aditivas.

Na vertente da sociedade, foram identificados 11 processos a melhorar (42% do total de processos desta vertente), a maioria dos processos estão ligados à questão do voluntariado empresarial, e à necessidade de balanço das ações desenvolvidas.

Face a toda a informação recolhida neste ensaio e no ensaio 2, consideramos que o Grupo Lena demonstra Responsabilidade Social, muitos dos pontos referenciados, para esta responsabilidade o Grupo Lena já tem implementado, já possui muitas métricas de avaliação das várias vertentes, e nesse sentido podemos concluir que a empresa terá todas as condições de num curto espaço temporal, divulgar o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade.

4.3.2 Proposta de Indicadores – Responsabilidade Social

Por último, deixamos alguns indicadores, que poderão ajudar a empresa na medição da sua Responsabilidade Social, e poderão ser um ponto de partida, para auxiliar à divulgação dos indicadores de desempenho no relatório de sustentabilidade.

Pretende-se responder ao seguinte objetivo:

- Propor alguns indicadores úteis na divulgação do relato de sustentabilidade. (objetivo 3 identificado no ponto 3.3.1).

Na figura seguinte estão contemplados, um conjunto de 11 indicadores, em que identificámos a forma como deverão ser calculados, esperando que venham a ser úteis para a empresa em análise, e para outras empresas no setor da construção civil, que pretendam vir a divulgar um Relatório de Sustentabilidade. Estes indicadores foram selecionados, com base nos indicadores mais divulgados no ensaio 1 (que tinham como base os indicadores propostos pela GRI), e completados com as necessidades de informações recolhidas nos ensaios 2 e 3.

Figura 11 - Critério de Cálculo de Indicadores – Responsabilidade Social

Colaboradores abrangidos por avaliação de desempenho
Número de colaboradores que recebem avaliação de desempenho / o número total de colaboradores
Taxa de rotatividade
Número médio de colaboradores que entraram e que saíram da empresa / o número total de colaboradores no final do ano
Taxa de Absentismo
Número de horas perdidas / número de horas trabalhadas
Relação salário base homem/mulher
Média ponderada do vencimento base líquido anual dos colaboradores do gênero masculino / a média ponderada do vencimento base líquido anual dos colaboradores do gênero feminino
Índice de gravidade
Dias Perdidos*1.000.000 / nº horas trabalhadas
Índice de frequência
Números de acidentes *1.000.000 / nº de horas trabalhadas
Índice de incidência
Número de acidentes * 1.000 / nº de trabalhadores
Taxa de subcontratação local
Volume de contratos a subempreiteiros/fornecedores locais sobre o total de contratos a subempreiteiros/fornecedores
Consumo de água per capita
Total de custos com água (m3) / nº de trabalhadores
Consumo de energia per capita
Total de custos com energia (kw) / nº de trabalhadores
Consumo de resmas de papel per capita
Total de custos com resmas papel / nº de trabalhadores

Fonte: Elaboração Própria

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Capítulo 5 - Conclusões

Informação sobre o desempenho de sustentabilidade de uma empresa é descrita, quase universalmente como altamente importante, para as decisões dos investidores. Na maioria dos países, a divulgação sobre o desempenho de sustentabilidade das empresas necessária ou imposto por lei é limitada.

As empresas socialmente responsáveis pretendem, ao divulgarem a Sustentabilidade, dar um sinal às diversas partes interessadas com as quais interagem: os colaboradores, os acionistas, os consumidores, os poderes públicos e as ONG. Ao procederem desta forma, as organizações estão a investir no seu futuro, e esperam que este compromisso voluntário contribua para um aumento da sua rentabilidade (Grace, 2011).

A mera publicação de um relatório desta natureza, não pode ser entendida, como o efetivo compromisso das empresas para com a minimização dos seus impactos ambientais, ou para com, a efetiva partilha de valor com a sociedade e seus *stakeholders* (Gray, 2006). Alguns autores chegam mesmo a sugerir, que o principal objetivo das empresas que publicam relatórios de sustentabilidade, é ganhar ou manter a sua reputação (Bebbington et al., 2008). Desta forma, considera-se imperativo uma análise conjunta, e uma mudança de mentalidade/ cultura em torno de toda a organização. Pelo que este estudo pretendeu, uma análise abrangente da sustentabilidade no setor da construção civil, não se limitando apenas à análise de Relatórios de Sustentabilidade já publicados, mas escolhendo uma empresa real, analisando “internamente” a sua perceção e estado da arte da sua responsabilidade social.

O primeiro ensaio, permite demonstrar que um número significativo de empresas no setor da construção civil, tanto espanholas como portuguesas, divulgam relatórios de sustentabilidade, contendo a divulgação da quase totalidade dos indicadores de desempenho, todos assentes no modelo da GRI (modelo mais seguido internacionalmente). Concluiu-se, que a informação apresentada é maioritariamente de carácter qualitativa, mesmo para indicadores de natureza maioritariamente quantitativa, o que poderá indiciar

uma componente de “marketing” na divulgação dos relatórios de sustentabilidade. Esta conclusão vai de encontro aos resultados já apresentados por Dias (2009).

Identificámos ainda, os três indicadores de desempenho “TOP” e “NO TOP”, na divulgação de relatórios de sustentabilidade.

O segundo ensaio, permitiu-nos concluir que o Grupo Lena tem presente no seu dia-a-dia, preocupações com a responsabilidade social. Utilizando a técnica de entrevistas aos diversos responsáveis por áreas chave da empresa, percebemos, que estes estão despertos para este tema, estando já a ser feito um caminho de convergência de divulgação, nas várias empresas que constituem o Grupo Lena, por forma a permitir a curto prazo a divulgação do seu primeiro relatório de sustentabilidade.

No terceiro ensaio, fomos verificar a situação atual da responsabilidade social do Grupo Lena, para isso, seguimos uma grelha de verificação proposta pela organização GRACE, concluindo-se, que grande parte das vertentes da responsabilidade social, a empresa já tem implementado, e que as estão a monitorizar adequadamente. Concluímos ainda acerca das vertentes da Responsabilidade Social, onde o Grupo Lena terá de dar maior enfoque com vista à melhoria das suas práticas e futura divulgação de um Relatório de Sustentabilidade. Neste ensaio deixamos como contributo, não só uma possível forma de avaliar a responsabilidade social da empresa, como alguns indicadores de desempenho, que poderão ser úteis para empresas que venham a divulgar relatórios de sustentabilidade.

Das teorias enunciadas na revisão de literatura, Teoria da Legitimidade e Teoria dos Stakeholders, pela análise efetuada, em particular, no ensaio 2 e 3 concluímos que o Grupo Lena adota várias estratégias enunciadas pela Teoria dos *Stakeholders*, uma vez as suas ações e divulgações vão de encontro às expectativas dos seus vários *stakeholders*.

Este estudo pretende ser um contributo para empresas e estudiosos destas matérias, focando em particular a divulgação de Relatórios de Sustentabilidade no setor da construção civil, quer na publicação de RS, quer num caso de estudo real em que se analisa a responsabilidade social de uma empresa.

Ao presente estudo, podem ser apontadas algumas limitações, nomeadamente:

- a) No primeiro ensaio, a amostra foi limitada ao grupo de empresas constantes da base de dados da GRI, e de apenas um sector de actividade;
- b) Subjetividade atribuída à técnica de análise de conteúdo, utilizada para avaliar as informações dos relatórios, pois fica dependente da interpretação do autor.

Por fim, percebe-se a necessidade de maior investigação na área de contabilidade e divulgação de indicadores sustentáveis. Os resultados obtidos poderão contribuir para que no futuro, sejam efetuados estudos similares, envolvendo um maior número de empresas e em diferentes setores de atividade. Desta forma, seria possível a comparação entre vários setores de atividade, poderia ser também considerado um espaço temporal mais alargado.

No futuro seria ainda interessante elaborar-se um estudo de caso, aplicável a no mínimo duas empresas, em que uma divulgasse Relatórios de Sustentabilidade e a outra não, por forma a concluir-se, acerca da implementação da responsabilidade social e práticas a serem seguidas para a tão desejada Sustentabilidade.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Webgrafia

- www.ifac.org/paib/, acedido entre Set/2012 e Jan/2013.
- www.bcsdportugal.org/, acedido entre Set/2012 e Jan/2013.
- www.fee.be, acedido entre Set/2012 e Jan/2013.
- www.globalreporting.org/, acedido entre Jan/2013 e Abr/2013.
- www.grupolena.pt/, acedido em Out/2013
- www.unglobalcompact.org/, acedido entre Jan/2013 e Abr/2013.
- <http://pt.wikipedia.org/>, acedido Set/2012 e Jan/2013
- www.apcer.pt/, acedido em 25-10-2013

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Bibliografia

AA 1000 AS (2008), Versão Portuguesa.

Abbott, W. & Monsen, R. (1979). On the measurement of corporate social responsibility: self-reported disclosures as a method of measuring corporate social involvement, *Academy of Management Journal*, Vol. 22, Issue 3, pp. 501-515.

Adams, C. (2004). The ethical, Social and Environmental Reporting-Performance Gap, *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 17, Issue 5, pp. 731–757.

Almeida, J. e Pinto, J. (1995). *A investigação em ciências sociais*, Lisboa: Editorial Presença.

Barros, T. (2008). *A Divulgação de Informação sobre Responsabilidade Social nas páginas Web das Empresas Portuguesas*, Tese de Mestrado – Faculdade de Economia do Porto.

Bauer, M. & Naime, R. (2012). Estado da Arte da Evidenciação Social e Ambiental Voluntária, *REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, Vol. 2, Issue 2, pp. 39-60.

Bebbington, J. (2001). Sustainable development: a review of the international development, business and accounting literature, *Accounting Forum*, Vol. 25, Issue 2, pp. 128-157.

Branco, M. & Rodrigues, L. (2008). Factors Influencing Social Responsibility Disclosure by Portuguese Companies, *Journal of Business Ethics*, Vol. 83, Issue 4, pp. 685 – 701.

Branco, M. (2010). Informação sobre o combate à corrupção nos relatórios de sustentabilidade das empresas portuguesas, *Estudos do ISCA*, SÉRIE IV, Nº 2.

Brown, H., de Jong, M., & Lessidrenska, T. (2009). The rise of the Global Reporting Initiative: a case of institutional entrepreneurship, *Environmental Politics*, Vol. 18, Issue 2, pp. 182-200.

Bolívar, M. (2008). Evaluating corporate environmental reporting on the Internet: the utility and resource industries in Spain, *Business & Society*, Vol. 48, Issue 2, pp. 179-205.

Campbell, D. (2004). A longitudinal and cross-sectional analysis of environmental disclosure in UK companies - a research note, *The British Accounting Review*, Vol. 36, Issue 1, pp. 107-117.

Conceição, S., Dourado, G., & Silva, S. (2012). Global Reporting Initiative (GRI) – Um estudo Exploratório da Prática de Evidência em Sustentabilidade Empresarial na América Latina, *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, Vol. 2, Issue 3, pp. 17-38.

Corporate Register.com. (2008). Assure View. *The CSR Assurance Statement Report*.

Cortese, C., Irvine, H., & Kaidonis, M. (2010). Powerful Players: How constituents captured the setting of IFRS 6, an accounting standard for the extractive industries, *Accounting Forum*, Vol. 34, Vol.2, pp. 76–88.

Deegan, C. (2002). The Legitimising effect of social and environmental disclosures - a theoretical foundation, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 15, Issue 3, pp. 282–311.

Deloitte. (2003). O Desafio do Desenvolvimento Sustentável nas Empresas Portuguesas.

Dias, A. (2009). *O Relato da Sustentabilidade Empresarial: práticas em Portugal*, Tese de Mestrado – Universidade Aberta.

Eugénio, T. (2010). Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a teoria da legitimidade. *Revista Universo Contábil*, Vol. 6, Issue 1, pp. 102-118.

Eugénio, T. (2011). *Contabilidade Ambiental*, Lisboa: Editora Verlag Dashofer.

Eugénio, T. e Gomes, S. (2013). Verificação aos Relatórios de Sustentabilidade: Um desafio para os Revisores Oficiais de Contas, *Revisores e Auditores*, Abril a Junho 2013, pp. 37-44.

Eugénio, T., Lourenço, I., & Morais, A. (2013). Sustainability strategies of the company TimorL: extending the applicability of legitimacy theory, *Management of Environmental Quality*, Vol.24, Issue 5, pp. 570-582.

Guthrie, J., Petty, R., Yongvanich, K., & Ricceri, F. (2004). Using content analysis as a research method to inquire into intellectual capital reporting, *Journal of Intellectual Capital*, Vol.5, Issue 2, pp. 282-293.

Gray R. (2000). Current developments and trends in social and environmental auditing, reporting and attestation: A review and comment, *International Journal of Auditing*, Vol. 4, Issue 3, pp. 247–268.

Gray R., Bebbington J., & Collison, D. (2006). NGOs, civil society and accountability: making the people accountable to capital, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 19, Issue 3, pp. 319–348.

Gomes, S. (2012). *Auditoria aos relatórios de sustentabilidade das empresas portuguesas: uma visão sobre o estado da arte e a percepção dos Revisores Oficiais de Contas*, Tese de Mestrado – Instituto Politécnico de Leiria.

GRI. (2006). Directrizes para a elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade, *Versão Portuguesa*.

GRI. (2011a). Pontos de Partida Relatórios de Sustentabilidade da GRI: Uma linguagem comum para um futuro comum".

GRI. (2011b). GRI Sustainability Reporting Statistics.

GRI. (2012). Pontos de Partida Relatórios de Sustentabilidade da GRI: Quanto vale essa jornada?.

Jiménez I., Chulián, M., Carqués, F., & González, C. (2008). Compliance with Mandatory Environmental Reporting in Financial Statements: The Case of Spain (2001–2003), *Journal of Business Ethics*, Vol. 79, Issue 3, pp. 245-262.

Livro Verde (2001). *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*, Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Editor Gradiva Publicações.

KPMG. (2005). KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting.

KPMG. (2006). Estudo da KPMG sobre a publicação de relatórios de sustentabilidade em Portugal.

KPMG. (2007). Estudo da KPMG sobre a Publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal. *Resultado do Inquérito às maiores empresas em Portugal*.

KPMG. (2008a). Riscos e Oportunidades do Desenvolvimento Sustentável - Estudo realizado às empresas cotadas em Portugal.

KPMG. (2008b). International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2008.

KPMG. (2010). Riscos e Oportunidades do Desenvolvimento Sustentável – Evolução 2008-2010.

KPMG. (2011). The Definitive Snapshot of CR Reporting.

Lackmann, J., Ernstberger, J., & Stich, M. (2012). Market Reactions to Increased Reliability of Sustainability Information, *The Journal Bus Ethics*, Vol. 107, Issue 2, pp. 111-128.

Lopes, P. & Rodrigues, L. (2007). Accounting for financial instruments: An analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange, *The International Journal of Accounting*, Vol. 42, Issue 1, pp. 25–56.

Manetti, G. & Becatti, L. (2008). Assurance Services for Sustainability Reports: Standards and Empirical Evidence”, *Journal of Business Ethics*, Vol. 87, Issue 1, pp. 289-298.

Mishra, S. & Modi, S. (2012). Positive and Negative Corporate Social Responsibility, Financial Leverage, and Idiosyncratic Risk, *Journal of Business Ethics*, Vol. 117, Issue 2, pp. 431- 448.

Neu, D., Warsame, H., & Pedwell, K. (1998). Managing public impressions: environmental disclosures in annual reports, *Accounting, Organizations & Society*, Vol. 23, Issue 3, pp. 265–282.

Patten, D. & Crampton W. (2004). Legitimacy and the Internet: An Examination of Corporate Web Page Environmental Disclosures, *Advances in Environmental Accounting a& Management*, Vol. 2, pp. 31–57.

Searcy, C. (2012). Corporate Sustainability Performance Measurement Systems: A Review and Research Agenda, *Journal of Business Ethics*, Vol. 107, Issue 3, pp. 239-253.

Smith, J., Haniffa, R., & Fairbrass, J. (2011). A Conceptual Framework for Investigating ‘Capture’ in Corporate Sustainability Reporting Assurance, *Journal of Business Ethics*, Vol. 99, Issue 3, pp. 425-439.

Suchman, M. (1995). Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches, *Academy of Management Journal*, Vol. 20, Issue 3, pp. 571-610.

Sustentare. (2008). Sustentabilidade para Principiantes.

Sustentare (2008), “Sustentabilidade para principiantes”, Research, nº 1, Novembro.

Yin, R. (2009). *Case Study Research: Design and methods*, Fourth edition, Sage Publications.

Anexos

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Anexo 1 - Divulgação de Relatórios de Sustentabilidade - Ano 2009

Name	Size	Sector	Country	Country Status	Region	Title	Publication Year	Integrated	Type	Application Level
Acciona	Large	Construction	Spain	OECD	Europe	Memoria Sostenibilidad 2009	2009	No	GRI - G3	A+
ADIF	Large	Construction	Spain	OECD	Europe	Informe de Sostenibilidad 2009	2009	No	GRI - G3	A+
Fomento de Construcciones Y Contratas (FCC)	Large	Construction	Spain	OECD	Europe	2009 Corporate Social Responsibility Annual Report	2009	No	GRI - G3	A+
Grupo ACS	Large	Construction	Spain	OECD	Europe	Informe de Responsabilidad Corporativa 2009	2009	No	GRI - G3	A+
Grupo Soares da Costa (SGPS)	Large	Construction	Portugal	OECD	Europe	A Caminho da Sustentabilidade 2009	2009	No	GRI - G3	A+
Grupo TRAGSA	Large	Construction	Spain	OECD	Europe	Memoria de Sostenibilidad 2009	2009	No	GRI - G3	A+
Javierre S.L.	SME	Construction	Spain	OECD	Europe	Memoria de Sostenibilidad 2009	2009	No	GRI - G3	A
Mota-Engil SGPS	Large	Construction	Portugal	OECD	Europe	Sustainability Report 2009	2009	No	GRI - G3	C
OHL Group	Large	Construction	Spain	OECD	Europe	CR Report 2009	2009	No	GRI - G3	A+
SOMAGUE Engenharia	Large	Construction	Portugal	OECD	Europe	Relatório de Sustentabilidade 2009	2009	No	GRI - G3	A

Anexo 2 - Divulgação de Relatórios de Sustentabilidade - Ano 2010

Name	Size	Sector	Country	Country Status	Region	Title	Publication Year	Integrated	Type	Application Level
Acciona	Large	Construction	Spain	OECD	Europe	<u>Sustainability Report 2010</u>	2010	No	GRI - G3	A+
ADIF	Large	Construction	Spain	OECD	Europe	<u>Informe de Sostenibilidad 2010 de Adif</u>	2010	Yes	GRI - G3.1	A+
Fomento de Construcciones Y Contratas (FCC)	Large	Construction	Spain	OECD	Europe	<u>2010 Corporate Social Responsibility Annual Report</u>	2010	No	GRI - G3	A+
Grupo ACS	Large	Construction	Spain	OECD	Europe	<u>Informe de Responsabilidad Corporativa 2010</u>	2010	Yes	GRI - G3	A+
Grupo Soares da Costa (SGPS)	Large	Construction	Portugal	OECD	Europe	<u>Relatório de Sustentabilidade 2010</u>	2010	No	GRI - G3	A+
Grupo TRAGSA	Large	Construction	Spain	OECD	Europe	<u>Memoria se Sostenibilidad 2010</u>	2010	No	GRI - G3	A+
Javierre S.L.	SME	Construction	Spain	OECD	Europe	<u>Memoria de Sostenibilidad 2010</u>	2010	No	GRI - G3	A
Mota-Engil SGPS	Large	Construction	Portugal	OECD	Europe	<u>Sustainability Publication 2010</u>	2010	Yes	GRI - Reference	
OHL Group	Large	Construction	Spain	OECD	Europe	<u>Sustainable Development Report 2010</u>	2010	No	GRI - G3	A+
SOMAGUE Engenharia	Large	Construction	Portugal	OECD	Europe	<u>Relatório Anual 2010</u>	2010	Yes	GRI - G3	A

Anexo 3 - Divulgação de Relatórios de Sustentabilidade - Ano 2011

Name	Size	Sector	Country	Country Status	Region	Title	Publication Year	Integrated	Type	Application Level
Acciona	Large	Construction	Spain	OECD	Europe	<u>Sustainability Report 2011</u>	2011	No	GRI - G3	A+
ADIF	Large	Construction	Spain	OECD	Europe	<u>Informe de Sostenibilidad 2011 de Adif</u>	2011	Yes	GRI - G3.1	A+
Fomento de Construcciones Y Contratas (FCC)	Large	Construction	Spain	OECD	Europe	<u>2011 Corporate Social Responsibility Annual Report</u>	2011	No	GRI - G3	A+
Grupo ACS	Large	Construction	Spain	OECD	Europe	<u>Informe de Responsabilidad Corporativa del Grupo ACS 2011</u>	2011	Yes	GRI - G3	A+
Grupo Soares da Costa (SGPS)	Large	Construction	Portugal	OECD	Europe	<u>Relatório de Sustentabilidade 2011</u>	2011	No	GRI - G3	A+
Grupo TRAGSA	Large	Construction	Spain	OECD	Europe	<u>Memoria se Sostenibilidad 2011</u>	2011	No	GRI - G3	A+
Javierre S.L.	SME	Construction	Spain	OECD	Europe	<u>Memoria de Sostenibilidad 2011</u>	2011	No	GRI - G3	A
Mota-Engil SGPS	Large	Construction	Portugal	OECD	Europe	<u>Sustainability Publication 2011</u>	2011	Yes	GRI - Referenced	
OHL Group	Large	Construction	Spain	OECD	Europe	<u>Sustainable Development Report 2011</u>	2011	No	GRI - G3	A+
SOMAGUE Engenharia	Large	Construction	Portugal	OECD	Europe	<u>Relatório Anual 2011</u>	2011	Yes	GRI - G3	A

Anexo 4 - Informação sobre as empresas em estudo na análise de conteúdo

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

	Mota - Engil 2009			Mota - Engil 2010			Mota - Engil 2011				Somague 2009				Somague 2010				Somague 2011				Soares da Costa 2009				Soares da Costa 2010				Soares da Costa 2011			
Indicadores do Desempenho Económico	Pres	Qt.	Ql.	Pres	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.
Declaração do Presidente	1			1			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total		
Descrição Principais Impactos, Risco e Oportunidade	1			1			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total		
Perfil Organizacional	1			1			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total		
Perfil do Relatório	1			1			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total		
- Ambito e Limites de Enquadramento do Relatório: 3.5 a 3.11	1			1			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total		
- Sumário do Conteúdo da GRI: 3.12	1			1			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total		
- Verificação: 3.13	1			1			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total		
- Governação: 4.1 a 4.10	1			1			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total		
- Compromissos com Iniciativas Externas: 4.11 a 4.13	1			1			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total		
- Envolvimento das Partes Interessadas: 4.14 a 4.17	1			1			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total		
Aspeto: Desempenho Económico																																		
EC1 Valor económico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos.	Essen	1	1	1	1	1	1		1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
EC2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização, devido às alterações climáticas.	Essen	1		1	1		1		1	1	Parcial		1	1	Parcial		1	1	Parcial		1	1	Parcial		1	1	Parcial		1	1	Parcial		1	
EC3 Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização.	Essen	1		1	1		1	1		1	1	Total		1	0	NA		0	NA			1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	
EC4 Apoio financeiro significativo recebido do governo.	Essen	1		1	1		1	1		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Presença no Mercado																																		
EC5 Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes.	Compl.	1	1	1	1	1	1		1	1	1	Parcial	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1		1	Total	1		1	Total	1	
EC6 Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes.	Essen	1		1	1		1		1	1	Parcial		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	
EC7 Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes.	Essen	1		1	1		1		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	
Aspeto: Impactes Económicos Indiretos																																		
EC8 Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou pro bono.	Essen	0			0		0			1	Total			1	1	Total			1	1	Total			1	1	Total			1	1	Total		1	
EC9 Descrição e análise dos Impactes Económicos Indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão.	Compl.	0			0		0			1	Total			1	1	Total			1	1	Total			1	1	Total			1	1	Total		1	

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

		Mota - Engil 2009			Mota - Engil 2010			Mota - Engil 2011				Somague 2009				Somague 2010				Somague 2011				Soares da Costa 2009				Soares da Costa 2010				Soares da Costa 2011			
		Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL
Indicadores do Desempenho Ambiental																																			
Aspeto: Materiais																																			
EN1 Materiais utilizadas, por peso ou por volume.	Essen	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
EN2 Percentagem de materiais utilizadas que são provenientes de reciclagem.	Essen	0			0			0				1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
Aspeto: Energia																																			
EN3 Consumo direto de energia, discriminado por fonte de energia primária.	Essen	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
EN4 Consumo indireto de energia, discriminado por fonte primária.	Essen	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
EN5 Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência.	Compl.	0			0			0				1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
EN6 Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas.	Compl.	0			1		1	1			1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
EN7 Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e reduções alcançadas.	Compl.	0			0			0				1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
Aspeto: Água																																			
EN8 Consumo total de água, por fonte.	Essen	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
EN9 Recursos hídricos significativamente afetados pelo consumo de água.	Compl.	0			0			0				1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
EN10 Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.	Compl.	0			0			0				1	Parcial	1	1	1	Parcial	1	1	1	Parcial	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
Aspeto: Biodiversidade																																			
EN11 Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.	Essen	1		1	1		1	1			1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
EN12 Descrição dos impactes significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	Essen	1		1	1		1	1			1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
EN13 Habitats protegidos ou recuperados.	Compl.	1			1			1				1	Total		1	1	Parcial		1	1	Parcial		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
EN14 Estratégias e programas, atuais e futuros, de gestão de impactes na biodiversidade.	Compl.	0			1			1				1	Total		1	1	Parcial		1	1	Parcial		1	0	NA			1	Total		1	1	Total		1

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

		Mota - Engil 2009			Mota - Engil 2010			Mota - Engil 2011				Somague 2009				Somague 2010				Somague 2011				Soares da Costa 2009				Soares da Costa 2010				Soares da Costa 2011			
Indicadores do Desempenho Ambiental		Pres	Qt.	Ql.	Pres	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.
EN15 Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.	Compl.	0			0			0				1	Total		1	0	NA			0	NA			1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
EN16 Emissões totais diretas e indiretas de gases com efeito de estufa, por peso.	Essen	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
EN17 Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso.	Essen	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
EN18 Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, assim como reduções alcançadas.	Compl.	0			0			0				1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
EN19 Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso.	Essen	1		1	1		1	1		1	0	NA			0	NA			0	NA			0	NA			0	NA			1	Total			
EN20 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso.	Essen	1		1	1		1	1		1	0	NA			0	NA			0	NA			1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	
EN21 Descarga total de água, por qualidade e destino.	Essen	1		1	1		1	1		1	1	Total		1	1	Parcial		1	1	Parcial		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	
EN22 Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação.	Essen	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	Total	1		1	Total	1		1	Total	1		1	Total	1		1	Total	1		1	Total	1	
EN23 Número e volume total de derrames significativos.	Essen	1		1	1		1	1		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Parcial		1	1	Parcial		1	1	Total		1	
EN24 Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional.	Compl.	0			0			0				0	NA			0	NA			0	NA			1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
EN25 Identidade, dimensão, estatuto de proteção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respetivos habitats, afetados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial.	Compl.	0			0			0				0	NA			1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Produtos e Serviços																																			
EN26 Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte.	Essen	1		1	1		1	1		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	
EN27 Percentagem recuperada de produtos vendidos e respetivas embalagens, por categoria.	Essen	0			0			0				0	NA			0	NA			0	NA			0	NA			0	NA			0	NA		

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

		Mota - Engil 2009			Mota - Engil 2010			Mota - Engil 2011				Somague 2009				Somague 2010				Somague 2011				Soares da Costa 2009				Soares da Costa 2010				Soares da Costa 2011			
Indicadores do Desempenho Ambiental		Pres	Qt.	Ql.	Pres	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.
Aspeto: Conformidade																																			
EN28 Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.	Essen	1		1	1		1	1			1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	
Aspeto: Transporte																																			
EN29 Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como o transporte de funcionários.	Compl.	1		1	1		1	1			1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	0	NA		0	NA		0	NA				
Aspeto: Geral																																			
EN30 Total de custos e investimentos com a proteção ambiental, por tipo.	Compl.	0			1		1	1			1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno																																			
Aspeto: Emprego																																			
LA1 Discrimine a mão-de-obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região.	Essen	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
LA2 Número total de trabalhadores e respetiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região.	Essen	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
LA3 Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial.	Compl.	1		1	1		1	1			1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Relações entre Funcionários e Administração																																			
LA4 Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação coletiva.	Essen	1		1	1		1	1			1	1	Total	1		1	Total	1		1	Total	1		1	Total	1		1	Total	1		1	Total	1	
LA5 Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação coletiva.	Essen	1		1	1		1	1			1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

		Mota - Engil 2009			Mota - Engil 2010			Mota - Engil 2011				Somague 2009				Somague 2010				Somague 2011				Soares da Costa 2009				Soares da Costa 2010				Soares da Costa 2011			
Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno		Pres	Qt.	Ql.	Pres	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.				
Aspeto: Segurança e Saúde no Trabalho																																			
LA6 Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.	Compl.	1		1	1		1	1			1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1				
LA7 Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região.	Essen	1	1	1	1	1	1	1			1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1			
LA8 Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afetados por doenças graves.	Essen	1		1	1		1	1			1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1				
LA9 Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com sindicatos.	Compl.	1		1	1		1	1			1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1				
Aspeto: Formação e Educação																																			
LA10 Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções.	Core	1	1	1	1	1	1	1			1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1			
LA11 Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira.	Compl.	0			0		0				1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1					
LA12 Percentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira.	Compl.	0			0		0				1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1					
Aspeto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades																																			
LA13 Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade.	Essen	1	1	1	1	1	1	1			1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1			
LA14 Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções.	Essen	1	1	1	1	1	1	1			1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1			

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

		Mota - Engil 2009			Mota - Engil 2010			Mota - Engil 2011				Somague 2009				Somague 2010				Somague 2011				Soares da Costa 2009				Soares da Costa 2010				Soares da Costa 2011			
Indicadores de Desempenho Referentes aos Direitos Humanos		Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL
HR1 Percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluíam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos.	Essen	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
HR2 Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas.	Essen	1		1	1			1		1	1	Parcial	1	1	1	Parcial	1	1	1	Parcial	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	
HR3 Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspetos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação.	Compl.	1		1	1			1		1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	
Aspeto: Não-discriminação																																			
HR4 Número total de casos de discriminação e ações tomadas.	Essen	1		1	1			1		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	
Aspeto: Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Colectiva																																			
HR5 Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação coletiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação.	Essen	1		1	1			1		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	
Aspeto: Trabalho Infantil																																			
HR6 Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação.	Essen	1		1	1			1		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	
Aspeto: Trabalho Forçado e Escravo																																			
HR7 Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação.	Essen	1		1	1			1		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	
Aspeto: Práticas de Segurança																																			
HR8 Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações.	Compl.	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	Parcial	1	1	1	Parcial	1	1	1	Parcial	1	1	0	NA		0	NA		0	NA		0	NA	
Aspeto: Direitos dos Povos Indígenas																																			
HR9 Número total de Incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e ações tomadas.	Compl.	1		1	1			1		1	1	Parcial		1	0	NA			0	NA			0	NA			0	NA			0	NA			

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

		Mota - Engil 2009			Mota - Engil 2010			Mota - Engil 2011				Somague 2009				Somague 2010				Somague 2011				Soares da Costa 2009				Soares da Costa 2010				Soares da Costa 2011			
Indicadores de Desempenho Social Referente à Sociedade		Pres	Qt.	Ql.	Pres	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.				
Aspeto: Comunidade																																			
SO1 Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactes das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada.	Essen	1		1	1		1	1			1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1				
Aspeto: Corrrupção																																			
SO2 Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção.	Essen	1		1	1		1	1			1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1				
SO3 Percentagem de trabalhadores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização.	Essen	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	Total	1	1	1	Parcial	1	1	1	Parcial	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1				
SO4 Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	Essen	1		1	1		1	1			1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1				
Aspeto: Políticas Públicas																																			
SO5 Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão.	Essen	1		1	1		1	1			1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1				
SO6 Valor total das contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas, discriminadas por país.	Compl.	1		1	1		1	1			1	0	NA			0	NA			0	NA			1	Total		1	1	Total		1				
Aspeto: Concorrência Desleal																																			
SO7 Número total de ações judiciais por concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados.	Compl.	1		1	1		1	1			1	1	Total		1	0	NA			0	NA			1	Total		1	1	Total		1				
Aspeto: Conformidade																																			
SO8 Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.	Essen	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1				

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

		Mota - Engil 2009			Mota - Engil 2010			Mota - Engil 2011				Somague 2009				Somague 2010				Somague 2011				Soares da Costa 2009				Soares da Costa 2010				Soares da Costa 2011			
Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto		Pres	Qt.	Ql.	Pres	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.
Aspeto: Saúde e Segurança do Cliente																																			
PR1 Indique os ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados com o objectivo de efectuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos.	Essen	1		1	1		1	1			1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		
PR2 Refira o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado.	Compl.	1		1	1		1	1			1	1	Parcial		1	1	Parcial		1	1	Parcial		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Rotulagem de Produtos e Serviços																																			
PR3 Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos.	Essen	1		1	1		1	1			1	0	NA			0	NA			0	NA			1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
PR4 Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.	Compl.	1		1	1		1	1			1	0	NA			0	NA			0	NA			1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
PR5 Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente.	Compl.	1		1	1		1	1			1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Comunicação e Marketing																																			
PR6 Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	Essen	1		1	1		1	1			1	0	NA			0	NA			0	NA			0	NA			0	NA			0	NA		
PR7 Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.	Compl.	1		1	1		1	1			1	0	NA			0	NA			0	NA			0	NA			0	NA			0	NA		
Aspeto: Privacidade do Cliente																																			
PR8 Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes.	Compl.	1		1	1		1	1			1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Conformidade																																			
PR9 Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços.	Essen	1		1	1		1	1			1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

	Acciona - 2009				Acciona - 2010				Acciona - 2011				Tragsa - 2009				Tragsa - 2010				Tragsa - 2011				Javierre - 2009			Javierre - 2010			Javierre - 2011		
	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Qt.	Ql.	Pres	Qt.	Ql.	Pres	Qt.	Ql.
Indicadores do Desempenho Económico																																	
Declaração Do Presidente	1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1			1			1		
Descrição Principais Impactos, Risco e Oportunidade	1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1			1			1		
Perfil Organizacional	1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1			1			1		
Perfil do Relatório	1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1			1			1		
- Âmbito e Limites de Enquadramento do Relatório: 3.5 a 3.11	1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1			1			1		
- Sumário do Conteúdo da GRI: 3.12	1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1			1			1		
- Verificação: 3.13	1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1			1			1		
- Governação: 4.1 a 4.10	1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1			1			1		
- Compromissos com Iniciativas Externas: 4.11 a 4.13	1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1			1			1		
- Envolvimento das Partes Interessadas: 4.14 a 4.17	1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1	Total			1			1			1		
Aspeto: Desempenho Económico																																	
EC1 Valor económico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos.	Essenc.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
EC2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização, devido às alterações climáticas.		1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1		1	1		1	1	1
EC3 Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização.		1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1		1	1		1	1	1
EC4 Apoio financeiro significativo recebido do governo.		1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	1		1	1		1	1
Aspeto: Presença no Mercado																																	
EC5 Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes.	Comp.	1	Total	1		1	Total	1		1	Total	1		1	Total	1		1	Total	1		1	Total	1		1	1	1	1	1	1	1	1
EC6 Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes.		1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Parcial		1	1	Parcial		1	1	Parcial		1	1		1	1		1	1	1
EC7 Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes.		1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1		1	1		1	1	1
Aspeto: Impactes Económicos Indiretos																																	
EC8 Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou pro bono.	Comp.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1		1	1		1	1	1
EC9 Descrição e análise dos Impactes Económicos Indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão.		1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1		1	1		1	1	1

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

		Acciona - 2009				Acciona - 2010				Acciona - 2011				Tragsa - 2009				Tragsa - 2010				Tragsa - 2011				Javierre - 2009			Javierre - 2010			Javierre - 2011		
Indicadores do Desempenho Ambiental		Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL
Aspeto: Materiais																																		
EN1 Materiais utilizadas, por peso ou por volume.	Essenc.	1	Total	1		1	Total	1		1	Total	1		1	Total	1		1	Total	1		1	Total	1		1	1		1	1		1	1	
EN2 Percentagem de materiais utilizadas que são provenientes de reciclagem.	Essenc.	1	Total	1		1	Total	1		1	Total	1		1	Parcial	1		1	Parcial	1		1	Parcial	1		1	1		1	1		1	1	
Aspeto: Energia																																		
EN3 Consumo direto de energia, discriminado por fonte de energia primária.	Essenc.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1		1	Parcial	1	1	1	Total	1		1	1		1	1		1	1	
EN4 Consumo indireto de energia, discriminado por fonte primária.	Essenc.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1		1	Parcial	1	1	1	Total	1		0			0			0		
EN5 Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência.	Compl.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Parcial		1	1	Total		1	1	Total		1	1	1		1	1		1	1	
EN6 Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas.	Compl.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Parcial		1	1	Total		1	1	Total		1	1		1	1		1	1		1
EN7 Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e reduções alcançadas.	Compl.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Parcial		1	1	Total		1	1	Total		1	1		1	1		1	1		1
Aspeto: Água																																		
EN8 Consumo total de água, por fonte.	Essenc.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Parcial	1	1	1	Total	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
EN9 Recursos hídricos significativamente afetados pelo consumo de água.	Compl.	1	Total	1		1	Total	1		1	Total	1		1	Total		1	1	Parcial		1	1	Parcial		1	1		1	1		1	1		1
EN10 Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.	Compl.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Parcial	1	1	1	Parcial	1	1	1	Parcial	1	1	1		1	1		1	1		1
Aspeto: Biodiversidade																																		
EN11 Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.	Essenc.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1		1	1		1	1		1
EN12 Descrição dos impactes significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	Essenc.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1		1	1		1	1		1
EN13 Habitats protegidos ou recuperados.	Compl.	0	NA			0	NA			1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1		1	1		1	1		1
EN14 Estratégias e programas, atuais e futuros, de gestão de impactes na biodiversidade.	Compl.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1		1	1		1	1		1

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

		Acciona - 2009				Acciona - 2010				Acciona - 2011				Tragsa - 2009				Tragsa - 2010				Tragsa - 2011			
		Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL
Indicadores do Desempenho Ambiental																									
EN15 Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.	Compl.	0	NA			0	NA			1	Total		1	1	Total		1	1	Parcial		1	1	Parcial		1
EN16 Emissões totais diretas e indiretas de gases com efeito de estufa, por peso.	Essenc.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Parcial	1	1	1	Total	1	1
EN17 Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso.	Essenc.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Parcial	1	1	1	Parcial	1	1	1	Parcial	1	1
EN18 Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, assim como reduções alcançadas.	Compl.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
EN19 Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso.	Essenc.	1	Total		1	1	Total		1	0	NA			1	Parcial		1	1	Parcial		1	1	Total		1
EN20 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso.	Essenc.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
EN21 Descarga total de água, por qualidade e destino.	Essenc.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Parcial	1	1	1	Total	1	1
EN22 Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação.	Essenc.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
EN23 Número e volume total de derrames significativos.	Essenc.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
EN24 Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional.	Compl.	0	NA			0	NA			1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
EN25 Identidade, dimensão, estatuto de proteção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respetivos habitats, afetados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial.	Compl.	0	NA			0	NA			1	Total		1	1	Total		1	1	Parcial		1	1	Parcial		1
Aspeto: Produtos e Serviços																									
EN26 Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte.	Essenc.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
EN27 Percentagem recuperada de produtos vendidos e respetivas embalagens, por categoria.	Essenc.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total	1		1	Total	1		1	Total	1	

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

		Acciona - 2009				Acciona - 2010				Acciona - 2011				Tragsa - 2009				Tragsa - 2010				Tragsa - 2011			
		Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL
Indicadores do Desempenho Ambiental																									
Aspeto: Conformidade																									
EN28 Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.	Essenc.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Transporte																									
EN29 Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como o transporte de funcionários.	Compl.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Geral																									
EN30 Total de custos e investimentos com a proteção ambiental, por tipo.	Compl.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno																									
Aspeto: Emprego																									
LA1 Discrimine a mão-de-obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região.	Essenc.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1		1	Total	1		1	Total	1	
LA2 Número total de trabalhadores e respetiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região.	Essenc.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Parcial	1		1	Total	1		1	Total	1	
LA3 Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial.	Compl.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
Aspeto: Relações entre Funcionários e Administração																									
LA4 Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação coletiva.	Essenc.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
LA5 Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação coletiva.	Essenc.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

	Acciona - 2009				Acciona - 2010				Acciona - 2011				Tragsa - 2009				Tragsa - 2010				Tragsa - 2011			
Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL
Aspeto: Segurança e Saúde no Trabalho																								
LA6 Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
LA7 Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Parcial	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
LA8 Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afetados por doenças graves.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
LA9 Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com sindicatos.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Formação e Educação																								
LA10 Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
LA11 Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
LA12 Percentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades																								
LA13 Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
LA14 Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1		1	Total	1		1	Total	1	

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

		Acciona - 2009				Acciona - 2010				Acciona - 2011				Tragsa - 2009				Tragsa - 2010				Tragsa - 2011			
Indicadores de Desempenho Referentes aos Direitos Humanos		Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.
HR1 Percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluíam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos.	Essenc.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
HR2 Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas.	Essenc.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
HR3 Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspetos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação.	Compl.	0	NA			0	NA			1	Total	1	1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Não-discriminação																									
HR4 Número total de casos de discriminação e ações tomadas.	Essenc.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Colectiva																									
HR5 Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação coletiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação.	Essenc.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Trabalho Infantil																									
HR6 Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação.	Essenc.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Trabalho Forçado e Escravo																									
HR7 Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação.	Essenc.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Práticas de Segurança																									
HR8 Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações.	Compl.	1	Parcial		1	0	NA			0	NA			1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Direitos dos Povos Indígenas																									
HR9 Número total de Incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e ações tomadas.	Compl.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

		Acciona - 2009				Acciona - 2010				Acciona - 2011				Tragsa - 2009				Tragsa - 2010				Tragsa - 2011			
Indicadores de Desempenho Social Referente à Sociedade		Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL	Pres	Status	Qt.	QL
Aspeto: Comunidade																									
SO1 Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactes das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada.	Essenc.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Corrrupção																									
SO2 Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção.	Essenc.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1
SO3 Percentagem de trabalhadores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização.	Essenc.	1	Total	1	1	1	Total			0	NA			1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
SO4 Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	Essenc.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Políticas Públicas																									
SO5 Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão.	Essenc.	0	NA			1	Total		1	1	Total		1	1	Parcial		1	1	Parcial		1	1	Total		1
SO6 Valor total das contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas, discriminadas por país.	Compl.	0	NA			0	NA			1	Total		1	1	Parcial		1	1	Parcial		1	1	Total		1
Aspeto: Concorrência Desleal																									
SO7 Número total de ações judiciais por concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados.	Compl.	0	NA			0	NA			1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Conformidade																									
SO8 Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.	Essenc.	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total	1	1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

		Acciona - 2009				Acciona - 2010				Acciona - 2011				Tragsa - 2009				Tragsa - 2010				Tragsa - 2011			
Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto		Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.	Pres	Status	Qt.	Ql.
Aspeto: Saúde e Segurança do Cliente																									
PR1 Indique os ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados com o objectivo de efectuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos.	Essenc.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
PR2 Refira o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado.	Compl.	0	NA			0	NA			1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Rotulagem de Produtos e Serviços																									
PR3 Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos.	Essenc.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
PR4 Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.	Compl.	0	NA			0	NA			1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
PR5 Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente.	Compl.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Comunicação e Marketing																									
PR6 Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	Essenc.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
PR7 Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.	Compl.	0	NA			0	NA			0	NA			1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Privacidade do Cliente																									
PR8 Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes.	Compl.	0	NA			0	NA			0	NA			1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1
Aspeto: Conformidade																									
PR9. Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços.	Essenc.	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1	1	Total		1

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

	Javierre - 2009			Javierre - 2010			Javierre - 2011			OHL - 2009			OHL - 2010			OHL - 2011			ACS- 2009			ACS- 2010			ACS- 2011			Fomento de Construcciones- 2009			Fomento de Construcciones- 2010			Fomento de Construcciones- 2011			Adif - 2009			Adif - 2010			Adif - 2011		
Indicadores do Desempenho Económico	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL			
Declaração Do Presidente	1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1					
Descrição Principais Impactos, Risco e Oportunidade	1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1					
Perfil Organizacional	1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1					
Perfil do Relatório	1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1					
- Ambito e Limites de Enquadramento do Relatório: 3.5 a 3.11	1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1					
- Sumário do Conteúdo da GRI: 3.12	1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1					
- Verificação: 3.13	1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1					
- Governação: 4.1 a 4.10	1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1					
- Compromissos com Iniciativas Externas: 4.11 a 4.13	1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1					
- Envolvimento das Partes Interessadas: 4.14 a 4.17	1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1					
Aspeto: Desempenho Económico																																													
EC1 Valor económico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos.	1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1				
EC2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização, devido às alterações climáticas.	1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1					
EC3 Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização.	1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1					
EC4 Apoio financeiro significativo recebido do governo.	1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1				
Aspeto: Presença no Mercado																																													
EC5 Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0		0		1	1		0			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
EC6 Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes.	1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1					
EC7 Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes.	1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1					
Aspeto: Impactes Económicos Indiretos																																													
EC8 Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou pro bono.	1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1			1					
EC9 Descrição e análise dos Impactes Económicos Indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão.	1			1			1			1			1	0		0		0			1			1	1		1	1		1	0		0				1			1					

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

		Javierre - 2009			Javierre - 2010			Javierre - 2011			OHL - 2009			OHL - 2010			OHL - 2011			ACS- 2009			ACS- 2010			ACS- 2011			Fomento de Construcciones- 2009			Fomento de Construcciones- 2010			Fomento de Construcciones- 2011			Adif - 2009			Adif - 2010			Adif - 2011					
Indicadores do Desempenho Ambiental		Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL						
Aspeto: Materiais																																																	
EN1 Materiais utilizadas, por peso ou por volume.	Essenc.	1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1				
EN2 Percentagem de materiais utilizadas que são provenientes de reciclagem.	Essenc.	1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1				
Aspeto: Energia																																																	
EN3 Consumo direto de energia, discriminado por fonte de energia primária.	Essenc.	1	1		1	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
EN4 Consumo indireto de energia, discriminado por fonte primária.	Essenc.	0			0			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
EN5 Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência.	Compl.	1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1				
EN6 Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas.	Compl.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		
EN7 Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e reduções alcançadas.	Compl.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	0		0		0			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
Aspeto: Água																																																	
EN8 Consumo total de água, por fonte.	Essenc.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
EN9 Recursos hídricos significativamente afetados pelo consumo de água.	Compl.	1		1	1		1	1		1	1		1	0		0		1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
EN10 Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.	Compl.	1		1	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	0		0		0		0		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		
Aspeto: Biodiversidade																																																	
EN11 Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.	Essenc.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	0		0		1			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
EN12 Descrição dos impactes significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	Essenc.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		
EN13 Habitats protegidos ou recuperados.	Compl.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	0		0		1			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
EN14 Estratégias e programas, atuais e futuros, de gestão de impactes na biodiversidade.	Compl.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

	Javierre - 2009			Javierre - 2010			Javierre - 2011			OHL - 2009			OHL - 2010			OHL - 2011			ACS- 2009			ACS- 2010			ACS- 2011			Fomento de Construcciones- 2009			Fomento de Construcciones- 2010			Fomento de Construcciones- 2011			Adif - 2009			Adif - 2010			Adif - 2011		
Indicadores do Desempenho Ambiental	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL			
EN15 Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	0		0		0		0		0		0		0		0		0	
EN16 Emissões totais diretas e indiretas de gases com efeito de estufa, por peso.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
EN17 Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso.	0			0			0			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
EN18 Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, assim como reduções alcançadas.	1	1		1	1		1	1		1		1	1		1	0		0		1			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
EN19 Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso.	1		1	1		1	1		1	0			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
EN20 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso.	1		1	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
EN21 Descarga total de água, por qualidade e destino.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
EN22 Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação.	1	1		1	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
EN23 Número e volume total de derrames significativos.	1		1	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
EN24 Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional.	1		1	1		1	1		1	0		0		0		0		0		0		0		1		1	0		1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
EN25 Identidade, dimensão, estatuto de proteção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respetivos habitats, afetados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	0		0		0		0		1		1	0		0		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Aspeto: Produtos e Serviços																																													
EN26 Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte.	1	1		1	1		1	1		1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1
EN27 Percentagem recuperada de produtos vendidos e respetivas embalagens, por categoria.	1		1	1		1	1		1	0		0		0		0		0		0		0		1		1	0		1	1	0		1	1	0		0		0		0		0		0

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

	Javierre - 2009			Javierre - 2010			Javierre - 2011			OHL - 2009			OHL - 2010			OHL - 2011			ACS- 2009			ACS- 2010			ACS- 2011			Fomento de Construcciones - 2009			Fomento de Construcciones - 2010			Fomento de Construcciones - 2011			Adif - 2009			Adif - 2010			Adif - 2011		
Indicadores do Desempenho Ambiental	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL			
Aspeto: Conformidade																																													
EN28 Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.	Essenc.	1		1	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
Aspeto: Transporte																																													
EN29 Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como o transporte de funcionários.	Compl.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0		0		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
Aspeto: Geral																																													
EN30 Total de custos e investimentos com a proteção ambiental, por tipo.	Compl.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0		0		0		1	1	1	1	1	1	0		1	1		1	1		1	1		1	1		
Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno																																													
Aspeto: Emprego																																													
LA1 Discrimine a mão-de-obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região.	Essenc.	1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
LA2 Número total de trabalhadores e respetiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região.	Essenc.	1		1	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
LA3 Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial.	Compl.	1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
Aspeto: Relações entre Funcionários e Administração																																													
LA4 Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação coletiva.	Essenc.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1		
LA5 Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento mencionado nos acordos de contratação coletiva.	Essenc.	1		1	1		1	1		1	0		0			0		0		0		1		1	1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	0				

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

	Javierre - 2009			Javierre - 2010			Javierre - 2011			OHL - 2009			OHL - 2010			OHL - 2011			ACS - 2009			ACS - 2010			ACS - 2011			Fomento de Construcción es- 2009			Fomento de Construcción es- 2010			Fomento de Construcción es- 2011			Adif - 2009			Adif - 2010			Adif - 2011				
Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL					
Aspeto: Segurança e Saúde no Trabalho																																															
LA6 Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.	Compl.	1		1	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	0		0		0			1		1	1		1	1		1	1	1		1	1		1	1					
LA7 Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região.	Essenc.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1		1	1		1	1		1				
LA8 Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afetados por doenças graves.	Essenc.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1		1	1		1	1		1			
LA9 Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com sindicatos.	Compl.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	0		1		1	1		1	1		1	1		1		
Aspeto: Formação e Educação																																															
LA10 Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções.	Core	1	1		1	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1		1	1		1	1		1		
LA11 Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira.	Compl.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1			
LA12 Percentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira.	Compl.	1		1	1		1	1		1	1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		0		1		1	1		1	1		1	1		1		
Aspeto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades																																															
LA13 Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade.	Essenc.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	
LA14 Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções.	Essenc.	1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	0		0		0			1		1	0		0		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

	Javierre - 2009			Javierre - 2010			Javierre - 2011			OHL - 2009			OHL - 2010			OHL - 2011			ACS- 2009			ACS- 2010			ACS- 2011			Fomento de Construcciones - 2009			Fomento de Construcciones - 2010			Fomento de Construcciones - 2011			Adif - 2009			Adif - 2010			Adif - 2011		
Indicadores de Desempenho Referentes aos Direitos Humanos	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL			
HR1 Percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluíam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos.	Essenc.	1	1		1	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
HR2 Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas.	Essenc.	1		1	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1
HR3 Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspetos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação.	Compl.	1	1		1	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1
Aspeto: Não-discriminação																																													
HR4 Número total de casos de discriminação e ações tomadas.	Essenc.	1		1	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Aspeto: Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Colectiva																																													
HR5 Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação coletiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação.	Essenc.	1		1	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Aspeto: Trabalho Infantil																																													
HR6 Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação.	Essenc.	1		1	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Aspeto: Trabalho Forçado e Escravo																																													
HR7 Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação.	Essenc.	1		1	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Aspeto: Práticas de Segurança																																													
HR8 Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações.	Compl.	1		1	1		1	1		1	1	1	1	0		0			1	1		1	1		0			1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1	
Aspeto: Direitos dos Povos Indígenas																																													
HR9 Número total de Incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e ações tomadas.	Compl.	1		1	1		1	1		1	0		0			0			0		0		0			0			1	1	1	1	1	1	0		0		0						

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

	Javierre - 2009			Javierre - 2010			Javierre - 2011			OHL - 2009			OHL - 2010			OHL - 2011			ACS- 2009			ACS- 2010			ACS- 2011			Fomento de Construcción es- 2009			Fomento de Construcción es- 2010			Fomento de Construcción es- 2011			Adif - 2009			Adif - 2010			Adif - 2011		
Indicadores de Desempenho Social Referente à Sociedade	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL			
Aspeto: Comunidade																																													
SO1 Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactes das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada.	Essenc.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1	
Aspeto: Corrrupção																																													
SO2 Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção.	Essenc.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1	
SO3 Percentagem de trabalhadores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização.	Essenc.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1	
SO4 Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	Essenc.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1	
Aspeto: Políticas Públicas																																													
SO5 Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão.	Essenc.	1		1	1		1	1		1	1		1	0		1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	0		0		0		0		0		0	
SO6 Valor total das contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas, discriminadas por país.	Compl.	1		1	1		1	1		1	0		0		0		1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	0		0		0		0		0		
Aspeto: Concorrência Desleal																																													
SO7 Número total de ações judiciais por concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados.	Compl.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1	
Aspeto: Conformidade																																													
SO8 Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.	Essenc.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1	

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

	Javierre - 2009			Javierre - 2010			Javierre - 2011			OHL - 2009			OHL - 2010			OHL - 2011			ACS - 2009			ACS - 2010			ACS - 2011			Fomento de Construcciones - 2009			Fomento de Construcciones - 2010			Fomento de Construcciones - 2011			Adif - 2009			Adif - 2010			Adif - 2011				
Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL	Pres	Qt.	QL					
Aspeto: Saúde e Segurança do Cliente																																															
PR1 Indique os ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados com o objectivo de efectuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a	Essenc.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
PR2 Refira o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida, discriminado	Compl.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	0		0		0		0		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Aspeto: Rotulagem de Produtos e Serviços																																															
PR3 Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos.	Essenc.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	0		0		0		0		1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1	
PR4 Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.	Compl.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	0		0		0		0		1		1	0		0		1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1
PR5 Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a	Compl.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Aspeto: Comunicação e Marketing																																															
PR6 Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	Essenc.	1		1	1		1	1		1	1		1	0		0		0		0		0		1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	0		0						
PR7 Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	Compl.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	0		0		0		0		0		0		0		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1
Aspeto: Privacidade do Cliente																																															
PR8 Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes.	Compl.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	0		0		0		0		0		0		0		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1
Aspeto: Conformidade																																															
PR9. Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços.	Essenc.	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	0		0		0		1		1	1		1	1		1	1		1	1		1	1

Anexo 5 - Guião da Entrevista

ESTUDO: Relatório de Sustentabilidade – Práticas no Setor da Construção Civil

Data:

Nome:

Função:

Duração:

Guião para a entrevista

O objetivo deste estudo é compreender porque adotam as empresas estratégias de sustentabilidade e como se traduzem essas estratégias na atividade da empresa?

O tempo de duração previsto é de 20 minutos. Estando salvaguardada a confidencialidade dos dados e informações fornecidas.

Entrevistados / Áreas:

Recursos Humanos
Marketing
Financeiro
Controlo de Gestão
Qualidade, Segurança e Ambiente
Administrador

Objetivo:

O objetivo com esta entrevista é obter a perceção de diferentes responsáveis de áreas chave da empresa sobre a sustentabilidade e/ou sobre a estratégia de responsabilidade social.

Entrevistas – semi estruturadas, gravadas (se autorizado)

Questões:

1. Qual o seu conceito de sustentabilidade?
2. De que forma pode o setor da construção civil e em particular o “Grupo Lena”, contribuir para o desenvolvimento sustentável?
3. Quais, lhe parecem, as principais motivações das empresas para o desenvolvimento de uma estratégia de sustentabilidade?
4. Conhece algum Relatório de Sustentabilidade?
5. Quais os maiores desafios à implementação do RS (enumere pelo menos 3)?
6. Quais os motivos que estarão na origem da decisão de publicar um relatório de sustentabilidade, por parte de uma empresa do setor da construção civil?
7. Quem são os vossos *stakeholders*?
8. Quais são os principais benefícios dos *stakeholders* na divulgação de RS?
9. Qual o motivo para a empresa não ter ainda divulgado um relatório de sustentabilidade?
10. Está prevista a sua divulgação?
11. Conhece algumas ações em concreto que o “Grupo Lena” tenha vindo a implementar nesta área?
12. Têm estratégias alternativas de divulgação desta informação?
13. Consultando a informação disponível verificámos que existem diversas ações na vertente da responsabilidade social. Quais os principais benefícios?
14. Na eventualidade de o “Grupo Lena” decidir divulgar um relatório de sustentabilidade:
 - a) Quais os passos a serem seguidos?
 - b) Como deveria ser constituída a equipa?
 - c) Qual o contributo que o seu departamento poderia dar para a criação do relatório?
 - d) Qual o tipo de divulgação que deveria seguir?
 - e) Quais os temas relevantes?

Anexo 6 - Guião de Verificação da Responsabilidade Social

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

(Grace, 2011) Guia prático para a responsabilidade social das empresas

	Concluído	Em curso	Poderia melhorar	Vale a pena considerar	Fora de questão	Não se aplica	Observações/Evidências
Como Iniciar							
Visão, Missão, Valores							
Defina a visão e a missão	S						Site do GL e/ou empresa
Estabeleça os valores da empresa	S						Site do GL e/ou empresa
Identifique as partes interessadas	S						Site do GL e/ou empresa
Partilhe a visão, a missão e os valores	S						Site do GL e/ou empresa
Dê vida à visão, à missão e aos valores	S						Site do GL e/ou empresa
Reveja a declaração periodicamente	S						Site do GL e/ou empresa
Envolvimento da Empresa							
Ética/conduta							
Crie o código de ética/conduta da empresa	S						Código conduta GL
Garanta práticas anti-corrupção	S						Código conduta GL
Partilhe o código e promova o compromisso dos colaboradores	S						Código conduta GL
Colaboradores							
Práticas Gerais							
Integre o novo colaborador	S						Manual de Acolhimento
Crie e distribua “O Guia do Colaborador”	S						Manual de Acolhimento
Envolva os colaboradores	S						Manual de Acolhimento
Respeito pelo indivíduo							
Diversidade e inclusão							
Clarifique os conceitos	S						Código de conduta
Promova a diversidade e a inclusão como valores essenciais na empresa	S						Formação: Cultura GL
Crie políticas e consolide práticas	S						Política Interna
Recrutamento e seleção	S						Departamento específico
Compensação e benefícios		S					Política Interna
Formação	S						Escola de Negócios GL
Assédio							
Clarifique conceitos			S				Código conduta
Assédio sexual			S				Código conduta
Assédio moral /mobbing			S				Código conduta
Crie um bom ambiente de trabalho			S				Código conduta
Estabeleça diretrizes contra o assédio sexual e moral			S				Código conduta
Defina um processo para tratamento dos incumprimentos			S				Código conduta
Respeito pelo colaborador							
Desenvolvimento Profissional, Formação e Educação							
Promova o desenvolvimento de carreiras			S				Gestão de carreiras
Proporcione formação contínua	S						Gestão de carreiras
Crie um programa de aconselhamento	S						Avaliações Desempenho
Promova e recompense o desenvolvimento de competências			S				Avaliações Desempenho
Desenvolva e encoraje outras competências sociais			S				Avaliações Desempenho

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

(Grace, 2011) Guia prático para a responsabilidade social das empresas

	Concluído	Em curso	Poderia melhorar	Vale a pena considerar	Fora de questão	Não se aplica	Observações/Evidências
Equilíbrio entre trabalho e vida familiar							
Formalize uma política de conciliação entre a vida profissional e familiar			S				
Avalie as necessidades dos colaboradores			S				
Implemente um plano de ação			S				
Estabeleça medidas que promovem o equilíbrio entre o trabalho e a vida familiar e pessoal			S				
Obtenha o compromisso de todas as chefias			S				
Apoie a filiação e a parentalidade			S				
Promova a educação dos filhos dos colaboradores			S				
Preste apoio extraordinário em caso de doença			S				
Estabeleça parcerias com empresas locais para a oferta de serviços de apoio à família			S				
Disponibilize uma lista de recursos existentes			S				
Ambiente							
Política de ambiente							
Faça um diagnóstico ambiental	S						Política Ambiental GL
Defina uma política de ambiente	S						Política Ambiental GL
Implemente e certifique um sistema de gestão ambiental	S						Política Ambiental GL
Calcule a pegada ecológica da sua empresa, produtos e serviços				S			Política Ambiental GL
Reduza os seus impactos e compense o que não puder evitar	S						Política Ambiental GL
Envolva as partes interessadas da sua empresa na sua política de ambiente	S						Política Ambiental GL
Alterações Climáticas							
Avalie o impacto da sua empresa no clima						NA	
Reduza o impacto da sua empresa no clima						NA	
Avalie o impacto das alterações climáticas na sua empresa						NA	
Adapte a sua empresa às alterações climáticas						NA	
Biodiversidade							
Avalie o impacto da sua empresa na biodiversidade	S						Matriz de identificação de aspectos
Reduza o impacto da sua empresa na biodiversidade	S						Matriz de identificação de aspectos
Energia							
Aplice medidas eficientes para gerir e diminuir o consumo de energia	S						Consumo eficiente
Use iluminação de forma inteligente	S						Consumo eficiente
Faça a manutenção e uma boa utilização do sistema de climatização	S						Contrato manutenção
Aproveite as fontes renováveis ou alternativas de energia	S						Luz Solar
Incentive formas de utilização dos meios de transporte alternativos						NA	
Mantenha uma frota de veículos “verde”			S				Departamento: Gestão de Frotas
Água							
Aplice medidas eficientes para gerir e diminuir o consumo de água	S						Planfletos sensibilização
Instale acessórios e dispositivos para economizar água	S						Acessórios específicos
Localize e conserte regularmente as fugas de água						NA	
Reduza o consumo da água nas áreas externas	S						Redução de áreas verdes

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

(Grace, 2011) Guia prático para a responsabilidade social das empresas

	Concluído	Em curso	Poderia melhorar	Vale a pena considerar	Fora de questão	Não se aplica	Observações/Evidências
Solo							
Tenha em conta o planeamento de ordenamento do território na localização de um novo projecto						NA	
Defina um plano para gerir da melhor forma o solo	S						Plano Gestão Ambiental
Implemente medidas para minimizar a erosão dos solos	S						Plano Gestão Ambiental
Implemente medidas para evitar a contaminação de solos e águas	S						Plano Gestão Ambiental
Resíduos							
Minimização da produção de resíduos							
Motive os colaboradores para boas práticas	S						Ações Sensibilização
Evite produtos que geram resíduos	S						Política Ambiental GL
Alugue equipamentos que são utilizados ocasionalmente					S		N.A
Reduza o consumo de papel	S						Procedimentos específicos
Correcta gestão de resíduos							
Promova a reutilização e a reciclagem			S				Deposição de Resíduos
Floresta							
Proteja a floresta dos incêndios						NA	
Promova o desenvolvimento da floresta						NA	
Da concepção do produto ou serviços à gestão do resíduo							
Avalie o ciclo de vida dos produtos e serviços sob a perspectiva do ambiente				S			
Pense no ambiente quando concebe os seus produtos ou serviços	S						Plano Gestão Ambiental
Facilite a utilização ambientalmente correcta dos seus produtos e serviços			S				Execução da Obra
Crie um sistema de reciclagem ou reutilização alternativo	S						Procedimento de Reciclagem
Compense os impactes ambientais dos seus produtos ou serviços	S						Plano Gestão Ambiental
Compras sustentáveis							
Implemente um processo de compras sustentáveis			S				Procedimento Interno
Defina requisitos de sustentabilidade a considerar no processo de compra			S				Procedimento Interno
Privilegie a escolha de produtos e serviços que tenham o Rótulo Ecológico			S				Procedimento Interno
Sociedade							
Considerações gerais							
Faça do envolvimento com a comunidade uma prioridade da sua empresa			S				
Instale a sua empresa em zonas pouco desenvolvidas social e economicamente	S						Sede das instalações
Empreste as suas instalações	S						Reorganização de instalações
Apoie o desenvolvimento sociocultural da comunidade local	S						Ações Específicas
Apoie o comércio local	S						Diversos Protocolos
Faça o balanço			S				

RELATO DE SUSTENTABILIDADE – PRÁTICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

(Grace, 2011) Guia prático para a responsabilidade social das empresas

	Concluído	Em curso	Poderia melhorar	Vale a pena considerar	Fora de questão	Não se aplica	Observações/Evidências
Voluntariado empresarial							
Disponibilize informação			S				
Disponibilize tempo para voluntariado		S					
Ofereça apoio financeiro para estimular o trabalho voluntário			S				
Reconheça publicamente os colaboradores pelo trabalho voluntário			S				
Promova acções de voluntariado empresarial			S				
Envolva os gestores de topo			S				
Mobilize fornecedores e clientes			S				
Estabeleça parcerias com outras empresas			S				
Educação							
Ofereça apoio às escolas locais			S				Diversos Protocolos
Envolva-se com as escolas e instituições da comunidade			S				Diversos Protocolos
Política de comunicação							
Desenvolva novas oportunidades comerciais	S						Canal Lena
Assegure-se que todas as referências comerciais feitas aos produtos e/ou serviços da empresa são específicas, correctas, claras e completas	S						Departamento: Gestão Contratual
Proíba o uso de técnicas comerciais anti-éticas	S						Departamento: Gestão Contratual
Informe o mercado dos impactes dos seus produtos e serviços						NA	
Fornecedores							
Crítérios de selecção de fornecedores	S						Procedimentos específicos
Selecione uma rede de fornecedores socialmente responsável	S						Procedimentos específicos
Comunique as suas expectativas	S						Procedimentos específicos
Comprometa formalmente os seus fornecedores	S						Procedimentos específicos
Monitorize as práticas acordadas	S						Procedimentos específicos
Apoie o desenvolvimento	S						Procedimentos específicos
Avaliação e partilha do desempenho da empresa							
Avalie regularmente o desempenho da empresa no plano da responsabilidade social		S		S			
Partilhe o resultado da avaliação e obtenha comentários		S		S			